



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**



REUNIÃO CONJUNTA

**CÂMARAS TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DO CONAMA
DO CNRH
E DO COMITÊ ASSESSOR DO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL
AMBIENTAL**

**Joinville
Santa Catarina
Manhã**

(Transcrição *ipsis verbis*)

Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** –... Aqui a
2 coordenação do Comitê Assessor, peço que ele também ocupe a Mesa. Nós vamos
3 dar início a esta reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental do
4 CONAMA e do CNRH – eu vou pedir o que próprio presidente fale o nome completo,
5 ela tem um nome mais extenso, tem mais competências – e a do Comitê Assessor
6 do Órgão Gestor da Política Nacional Ambiental. Nós vamos fazer a abertura com o
7 responsável pelo Comitê Assessor aqui no caso da coordenação e os presidentes
8 das duas Câmaras Técnicas. Eu quero apenas sugerir, antes da abertura, por parte
9 dos... Vamos fazer a abertura e depois podemos fazer uma apresentação Rachel,
10 Sanderson, o que você acham, uma apresentação de todos os membros para que
11 nós nos conheçamos? Então, pode iniciar? Eu quero que um presidente dê abertura.
12
13

14 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Bom, eu vou começar. Bom-dia. Eu gostaria de
15 dizer que eu estava contando agora para o Henrique Leff, do PNUMA – Programa
16 das Nações Unidas para o Meio Ambiente o quanto é audacioso o que nós estamos
17 fazendo, que é juntar três Colegiados que se relacionam com educação ambiental e
18 que estão totalmente envolvidos com a educação ambiental e que têm uma relação
19 com as políticas federais de educação ambiental, e nós estamos juntando os três
20 Colegiados, conversando com os três Colegiados e mergulhando eles nesse caldo
21 de educação ambiental, que é o Quinto Congresso Ibero-Americano de Educação
22 Ambiental, e fazendo com que esse pensamento de espaços educadores e de um
23 mundo educador ambiental permeiem por todos os poros da população, do planeta
24 pouco ambicioso, mas é a nossa utopia. E é por essa utopia que nós precisamos
25 nos guiar o tempo todo. E o que esses três Colegiados fazem? É transformar todo
26 esse caldo de utopia e de desejos de se educar e educar ambientalmente a
27 população transformando eles em políticas públicas em que isso possa acontecer
28 independentemente das nossas pessoas estarem ou não atuando. E quanto mais
29 avanços nós conseguirmos alcançar nesse sentido, quanto mais nós conseguirmos
30 incluir a educação ambiental nas legislações e nas políticas públicas do País mais
31 nós avançarmos com relação a essa grande utopia. Então, eu queria, antes de mais
32 nada e apenas como anfitriã deste encontro dos Colegiados, desejar as boas-vindas
33 para vocês e desejar também que nós consigamos aprofundar esses caminhos,
34 tanto na legislação de educação ambiental, nas múltiplas legislações de meio
35 ambiente e de educação que existem e aprofundar essa nossa atuação quanto
36 aprofundar esse mergulho durante o V Congresso Ibero-Americano em que nós
37 possamos interagir com esse grande mundo e mapear a educação ambiental, como
38 é que ela está acontecendo, e ao mesmo tempo conseguirmos ter a clareza de
39 transformar isso em resoluções, em decretos, em leis, em sistematização de leis e
40 tornar a educação ambiental, fazer com que ela entre pelos poros de cada homem,
41 de cada mulher, de cada criança deste País e da região ibero-americana e do
42 planeta.
43
44

45 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Bom-dia a todos. Para nós da Câmara
46 Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos
47 Hídricos, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – nome muito grande e
48 pomposo, como o próprio Nilo disse, com bastantes atribuições, não só na parte de
49 educação, mas na parte de capacitação e também de mobilização social e
50 informação, mais voltada à nossa área específica. Recursos hídricos, claro, como
51 parte do ambiente global. E a parte a educação ambiental, importantíssima, eu acho
52 que as palavras da Rachel são mais do que suficientes. Hoje à tarde nós vamos ter

53 uma apresentação com todas as competências da CTEM, do Conselho Nacional de
54 Recursos Hídricos, em que estará presente também o Secretário-Executivo e desde
55 já os não-membros que estão aqui presentes estão convidados. Mais tarde será
56 informada a sala. Eu não sei se será aqui, a partir das 14h. E aí vocês vão ver todas
57 as competências, uma a uma da CTEM, do Conselho Nacional de Recursos
58 Hídricos. Eu não vou falar já para não repetir. Para nós é um privilégio estarmos aqui
59 presentes compartilhando e participando desta reunião juntamente com a CTEA,
60 com o Comitê Assessor do CNEA. É uma oportunidade de juntar os três Colegiados
61 que trabalham na área de educação ambiental, em recursos hídricos, educação
62 ambiental em geral e também na parte de educação. É uma oportunidade de nós
63 identificarmos as ações comuns, como é que nós poderemos unir as nossas forças
64 para o desenvolvimento do nosso País, o desenvolvimento sustentável, a educação,
65 é importante a preservação do nosso ambiente e a capacitação das pessoas, a
66 capacitação dos técnicos, a informação do que nos cerca, do que nos rodeia, a
67 informação a cerca da água porque água é vida e sabemos que sem água nós não
68 vivemos mais do que três dias. Nós estamos vivendo a Década Brasileira da Água.
69 Para que aqueles que não sabem, a Década Brasileira da Água foi um alcance de
70 todos nós brasileiros, por intermédio da CTEM, uma proposta de moção da nossa
71 Câmara Técnica, no ano passado, foi aprovada no Conselho Nacional de Recursos
72 Hídricos e virou Decreto Presidencial a partir de 22 de março. Então, durante dez
73 anos, o Governo, a sociedade está empenhada na promoção das ações em todos os
74 sentidos, também da educação e capacitação de tecnologias que dizem respeito à
75 água. Então, a Década Brasileira da Água é um marco na história do Conselho
76 Nacional de Recursos Hídricos e também uma vitória para todos nós cidadãos
77 brasileiros. Nós vamos falar também um pouquinho mais à tarde. Eu não sei, Nilo, se
78 nós já... Nas nossas reuniões da CTEM, nós costumamos pedir às pessoas que se
79 identifiquem e que digam o seu nome. Eu não sei se poderia ser já este o momento
80 ou eu passaria... Desculpa, claro, perdão.

81

82 L

83 **O SR. JOSÉ VICENTE (Diretoria de Educação Ambiental)** – Bom-dia a todos.
84 Também queria cumprimentar, em nome da Diretoria de Educação Ambiental, a
85 presença de todos aqui. Estou aqui neste ato representando o professor Marcos
86 Sorrentino. Eu sou o atual diretor substituto da Diretoria de Educação Ambiental, e
87 neste momento, pela impossibilidade de presença do professor Marcos, eu estou
88 aqui representando a unidade como um todo. E para além de ressaltar essa
89 perspectiva que foi colocada aqui muito bem pela Rachel e também pelo colega, da
90 possibilidade de estarmos construindo um grande colegiado de Colegiados com a
91 possibilidade de facilitar o diálogo, a circulação da informação, a possibilidade de
92 juntos podermos pensar uma outra possibilidade de atuação, eu queria manifestar
93 que esse mesmo movimento está sendo feito também em relação a outros projetos
94 e a outras intenções de consolidação da educação ambiental. Eu queria
95 rapidamente dar um exemplo para vocês: ontem, terça-feira, – segunda e terça-feira
96 – nós fechamos uma atividade que nós chamamos de Lançamento do Programa
97 Nacional de Educação Ambiental Portuária, que ocorreu aqui na cidade vizinha, na
98 cidade de Itajaí. E essa perspectiva de introduzir a educação ambiental no contexto
99 da gestão ambiental portuária nos mostrou a possibilidade de nós trabalharmos com
100 diferentes órgãos do próprio Governo Federal, da própria Administração Estadual e
101 Municipal no sentido de ter uma ação que consolide a educação ambiental também
102 em áreas costeiras e em áreas portuárias. Nós conseguimos reunir o Ministério da
103 Saúde, Ministério dos Transportes, IBAMA, Associação Brasileira de Entidades
104 Portuárias e Hidroviárias com a participação de 39 unidades das 44 unidades

105 portuárias no Brasil. E a Rachel falou em poros, e isso me lembrou justamente a
106 possibilidade de metaforicamente nós pensarmos portos enquanto um grande poro,
107 enquanto uma grande porta também do processo de enraizamento da educação
108 ambiental sendo trabalhada de forma coletiva por diferentes organismos que têm
109 essa ação voltada para o ambiente costeiro e particularmente para a área portuária.
110 Então, que nós possamos ter um dia frutífero aqui de trabalho e pensarmos num
111 grande fórum de Colegiados e que nós com essa ação ajudemos a consolidar a
112 Política Pública de Educação Ambiental no Brasil. Muito obrigado.

113

114

115 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Antes de passar
116 para a apresentação de todos, eu apenas quero deixar já registrado que se
117 manifestou aqui o José Vicente, da Diretoria de Educação Ambiental e antes dele o
118 Sanderson, que é o presidente da CTEM. E para efeito de gravação, todos vocês
119 que forem se manifestar agora em qualquer momento sempre dizer o nome antes
120 para facilitar o trabalho depois de degradação da equipe que vai registrar esta
121 reunião. Eu quero só antes de passar, dizer para vocês que o mesmo empenho que
122 faz com que nós realizemos esta reunião conjunta dos três órgãos Colegiados aqui,
123 empenho este do Ministério do Meio Ambiente, da própria Ministra também nessa
124 área de educação ambiental, é o mesmo que explica por que o V Congresso Ibero-
125 Americano está sendo sediado no Brasil. Uma decisão política mesmo da Ministra
126 Marina Silva de dar essa dimensão à educação ambiental como política pública
127 prioritária do atual Governo tanto que vocês já ouviram falar muitas vezes das
128 diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, do desenvolvimento
129 sustentável, do fortalecimento do SISNAMA, do controle da participação social e,
130 sobretudo, da transversalidade da política ambiental por todas as áreas de atuação,
131 tanto do Governo Federal como também, a partir do fortalecimento do SISNAMA,
132 também para os níveis estadual e municipal. Então, é uma prioridade de Governo
133 essa área e por isso hoje, inclusive na abertura da Seção à tarde, da reunião, da
134 continuidade da reunião à tarde, se bem que vai ser uma reunião à tarde também
135 mais aberta ao público, está sendo mais amplamente divulgada, nós vamos ter aqui
136 também a assinatura de um convênio do Ministério do Meio Ambiente, através da
137 Diretoria de Educação Ambiental com a prefeitura de Joinville. Na verdade, é do
138 Órgão Gestor: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação – MEC com a
139 Prefeitura de Joinville nessa área exatamente da educação ambiental porque se é
140 prioridade de uma política de âmbito nacional, ela tem se dar num nível local de
141 forma efetiva. Então, até como símbolo dessa prioridade, nós vamos abrir a parte da
142 tarde com a assinatura desse convênio. Então, a sugestão de encaminhamento... Eu
143 estou aqui na condição apenas de Mestre de Cerimônias, vamos dizer assim,
144 porque quem preside a reunião são os três presidentes e coordenador do Comitê
145 Assessor e das Câmaras Técnicas, mas apenas pela divisão de tempo que nós
146 fizemos aqui, são cinco para as 10h, nós vamos seguir com esta reunião até as 12h,
147 até o meio dia. Então, a sugestão que eu faço aqui para nós cumprirmos essa pauta
148 da parte da manhã que temos prevista aqui a abertura, que já fizemos, o debate
149 entre os membros das Câmaras Técnicas e do Comitê Assessor sobre
150 competências, potencialidades e transversalidades dos órgãos Colegiados. Então,
151 esse aqui é o ponto central da reunião nesta parte da manhã, onde nós
152 pretendemos fazer um pouco uma interação com todos os Conselheiros e membros
153 aqui dos três Colegiados sobre o trabalho articulado, trabalho mais conjunto, a
154 interação entre esse três Colegiados no sentido do fortalecimento da Política
155 Nacional de Educação Ambiental. Então, esse é o debate central. O objetivo maior
156 desta reunião é exatamente buscar mais, vamos dizer, clareza sobre as

157 competências dos três Colegiados, destacar as potencialidades de trabalhos, tanto
158 de cada um dos Colegiados como conjuntamente e transversalidades, quer dizer,
159 ações que podem ser de alguma maneira conjugadas como esta própria reunião que
160 nós realizamos aqui entre os três órgãos. Em seguida, a minha sugestão,
161 presidentes – eu vou te chamar presidente também, José Vicente – a sugestão que
162 aqui a direção do CONAMA faz é de que nós trabalhemos esse ponto 2 da pauta até
163 às 11h30. Então, nós temos aí uma hora e meia praticamente para fazermos essa
164 conversa, esse debate e nós vamos precisar que as intervenções não sejam muito
165 longas para poder ouvir todos os Conselheiros. Então, intervenções breves. E
166 11h30, nós passamos para o ponto 3, que é definição de um representante de cada
167 órgão colegiado para participar do Comitê Estadual da II Conferência Nacional
168 Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que aí a RACHEL TRAJBER vai explicar melhor
169 depois. E o item 4, que é a apresentação do Projeto Geo-Juvenil Brasil,
170 desenvolvido pelo Grupo Interagi, em parceria com o PNUMA e o Órgão Gestor.
171 Então, esses dois pontos de pauta: o ponto 3 e o ponto 4, nós reservaríamos 30
172 minutos, que é mais do que suficiente para nós resolvermos esses dois pontos,
173 concluindo então a parte da manhã ao meio dia. Temos acordo aqui entre os
174 presidentes, temos acordo desta forma: até 11h30 nós seguimos num debate mais
175 aberto sobre o tema 2 da pauta e os temas 3 e 4, 11h30, dá tempo suficiente para
176 nós resolvê-los. A Deise está com o microfone aqui. Nós vamos passar agora para
177 uma breve apresentação de todos os Conselheiros das duas Câmaras Técnicas. Eu
178 peço que identifiquem o nome e a Câmara que participa, ou se é do Comitê
179 Assessor também identifique para nós podermos... Há que órgão representa no
180 Comitê Assessor. Apenas isso para nós termos uma apresentação breve e darmos
181 início ao debate. Obrigado.

182
183

184 **O SR. BYRON PRESTES COSTA (Ministério da Justiça)** – Byron Prestes Costa,
185 do Ministério da Justiça, Conselheiro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e
186 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e presidente da Câmara
187 Técnica de Assuntos Internacionais do CONAMA. Eu estou aqui em nome da
188 transversalidade.

189
190

191 **A SR^a. MÔNICA BRANCO (Ministério da Fazenda)** – Mônica Branco. Eu
192 represento o Ministério da Fazenda na CTEM do CNRH.

193
194

195 **A SR^a. VILMA FEITOSA (Ministério da Saúde)** – Vilma Feitosa, do Ministério da
196 Saúde, também da CTEM de Recursos Hídricos. Estou como suplente do outro
197 Conselheiro que é o Everaldo Rezende.

198
199

200 **A SR^a. IANAÊ CASSARO (Ministério do Meio Ambiente)** – Ianaê Cassaro. Sou da
201 Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e também sou
202 representante na CTEM.

203
204

205 **A SR^a. ANA PAULO (Ministério do Meio Ambiente)** – Meu nome é Ana Paula. Eu
206 sou da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e participo
207 das reuniões do CTEM, mas eu sou não sou Conselheira do CTEM.

208

209 **O SR. ELÍSIO (IBAMA)** – Elísio, do IBAMA, no Comitê Assessor do Grupo Gestor da
210 Política de Educação Ambiental.
211
212
213 **A SR^a. MARIA LUDETANA ARAÚJO (SECTAM)** – Sou Maria Ludetana Araújo. Sou
214 da SECTAM – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, coordenadora da
215 CIEA Estadual. E aqui eu represento todas as CIEAs estaduais no Comitê Assessor
216 da Política Nacional de Educação Ambiental, o Órgão Gestor, o MEC e o Ministério
217 do Meio Ambiente, com muito orgulho.
218
219
220 **A SR^a. MARIA ADAMIR LEAL DE SOUSA (Secretaria Municipal de**
221 **Educação/Piauí)** – Sou Maria Adamir Leal de Sousa. Sou Secretária Municipal de
222 Educação no Estado do Piauí. Represento aqui a UNDIME Nacional. A UNDIME é a
223 União dos Dirigentes Municipais de Educação. Sou do Comitê Assessor.
224
225
226 **O SR. TARCÍSIO (Secretaria de Meio Ambiente/Vitória-EP)** – Tarcísio. Sou
227 Secretário do Meio Ambiente de Vitória. E estou aqui representando a ANAMMA e
228 sou membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental no CONAMA.
229
230
231 **A SR^a. QUEILA DINIZ (Ministério da Cultura)** – Queila Diniz. Representante do
232 Ministério da Cultura na Câmara Técnica de Educação Ambiental, membro do
233 CONAMA.
234
235
236 **A SR^a. ZILDA FERREIRA (ABI)** – Meu nome é Zilda Ferreira. Eu represento a ABI
237 no Comitê Assessor.
238
239
240 **A SR^a. MARLIZE MARTINELLI SCHROEDER (Secretaria Municipal/Joinville)** –
241 Meu nome é Marlize Martinelli Schroeder. Sou Coordenadora de Educação
242 Ambiental no Ensino Formal da Secretaria Municipal de Joinville, que é quem está
243 sediando o Congresso.
244
245
246 **O SR. MARCO BARZANO (ANPED)** – Marco Barzano. Representando o GT de
247 Educação Ambiental da ANPEd.
248
249
250 **A SR^a. ROSELI SZTIBE (Conselho Estadual de Recursos Hídricos/São Paulo)** –
251 Roseli Sztibe. Representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São
252 Paulo na CTEM.
253
254
255 **O SR. PEDRO JACOB (USP)** – Sou Pedro Jacob, professor da Faculdade de
256 Educação da USP.
257
258

259 **A SR^a. SINARA BROCK (Associação Brasileira de Recursos Hídricos)** – Sou
260 Sinara Brock, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que representa as
261 entidades de ensino e pesquisa na CTEM.

262

263

264 **O SR. RAFAEL MAGALHÃES (Argonautas)** – Eu sou Rafael Magalhães. Sou
265 Diretor-Executivo dos Argonautas Ambientalistas da Amazônia. Sou de Belém. Faço
266 parte da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA. E quero fazer
267 apenas uma consideração aqui, que é fundamental nós termos uma integração entre
268 a Política Ambiental Brasileira e a Política Nacional de Recursos Hídricos. Eu acho
269 que esta reunião integra ainda muito mais essa representação com a sociedade,
270 com os usuários de vários setores e segmentos sociais do Brasil. Então, como é
271 também uma reunião com a Câmara Técnica do CNRH, também é fundamental nós
272 tirarmos como prioridade desta reunião implementar os objetivos e as metas dos
273 programas de educação ambiental do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que eu
274 acho que esse é um mecanismo que nós temos que estabelecer aqui e temos que
275 estabelecer uma pauta para que se estabeleça essa prioridade com essas Câmaras
276 Técnicas.

277

278

279 **A SR^a. MARIA DO CARMO (Conselho Estadual de Recursos Hídricos/Bahia)** –
280 Eu sou Maria do Carmo. Eu represento o Conselho Estadual de Recursos Hídricos
281 do Estado da Bahia na CTEM.

282

283

284 **O SR. BOUER BRAVO OSCAR(?) (Tenente-Coronel da Polícia Militar
Ambiental/São Paulo)** – Eu sou Tenente-Coronel da Polícia Militar Ambiental do
285 Estado de São Paulo. Represento o Conselho de Comandantes Gerais das Policiais
286 do Brasil na CTEM.

288

289

290 **O SR. DUVIVIER GUETHI JÚNIOR (Confederação das Indústrias/São Paulo)** –
291 Bom-dia. Sou (...) Júnior, representando a Federação das Indústrias do Estado de
292 São Paulo.

293

294

295 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Bom-dia. Eu sou represento o Nordeste no CONAMA
296 e o CONAMA no Comitê Assessor.

297

298

299 **O SR. MÁRCIO HIRATA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)** – Sou Márcio
300 Hirata, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sou Conselheiro do Conselho
301 Nacional de Recursos Hídricos e componente da CTEM.

302

303

304 **O SR. GILBERTO (Comitê de Bacias)** – Eu sou Gilberto e participo do Comitê de
305 Bacias na Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, Bacia do Alto Tietê e
306 represento IPEH – Instituto de Pesquisa em Ecologia Humana.

307

308

309 **O SR. ORLANDO BISONI (COPEL)** – O meu nome é Orlando Bisoni. Sou da
310 COPEL Geração. Estou representando as concessionárias e autorizadas de
311 Geração em substituição à Nélida Mara de Menezes, da CEMIG, na CTEM.

312 **O SR. MATHEUS MARINHO DE FARIA (ANA)** – Bom-dia a todos. Meu nome é
313 Matheus Marinho de Faria. Eu estou substituindo o José Edil Benedito,
314 superintendente, representando a Agência Nacional de Águas na CTEM.

315

316

317 **A SR^a. SUZANA PÁDUA (IPE)** – Bom-dia. Eu sou Suzana Pádua, IPE – Instituto de
318 Pesquisas Ecológicas, e faço parte do Comitê Assessor do Órgão Gestor, pela
319 SBPC.

320

321

322 **A SR^a. MARILENA LOUREIRO (Universidade Federal do Pará)** – Bom-dia a
323 todos. Eu sou Marilena Loureiro, da Universidade Federal do Pará, presidente da
324 Fundação Escola-Bosque. É um centro de referência em educação ambiental. Na
325 verdade, eu estou acompanhando a professora Ludetana e os trabalhos todos que
326 nós vemos realizando. Não sou Conselheira. Estou não acompanhando as
327 discussões.

328

329

330 **A SR^a. PATRÍCIA OTERO (Rede Paulista de Educação Ambiental)** – Bom-dia. Eu
331 sou Patrícia Otero. Eu tenho participado também do Comitê Assessor do Órgão
332 Gestor, que implanta a Política Nacional de Educação Ambiental e estou aqui pela
333 Rede Paulista de Educação Ambiental.

334

335

336 **A SR^a. AIDÉ TORRES DE OLIVEIRA (Universidade Federal de São Carlos)** –
337 Bom-dia. Aidé Torres de Oliveira, da Universidade Federal de São Carlos,
338 representando a RUPEA – Rede Universitária de Programas de Educação
339 Ambiental, que é convidada especial do Comitê Assessor da Política Nacional.

340

341

342 **A SR^a. MARIA GERTRUDES (Polícia Civil do Estado do Pará)** – Sou Maria
343 Gertrudes. Sou da Polícia Civil do Estado do Pará e trabalho da Delegacia
344 Especializada em Meio Ambiente.

345

346

347 **O SR. ROBERTO PIMENTEL (Polícia Civil do Estado do Pará)** – Sou Roberto
348 Pimentel, Delegado de Polícia Civil. Represento aqui a Polícia Civil do Estado do
349 Pará. Dirijo há três anos a Divisão Especializada de Meio Ambiente, que é um órgão
350 da Polícia Civil na apuração das contas lesivas ao meio ambiente, mas também é
351 um trabalho educativo paralelo ao nosso trabalho, inclusive até o final deste mês
352 com a inauguração da nossa Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente.

353

354

355 **O SR. PAULO (Jardim Botânico/Santos)** – Sou Paulo, do Jardim Botânico de
356 Santos. Estou representando também a Rede de Educação Ambiental da Baixada
357 Santista, que está em formação e participo, na Faculdade de Educação, de um
358 grupo que está em formação também chamado TEIA Educação em Meio Ambiente,
359 um grupo coordenado pelo professor Pedro Jacob, iniciando o doutorado lá.

360

361 **A SR^a. CIBELE COELHO (Orquidário Municipal de Santos)** – Cibele Coelho, do
362 Orquidário Municipal de Santos.
363
364 **A SR^a. CAROLINA RAMIRO (Estudante)** – Sou estudante de biologia e trabalho
365 num Orquidário.
366
367
368 **O SR. MARTINHO (Central Única dos Trabalhadores)** – O meu nome a Martinho.
369 Eu sou coordenador do Departamento de Formação e Educação na Central Única
370 dos Trabalhadores e represento os trabalhadores no Comitê Assessor do Órgão
371 Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.
372
373
374 **A SR^a. VANDILMA (Coordenadoria de Educação Ambiental de Praia Grande)** –
375 Sou a professora Vandilma, bióloga, educadora ambiental. Trabalho na
376 Coordenadoria de Educação Ambiental de Praia Grande.
377
378
379 **A SR^a. GLÓRIA BRUNO (Prefeitura de Praia Grande)** – Sou Glória Bruno. Sou da
380 prefeitura de Praia Grande, litoral do Estado de São Paulo. Faço parte também do
381 Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista.
382
383
384 **O SR. RODRIGO MUNIZ (ONG Eco Brasil)** – Sou Rodrigo Muniz. Sou vinculado à
385 ONG Eco Brasil e o Projeto Lontra, Florianópolis.
386
387
388 **A SR^a. DÉBORA MUNHOZ (Confederação Nacional das Indústrias)** – Bom-dia a
389 todos. Meu nome é Débora Munhoz. Eu sou responsável pelo Núcleo de Educação
390 Ambiental da Federação das Indústrias de Minas Gerais e represento aqui no
391 Comitê Assessor do Órgão Gestor... Sou representante da CNI – Confederação
392 Nacional das Indústrias.
393
394
395 **A SR^a. BEATRIZ (Furnas Centrais Elétricas/Rio de Janeiro)** – Bom-dia. Eu sou
396 Beatriz. Furnas Centrais Elétricas do Rio de Janeiro, convidada pela Câmara
397 Técnica de Educação Ambiental.
398
399
400 **A SR^a. DANIELA (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom-dia. Sou Daniela, da
401 Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.
402
403
404 **O SR. GUSTAVO BELIC CHERUBINE (CTEM)** – Bom-dia. Meu nome é Gustavo
405 Belic Cherubine. Sou integrante da CTEM, indicado pelo Fórum Brasileiro de
406 Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente,
407 movimento chamado FBOMS. E na CTEM, eu represento o segmento ONGs,
408 segmento da sociedade civil. É preciso lembrar que nós temos a eleição do
409 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Neste momento em que nós estamos
410 aqui, em Brasília, na sede da Codevasf, onde fica o Conselho, está acontecendo a
411 Assembléia que está elegendo os novos integrantes da representação da Sociedade
412 Civil no CNRH. Eu só queria lembrar aqui que foi o Fórum FBOMS, que desde 2003,

413 por causa de uma das deliberações da Primeira CNNA e um esforço do FBOMS foi
414 criada a CTEM, foi criado esse mecanismo de educação – todos aqui, nós somos
415 educadores. Então, é preciso reconhecer isso. E hoje infelizmente nós teríamos o
416 aumento das vagas para a Sociedade Civil no CNRH, mas isso não aconteceu. E é
417 importante nós estarmos aqui e lembrarmos disso para que isso não aconteça mais,
418 mas depois, durante a reunião, eu posso falar mais. Bom-dia e obrigado.

419
420

421 **O SR. RONALDO SANTOS (Furnas Centrais Elétricas)** – O meu nome é Ronaldo
422 Santos. Eu trabalho em Furnas Centrais Elétricas, e vim participar desta Câmara
423 Técnica.

424
425

426 **O SR. LUIS CARLOS MOTTA (Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do**
427 **Ceará)** – Bom-dia. Meu nome é Luís Carlos Motta. Sou da Secretaria dos Recursos
428 Hídricos do Estado do Ceará, membro da CIEA, representando a SRH. E hoje estou
429 como coordenador da Câmara Técnica de Educação Ambiental como instrumento
430 de gestão dos recursos hídricos.

431
432

433 **A SR^a. LEILA (Agenda 21 de Mulheres do Triângulo Mineiro)** – Eu sou Leila. E
434 estou representando a Agenda 21 de Mulheres do Triângulo Mineiro.

435
436

437 **O SR. LUIS MÁRCIO (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do**
438 **Triângulo Mineiro)** – Eu sou Luis Márcio e sou membro da Comissão
439 Interinstitucional do Triângulo Mineiro.

440
441

442 **A SR^a. MARIA JOSÉ HOLANDA (Superintendência Estadual do Meio Ambiente**
443 **do Estado do Ceará)** – Bom-dia a todos. Eu sou Maria José Holanda. Sou
444 Coordenadora de Educação Ambiental da Superintendência Estadual do Meio
445 Ambiente do Estado do Ceará e também Coordenadora-Geral recém reeleita pela
446 Comissão Interinstitucional de Educacional Ambiental para o biênio 2006/2007.

447
448

449 **A SR^a. VANEIDA PEIXOTO (SEMA)** – Boa-tarde a todos. Chamo-me Vaneida
450 Peixoto. Faço parte da SEMA – Superintendência do Meio Ambiente na CODAM –
451 Coordenadoria de Extensão à Educação Ambiental.

452
453

454 **O SR. SAINT CLAIR MUNIZ** – Bom-dia. Saint Clair Muniz. Professor de biológica,
455 Secretaria de Educação pelo Estado, advogado, e não represento nenhum órgão em
456 especial, é só a mim mesmo, estou aqui como ouvinte. Muito grande.

457
458

459 **O SR. CLÁUDIO BEZERRA (Prefeitura de Fortaleza/Ceará)** – Bom-dia. Cláudio
460 Bezerra. Sou Coordenador de Políticas Ambientais da prefeitura de Fortaleza,
461 Ceará.

462
463

464 **O SR. ARTUR RAMON PEREZ (Venezuela)** – Bom-dia a todos. Sou Artur Perez, da
465 Venezuela. Represento a Universidade Pedagógica Experimental Libertador. Sou
466 ambientalista do Grupo NIAF Venezuela. Bom-dia.

467

468

469 **O SR. RICARDO (Divisão de Educação Ambiental/Mogi das Cruzes/São Paulo)**
470 – Bom-dia. O meu nome é Ricardo. Eu sou Coordenador da Divisão de Educação
471 Ambiental da Prefeitura de Mogi de Cruzes, São Paulo.

472

473

474 **O SR. JOSÉ ENDERSON (CEFET/Minas Gerais)** – Eu sou José Enderson. Sou
475 educador ambiental e professor do CEFET/Minas Gerais.

476

477

478 **O SR. IZAIAS ROGÉRIO LORENZONI (Juiz de Direito Aposentado)** – Bom-dia a
479 todos. O meu nome é Izaias Rogério Lorenzoni. Sou Juiz de Direito aposentado, do
480 Estado do Paraná. Atualmente eu resido aqui em Joinville. E estou apaixonado
481 agora... Até o colega perguntou se o Juiz de Direito é ambientalista ou não. Eu falei
482 para ele que a nova geração sim está já conscientizada, já a tradicional, como o
483 próprio Direito é ciência tradicionalista, uma nova mentalidade. Então, precisa
484 exatamente começar esse movimento de base de educação nas escolas e chegar,
485 inclusive ao Judiciário, mas eu sou apaixonado, já fiz mestrado em Maringá, Paraná,
486 em Direito Coletivo, Direito Ambiental.

487

488

489 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado pela
490 presença. Eu pergunto se tem algum membro ainda das Câmaras Técnicas ou do
491 Comitê que ainda não se apresentou. Não? Todos se apresentaram? As Técnicas?
492 Sim, perdão.

493

494

495 **A SRª. VIVIANE (...)** (Ministério da Educação) – Bom-dia. Eu sou Viviane (...).
496 Trabalho na Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação.

497

498

499 **A SRª. DEISE (Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA)** – Bom-
500 dia. O meu nome é Deise. Eu sou Assessora Técnica da Câmara Técnica de
501 Educação Ambiental do CONAMA.

502

503

504 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Todos devidamente
505 apresentados, eu quero passar agora para a Rachel, e em seguida o Sanderson.
506 Eles vão fazer apensa, para poder orientar o nosso debate, uma breve explicação
507 sobre as competências das duas Câmaras e também do Comitê Assessor para que
508 todos conheçam exatamente a competência de cada um dos Colegiados.

509

510

511 **A SRª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Uma coisa que precisa ser esclarecida é que
512 eu ocupo duas cadeiras: eu sou presidente da Câmara Técnica de Educação
513 Ambiental do CONAMA e também parte, que é o Órgão Gestor da Política Nacional
514 de Educação Ambiental, do qual faz parte o Comitê que está aqui. Então, como eu
515 ocupo dois lugares, eu acabo tendo que fazer um papel de duas... Então, o

516 Sanderson vai apresentar... O que nós vamos fazer agora é tentar estabelecer e
517 colocar à vista para todo mundo quais são as áreas de competência de cada um dos
518 três Colegiados, porque dessa forma é que nós vamos poder trabalhar nas
519 potencialidades e nas transversalidades dos três, sabendo o que cada um dos três,
520 pelos decretos respectivos, geram. Então, vamos lá, primeiro Recursos Hídricos.

521

522

523 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu vou fazer esta apresentação completa à
524 tarde. Então, nós vamos nos ater às competências da CTEM. Ela foi criada por
525 intermédio da Resolução 39 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em março
526 de 2005. Então, essas são as competências. Ela foi criada em março de 2005 pela
527 Resolução 39 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e passou a
528 funcionar efetivamente em agosto de 2005. Então, nós temos dois anos aí, um ano e
529 meio mais ou menos. Era a Câmara Técnica mais jovem do Conselho Nacional de
530 Recursos Hídricos, mas nós já temos uma outra Câmara Técnica que se CTCost, de
531 integração de bacias hidrográficas e zonas costeiras, mais ou menos isso. Então, as
532 competências da CTEM, eu vou lê-las: 1) “Propor diretrizes, planos e programas de
533 educação e capacitação em recursos hídricos”. Então, a nossa área é bem definida:
534 recursos hídricos. 2) “Propor e analisar mecanismos de articulação e cooperação
535 entre poderes públicos e os setores usuários e a sociedade civil quanto à educação
536 e capacitação em recursos hídricos. 3) “Propor e analisar mecanismos de
537 mobilização social para fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de
538 Recursos Hídricos” 4) “Propor e analisar mecanismos de difusão da Política Nacional
539 de Recursos Hídricos nos sistemas de ensino, tornando efetivos os fundamentos da
540 Lei 9.433, de 08 de janeiro de 97”. Essa é a lei que criou, digamos, a Política
541 Nacional de Recursos Hídricos ou a Lei das Águas, como é conhecida. 5) “Propor e
542 analisar diretrizes de disseminação da informação sobre os recursos hídricos,
543 voltadas para a sociedade, utilizando as formas de comunicação que alcancem a
544 todos”. 6) “Recomendar critérios referentes ao conteúdo de educação em recursos
545 hídricos nos livros didáticos, assim como para os planos de mídia relacionados ao
546 tema de recursos hídricos”. 7) “Exercer competências do Conselho Nacional de
547 Recursos Hídricos que lhe forem especialmente delegadas pelo Plenário do
548 Conselho e pela Câmara Técnica de Assuntos Legais Institucionais”. Então, essas aí
549 são as nossas competências. A CTEM tem atualmente dezessete membros. A
550 composição: os Ministérios, atualmente temos: Fazenda, Educação, Saúde,
551 Cidades, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, eu, da Ciência e
552 Tecnologia – também sou Conselheiro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
553 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – o Meio Ambiente, tem duas cadeiras: a
554 Secretaria de Recursos Hídricos e a ANA; os Conselhos Estaduais de Recursos
555 Hídricos, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Estado do Ceará, usuário de recursos
556 hídricos, concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica e indústrias e
557 organizações civis de recursos hídricos, Comitês de Bacias e organizações técnicas,
558 organizações de ensino e pesquisa e organizações não governamentais.

559

560

561 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Agora são as competências do Órgão Gestor
562 da Política Nacional de Educação Ambiental, que é a Lei 9.795/99, que cria a
563 Política Nacional de Educação Ambiental. E na Política tem a coordenação da
564 Política fica a cargo de um Órgão Gestor na forma definida da regulamentação
565 dessa lei. As atribuições do Órgão Gestor são a definição de diretrizes para a
566 implementação em âmbito nacional; a articulação, coordenação e supervisão de
567 planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional; a

568 participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na
569 área de educação ambiental. O Decreto nº. 4.281, em 2002, cria uma definição das
570 competências do Órgão Gestor, que são avaliar e intermediar, se for o caso,
571 programas e projetos da área de educação ambiental, inclusive supervisionando a
572 recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades
573 dessa área; observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente e do
574 Conselho Nacional de Educação – CNE; apoiar o processo de implementação e
575 avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis,
576 delegando competências quando necessário; sistematizar e divulgar as diretrizes
577 nacionais definidas, garantindo o processo participativo; estimular e promover
578 parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos,
579 objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da
580 coletividade sobre questões ambientais; promover um levantamento de programas e
581 projetos desenvolvidos na área educação ambiental e o intercâmbio de informações;
582 indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de
583 programas e projetos em educação ambiental; estimular o desenvolvimento de
584 instrumentos e metodologias, visando o acompanhamento e a avaliação dos
585 projetos de educação ambiental; levantar, sistematizar e divulgar as fontes de
586 financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e
587 projetos em educação ambiental; definir critérios considerando inclusive indicadores
588 de sustentabilidade para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da
589 área não formal; assegurar que sejam contemplados como objetivos do
590 acompanhamento e avaliação das iniciativas em educação ambiental, que são: a)
591 orientação e consolidação de projetos; b) o incentivo e multiplicação dos projetos
592 bem sucedidos e a compatibilizarão com os objetivos da Política Nacional de
593 Educação Ambiental e eu diria do Programa Nacional de Educação Ambiental
594 também, que foi construído coletivamente e de forma participativa por todas as
595 CIEAs de todos os Estados. Agora, a criação do Comitê Assessor e que passa a
596 funcionar a partir de 2003 e que fica instituído o Comitê Assessor com o objetivo de
597 assessorar o Órgão Gestor. § 1º: “A participação dos representantes no Comitê
598 Assessor não enseja qualquer tipo de remuneração...” Essas são as características
599 do Órgão Gestor e ele poderá solicitar assessoria de órgãos, instituições e pessoas
600 de notório saber na área de sua competência, em assuntos que necessitem de
601 conhecimento específico. Essa é a composição do Comitê Assessor. E como vocês
602 podem ver, tem todos os segmentos da sociedade além de convidados especiais,
603 que é o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais e a RUPEA – Rede
604 Universitária de Programas de Educação Ambiental e a REBEA – Rede Brasileira de
605 Educação Ambiental. E as finalidades da Câmara Técnica do CONAMA, que é a
606 Resolução CONAMA nº. 327/2003, que institui a Câmara Técnica de Educação
607 Ambiental com a finalidade de propor indicadores de desempenho e avaliação das
608 ações de educação ambiental decorrentes das políticas, programas e projetos de
609 Governo; propor diretrizes para a elaboração e implementação das políticas e
610 programas estaduais de educação ambiental; assessorar as demais Câmaras
611 Técnicas no que tange à educação ambiental e propor ações de educação ambiental
612 nas políticas de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de
613 licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de
614 gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos
615 hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de
616 recursos ambientais de ecoturismo e melhoria da qualidade ambiental. Com isso,
617 vocês podem perceber que existem muitas sobreposições e existem algumas
618 especificidades, mas de qualquer forma, existe muita transversalidade nessas três
619 instâncias, nesses três Colegiados. E é exatamente isso que nos traz aqui é como é

620 que nós podemos evitar retrabalhos e sobre posições, trabalhar na transversalidade
621 e potencializar as nossas competências. Essas são as três grandes razões que nos
622 trazem a nós debatermos essas competências para que nós possamos não ficar
623 nem competindo, porque esse não é o objetivo da educação ambiental, que é
624 absolutamente colaborativo. Nós achamos que a sociedade precisa mudar nesse
625 sentido e que nós não competimos, nós construímos juntos e de forma colaborativa
626 para conseguir potencializar todas as nossas ações. Então, está em aberto, eu acho
627 que, o debate com relação a essas competências, e nós temos que trabalhar numa
628 mesma direção, que é a direção da educação ambiental e o seu enraizamento em
629 todos os lugares.

630

631

632 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Nas nossas reuniões da CTEM, por uma
633 questão de ordem, para nós podermos controlar, nós solicitamos a cada membro
634 que vai falar que também faça a sua solicitação e que se inscreva porque aí nós
635 podemos controlar de uma forma mais ordenada. Então, se nós pudéssemos atuar
636 dessa forma, eu acho que seria interessante. Então, estão abertas as inscrições?
637 Primeiramente nós gostaríamos de ouvir os membros e depois nós abrimos. Alguém
638 gostaria de se manifestar? Mônica Branco, da CTEM. Ela representa a Caixa
639 Econômica, Ministério do Planejamento.

640

641

642 **A SR^a. MÔNICA BRANCO (CTEM)** – Eu sou da área de saneamento da Caixa.
643 Represento o Ministério da Fazenda na CTEM. Foi colocado aqui a questão da
644 transversalidade, a importância da transversalidade, e o Nilo também sublinhou a
645 educação ambiental como política pública prioritária de Governo. Eu acho que a
646 importância desta reunião reunindo esses três Colegiados que lidam com a
647 educação ambiental, eu acho que seria muito interessante nós sairmos daqui já com
648 algum encaminhamento. E minha sugestão é que poderia sair talvez uma moção
649 conjunta, eu não sei se isso seria possível, mas algum documento conjunto, uma
650 vez que a Política Nacional de Educação Ambiental determina que os órgãos
651 integrantes do SISNAMA, eles devem propor ações de educação ambiental no
652 âmbito dos programas de recuperação ambiental, e que acho que nesse caso está o
653 Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco. Então, seria uma proposta
654 de que cada recurso financeiro que fosse aplicado no âmbito o Programa Nacional
655 de Revitalização do São Francisco tivesse um componente de educação ambiental.
656 Então, seria essa a sugestão que eu gostaria de deixar aqui. Eu gostaria de falar
657 também, aproveitando a palavra, que tem vários GTs – eu não sei se vai ser falado -
658 , os GTs que existem no âmbito da CTEM: tem o GT de Capacitação, que ele é um
659 GT inter-Câmaras, ele está sendo formalizado agora este ano, ele já existe
660 informalmente desde o ano passado. Ele integra não só a CTEM, a Câmara de
661 Educação como também CTCT – Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, que
662 trabalha no âmbito da capacitação tecnológica. E esse Grupo de Trabalho tem como
663 objetivo discutir e propor estratégias e diretrizes de capacitação para os programas e
664 as metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. É isso que eu gostaria de
665 colocar.

666

667

668 **O SR. ROBERTO PIMENTEL (Polícia Civil do Estado do Pará)** – Bom-dia a todos.
669 Eu volto a me apresentar. Eu sou Roberto Pimentel. Sou Delegado de Polícia e
670 diretor de Divisão Especializada do Meio Ambiente. Eu tomei conhecimento da
671 existência da Câmara Técnica quando de um trabalho de uma monografia de curso

672 de especialização. Isso ocorreu há dois anos. E vejo quanto a dificuldade de colegas
673 e de outras pessoas de desconhecimento de tão importante órgão. E verifiquei
674 também que desde o seu início, em 95, quando temporária e depois passando a
675 permanente, em 2003, e posteriormente com a sua renovação aqui de suas
676 atribuições e formação, em 2005, verifiquei a ausência de representantes do
677 Governo do Estados da Amazônia. Vejo, por exemplo, que os Estados – são nove
678 Estados na Amazônia, incluindo os dois da Amazônia Legal – não têm representante
679 do Governo. E vejo então como importante em apresentar diretrizes, penso que
680 mesmo que os representantes dos Governos não apresentassem interesse, mas
681 que ficasse estabelecida, repensada e reestudada a composição da Câmara para
682 incluir Estados da Amazônia. Isso porque com referência à nossas peculiaridades,
683 ao nosso bioma, à nossa região, eu penso que é muito difícil que alguém que não
684 conheça a nossa região, o nosso Estado, por exemplo, de 143 municípios, eu, por
685 exemplo, nas minhas atividades, não conheço 60% dos municípios. Nós temos
686 biomas totalmente diferentes, hidrografia, nós temos áreas alagadas, áreas de
687 várzea e eu vejo que cada região dessa precisa de um modelo de educação
688 ambiental. Então, é preciso que alguém conhecedor da região possa fazer parte da
689 Câmara e apresentar diretrizes para tal.

690

691

692 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu só gostaria de dizer que nessa primeira
693 parte nós estamos priorizando os membros dos três Colegiados, mas uma vez que o
694 senhor falou, eu vou lhe responder. No âmbito da CTEM, os representantes são
695 escolhidos por interesse. Então, os Estados e os Conselhos Estaduais que atuam
696 dois a dois, eles se manifestam quando é formada uma Câmara Técnica ou quando
697 é criada uma Câmara Técnica, por exemplo, quando a CTEM foi criada foram
698 expedidos ofícios a todos os Estados do Brasil que pudessem se interessar em
699 participar da Câmara Técnica. Na altura, eu imagino que o Estado que o senhor
700 representa aqui, o Estado do Pará não se manifestou, mas isso está aberto para na
701 renovação a Câmara... Então, cabe à Secretaria de Recursos Hídricos ou a
702 Secretaria de Meio Ambiente – SECTAM do Estado do Pará se manifestar
703 favoravelmente à participação da Câmara Técnica. Então, está respondido. Agora,
704 eu gostaria apenas que os membros neste primeiro momento se manifestassem e
705 que também as suas manifestações fossem objetivas. Então, está inscrita a Maria
706 Ludetana, depois o Elísio e depois o Rafael.

707

708

709 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Tem uma pessoa aqui da CTEM, que já tinha
710 se inscrito.

711

712

713 **O SR. DUVIVIER GUETHI JÚNIOR (Confederação das Indústrias/São Paulo)** –
714 Duvivier, CTEM; representante da Fiesp. Vai ser bem breve, Sanderson. É porque
715 na hora em que vocês apresentaram a competência e eu vi elencadas várias coisas
716 e devido à questão nossa, que é o segmento industrial, uma das propostas que eu
717 vejo aqui é a questão dos recursos hídricos partilhadas por setores industriais, que é
718 o que é forte para nós. E que cada competência declarada, ela fosse desdobrada
719 em objetivos estratégicos e metas estratégicas e com ações específicas para
720 diferentes setores industriais, exemplo: nós fizemos um trabalho em parceria com o
721 Sinduscon de São Paulo, Sindicato da Construção Civil, em educação ambiental
722 para canteiros de obras com foco em recursos hídricos e resíduos industriais da
723 obra de construção, quer dizer, efetivamente tem um material já produzido com foco

724 para construção civil. E quando você partilha setores, porque a problemática hídrica
725 para os setores é diferente. Então, eles têm que receber tratamentos diferentes. E
726 quando você consegue partilhar, você consegue identificar mais fácil o problema e aí
727 você cria uma abrangência depois para o Brasil inteiro.

728 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Obrigado pela sua intervenção. Vamos
729 passar a palavra à Maria Ludetana.

730

731

732 **A SR^a. MARIA LUDETANA ARAÚJO (SECTAM)** – Eu tenho três propostas. A
733 primeira seria... Porque normalmente os Conselhos, cada um trabalha
734 separadamente, e por mais que nós tenhamos todo um discurso da
735 transversalização, mas cada Conselho... Aqui eu vi, decorei os verbos: “propor,
736 propor, propor”. Aí eu disse para ele: “Ainda bem que nós estamos executando,
737 fomentando o Comitê, que tem um papel muito mais prático do que só propor
738 diretrizes. Então, nós já estamos cheios de diretrizes e de proposições. O que nós
739 precisamos? Eu recomendo que esta reunião, que é tão profícua, que ela seja
740 realmente materializada lá na ponta, que são os Estados. Então, que se pense na
741 integração entre os Conselhos e as Comissões Estaduais Interinstitucionais de
742 Educação Ambiental; elas trabalham separadamente dos Conselhos. Então, eu não
743 sei como nós deveremos propor que haja uma integração nos trabalhos até
744 padronizar recursos, tempo, profissionais, etc. A segunda proposta é que nós
745 possamos recomendar ao Ministério Público, nos Termos de Ajustamento, que as
746 pessoas pagam cesta básica, o que multou, quem tem que receber uma multa,
747 normalmente juiz determina que ele pague quinhentas cestas básicas e ele está
748 perdoado pela multa. Então, nós queremos que fosse proposto, no Termos de
749 Ajustamento de Conduta, ações de educação ambiental na comunidade onde
750 aconteceu a infração. Então, que isso seja visto de forma muito forte para que nos
751 Estados aconteça realmente a revitalização como Política Pública de Educação
752 Ambiental. A terceira, é que seja feito de forma estruturante um estímulo,
753 principalmente dessa duas Câmaras que têm representação dos Estados, os
754 programas estaduais de educação ambiental. São poucos os Estados que têm um
755 programa que seja estruturante e que funcione eles precisam ser fortalecidos,
756 porque todos nós trabalhos com meio ambiente e no meio ambiente está incluído a
757 água, a floresta, o solo, as pessoas. Então, normalmente ele fica só em nível de
758 escolas e nós não conseguimos trabalhar os temas: empresa e indústria. O quarto é
759 que se pense nas empresas, no licenciamento, nas secretarias que fazem os
760 licenciamentos que seja previsto os Termos de Referência de forma que a empresa
761 ao ser licenciada obrigatoriamente ela apresente o Programa de Educação
762 Ambiental não construído por uma grande consultoria, mas por pessoas que
763 conheçam a região e que possa ser um programa que acompanhe aquilo que a
764 empresa está sendo licenciada, está retirando dos recursos naturais ou fazendo
765 outra coisa, ela tem que trabalhar de forma concreta e com Programas de Educação
766 Ambiental. Então, que ele se torne um elemento obrigatório na LA, na LI, na LO, na
767 LP, em todas as Licenças que haja um programa exequível de educação ambiental
768 com começo meio e fim até a sua consolidação, que é a existência para sempre do
769 Programa de Educação Ambiental, porque se for: terminou a uma empresa, não, é
770 só um ano; paga a consultoria, faz o programa aí depois não se faz nada, não, tem
771 que saber como é que ele vai se manter, e a empresa tem que determinar o
772 orçamento que deverá ser cumprido no Programa de Educação Ambiental com
773 começo meio e fim.

774

775

776 **O SR. ELÍSIO (IBAMA)** – Bem, representante do IBAMA no Comitê Assessor. A
777 conferência fez uma série de recomendações e eu sugeriria que essas
778 recomendações que foram bastante discutidas e aprovadas no âmbito da II
779 Conferência e que tenham interface com conjuntos desses Comitês sejam
780 elementos de esforço para a implementação. Então, você tem elementos bastante
781 concretos e definidos no âmbito da empresa e em particular tem uma das
782 recomendações, que eu sugeriria, inclusive como fortalecimento não só dos
783 Comitês, mas do próprio SISNAMA, que é uma recomendação da criação de um
784 Escola Nacional de Gestão Ambiental Pública, que pode dar um reforço efetivo na
785 capacitação de técnicos, tanto das prefeitura quantos dos Estados e quanto da
786 próprio União.

787

788

789 **O SR. RAFAEL MAGALHÃES (Argonautas)** – Apesar de eu ser do CONAMA,
790 como nós estamos aqui propondo uma integração, e eu acho que nós temos que
791 tirar encaminhamentos de fato para que haja uma efetivação dessa integração, e
792 como o Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado recentemente, mobilizou de
793 certa forma uma grande parcela da sociedade brasileira, eu me sinto à vontade para
794 fazer proposições também com essa interface entre os Conselhos. Então, eu
795 acredito que o Plano Nacional de Recursos Hídricos, como eu falei anteriormente na
796 apresentação, ele somente poderá ser efetivado pela sociedade brasileira quando a
797 sociedade internalizar, incorporar, na verdade, os objetivos, as metas, as estratégias
798 e os instrumentos propostos no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
799 Existem vários Programas de Educação Ambiental no Plano Nacional de Recursos
800 Hídricos, e eu acho que é competência da Câmara Técnica, tanto do CONAMA
801 quanto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos propor essas diretrizes para a
802 efetivação dos programas e ações de educação ambiental no âmbito do Plano
803 Nacional de Recursos Hídricos. Então, eu acho que isso é um mecanismo de
804 integração concreto. Eu acho que as Câmaras Técnicas devem propor essas
805 diretrizes para que haja essa efetivação, e isso tem que ser uma prioridade, eu
806 acredito, para que esse Plano Nacional de Recursos Hídricos seja implementado
807 com uma ampla participação porque eu acredito que isso é um passo inicial para
808 que haja a implementação do Plano. Uma outra coisa que eu gostaria de destacar,
809 só voltando um pouco, eu acho que a SRH poderia ajudar as Câmaras Técnicas e
810 fazer uma proposição inicial sobre essas diretrizes, mas eu vou deixar para o debate
811 para que nós possamos saber as opiniões também das outras pessoas. Um outro
812 ponto que eu queria destacar e que eu acho que é muito importante é a discussão
813 da inserção da educação ambiental no processo de licenciamento dos
814 empreendimentos, o licenciamento ambiental dos empreendimentos porque de
815 acordo com o Inciso IV do art. 1º da Resolução 327, que cria a Câmara Técnica de
816 Educação Ambiental, traz como competência esse fato de propor ações de
817 educação ambiental nas políticas de licenciamento e revisão de atividades efetivas
818 ou potencialmente poluidoras. Nós iniciamos uma discussão na Câmara Técnica de
819 Educação Ambiental, no Ministério Público ficou de fazer uma apresentação e
820 infelizmente nós não tivemos tempo para que essa discussão fosse realmente
821 debatida, e eu acho que a Câmara Técnica de Educação Ambiental deve assumir a
822 partir de agora essa responsabilidade que é importantíssima e que muito discutida
823 também na Conferência Nacional de Meio Ambiente. Eu acho que é isso. Depois eu
824 posso colocar novos pontos de vista.

825

826

827 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Passamos a palavra para a senhora Aidé.

828 **A SR^a. AIDÉ TORRES DE OLIVEIRA (Universidade Federal de São Carlos)** –
829 Aidé, da RUPEA. É no sentido também da transversalidade e especificamente o
830 setor que eu represento, que é o das universidades do ensino superior. Nós fizemos
831 um mapeamento piloto no ano passado sobre o Estado em que está a educação
832 ambiental nas universidades, e por incrível que pareça ainda é um setor que carece
833 muito de políticas públicas específicas. Então, eu pedir que fosse colocado em
834 pauta, por estes Colegiados, a formulação de políticas públicas para a educação
835 superior em termos de inserção da temática ambiental e acredito que talvez tivesse
836 também bastante relação com o Conselho Nacional de Educação, que talvez fosse a
837 gestão que nós tivéssemos que fazer mais forte destes Colegiados com o Conselho
838 Nacional de Educação. Então, colocar em pauta a elaboração de políticas públicas
839 respectivas para a educação superior. E nesse mapeamento nós levantamos alguns
840 subsídios, alguns elementos facilitadores, elementos que dificultam e algumas
841 sugestões para a política pública nesse mapeamento ainda piloto, mas que pode ser
842 estendido. Obrigada.

843

844

845 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Obrigado. Eu gostaria de registrar a
846 chegada do Secretário de Recursos Hídricos e Secretário-Executivo do Conselho
847 Nacional de Recursos Hídricos, João Bosco Senra. Seja bem-vindo. Gostaríamos de
848 tê-lo aqui conosco à Mesa. Secretário, nós estávamos aqui no debate, as pessoas
849 estão apresentando. Eu gostaria então de passar palavra agora ao representante
850 das Indústrias, Fiesp. O senhor tinha pedido para falar? Já falou. Ok. A Sinara, por
851 gentileza.

852

853

854 **A SR^a. SINARA BROCK (Associação Brasileira de Recursos Hídricos)** – A
855 proposição é que seja reforçada a introdução da educação ambiental como
856 instrumento de gestão de recursos hídricos. Há uma proposta junto à PL 1.616, mas
857 ainda nada consolidado. Então, eu queria que isso fosse considerado, esse reforço
858 de introdução da educação ambiental como um instrumento de gestão recursos
859 hídricos.

860

861

862 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu vou passar a palavra agora ao senhor
863 Valmir.

864

865

866 **O SR. VALMIR (Comitê Assessor)** – É muito interessante nós vermos o interesse,
867 Rachel, pela educação ambiental. Eu me lembro que quando nós fizemos aquele
868 Grupo de Trabalho para a implementação das deliberações da Primeira Conferência
869 e que você levou relato para o auditório do CONAMA, as pessoas não davam muito
870 interesse para essa questão, era como se tivesse lá a educação ambiental fosse uma
871 apêndice que não viria a somar nada. Mas, é muito interessante também porque nós
872 naquela reunião, lá em Brasília, nós falamos que era bom chamar o Conselho
873 Nacional de Recursos Hídricos para ver de que forma eles trabalhavam a questão
874 da educação ambiental para que nós tivéssemos uma interação maior. E eu fico
875 muito contente hoje aqui nesta reunião sabendo que essa interação está havendo,
876 mas que isso deveria ser mais ampliado para outros órgãos, que não ficasse só no
877 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Só para dar um Informe, na Bahia, eu faço
878 parte do Conselho de Meio Ambiente lá no Estado e no processo de licenciamento
879 nós já pomos como condicionante que as empresas licenciadas, elas apresentam

880 um Plano de Educação Ambiental para o SRA no ato licença e esse plano é
881 acompanhado. Então, a empresa a sua licença, mas ela tem fazer um plano de
882 educação ambiental e apresentar ao órgão fiscalizador para realmente vê se está
883 sendo implementado. Uma coisa também que nós percebemos é que os gestores
884 municipais pecam muito com a questão da educação ambiental, eles não dão muito
885 interesse, tanto é que quando se faz alguma Secretaria em algum município, eles
886 sempre colocam: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. Então, o meio
887 ambiente fica lá na ponta. Então, não é muito interesse para os municípios. Eu acho
888 que tem que haver um curso de capacitação para esses gestores municipais para
889 que eles observam a questão da educação ambiental. E também para como nós
890 fazemos para internalizar nas pessoas, porque nós vemos muita gente boa com
891 diploma, doutores e tal, mas na realidade, na prática, eles não fazem educação
892 ambiental. E eu tenho visto muito nas cidades os fumantes principalmente – são
893 pequenas ações – jogam os seus tambores de cigarros pela porta do carro, seus
894 papéis de caramelo pela porta do carro, eu vi gente tomando água de coco e
895 jogando o coco pelo meio da rua. Então, essas pequenas ações, elas se tornam
896 grandiosas quando realmente nós conseguirmos internalizar isso em cada cidadão.
897 Tem a questão da mídia também. A mídia trata muito pouco essa questão da
898 educação ambiental. Então, eu queria propor, eu não sei como, o Órgão Gestor vê
899 de que forma a mídia trabalhar mais essa questão da educação ambiental, porque
900 são muito pontuais nas coisas assim: fecha a torneira... Uma coisa bem vaga. Então,
901 internalizar para a mídia essa questão também para que as pessoas absorvam com
902 a mais frequência nos seus lares, já que passam tanto lixo nas redes de televisão
903 por aí a fora. Obrigado.

904
905

906 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado, Valmir. Eu não sei se o
907 Byron tinha se manifestado, porque eu estou prestando atenção... Não? Você
908 gostaria de falar? Num outro momento? *Ok.* O Gustavo Cherubine. Gustavo, por
909 gentileza, venha um pouquinho mais para frente para que possamos vê-lo melhor.

910
911

912 **O SR. GUSTAVO BELIC CHERUBINE (CTEM)** – Na linha do que o Rafael colocou,
913 que é uma demanda, inclusive que nós vemos colocando em várias reuniões da
914 CTEM, é a necessidade de nós olharmos para os resultados de dois amplos
915 processos que nós concluímos aí, todo mundo sabe: a Segunda CNMA e o PNRH,
916 quer dizer, aqui menos discutir diretrizes ou se preocupar com essa efetividade
917 desta reunião, que ela tem mais um caráter político e demonstrativo, eu gostaria,
918 inclusive aproveitando a presença do Secretário e do Nilo, que esteve bastante
919 envolvido no processo da Conferência, é saber deles como é que eles sabão se
920 preparando para transformar tanto as deliberações da CNMA quanto as propostas
921 do PNRH em políticas públicas, como vocês internamente – eu acho que é um
922 momento bom para se dizer – estão se preparando para não contar com todo mundo
923 de novo na hora da criação da política pública, de realizar a criação de resoluções,
924 mas como que vocês estão se preparando porque é uma demanda aqui, você falou
925 também companheiro Elísio, quer dizer, há um repertório colocado tanto nas
926 deliberações quanto no PNH que têm que ser levadas em consideração. É preciso
927 que nós melhoremos o processo de participação. Então, nós olhamos de novo para
928 esses resultados e procurando efetivá-los nós estaremos conseguindo caminhar,
929 nós achamos que se nós efetivarmos... Tem coisas ali que é só efetivar, são
930 demandas históricas do momento social e das ONGs, mas tem que ganhar uma
931 formalidade, tem que ganhar um rito e quanto mais rápido melhor, essa é uma

932 questão. A segunda questão que me ocorreu agora... Eu vou formular melhor. Eu
933 quero aproveitar este momento do Secretário e do... Não, é outra coisa. Eu acho que
934 é isso por enquanto.

935

936

937 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado, Gustavo. A Mônica ali atrás
938 tinha solicitado...

939

940 **O SR. GUSTAVO BELIC CHERUBINE (CTEM)** – Obrigado, Mônica. Segundo tema:
941 é a necessidade de nós... É muito importante... Isso dentro do CONAMA acontece
942 mais do que no CNRH. Nós falamos em transversalidade, nós lemos
943 transversalidade, nós escrevemos sabe transversalidade, mas atualmente no Brasil
944 não existe mais agenda inter-Conselhos, a Saúde não fala com a Educação, a
945 Educação é uma caixa, ninguém fala com o CONAMA e ninguém fala com o CNRH,
946 ou seja, é preciso nós, para termos uma gênese de uma política ambiental, uma
947 gênese de uma política integrada, ou seja, pensando na Agenda 21, é preciso a
948 criação de uma agenda inter-Conselhos e isso de forma efetiva: Educação falar Meio
949 Ambiente, Meio Ambiente falar com Saúde e Saúde falar com Criança e Adolescente
950 porque o modelo é o mesmo. Nós estamos prestes a efetivar uma legislação para a
951 questão ambiental sem olhar o que aconteceu com o movimento do ECA, sem olhar
952 o que aconteceu com o movimento da Educação, sem olhar o que aconteceu com a
953 questão da Assistência Sócia. É o mesmo modelo, a democracia, a constituição é a
954 mesma. E o que eu visto infelizmente não só em São Paulo, mas em outros Estados
955 é que esses modelos não estão funcionando. Nós vamos olhar, agora que nós
956 estamos prestes a efetivar uma série de avanços de políticas, que nós temos que
957 olhar o que já aconteceu para não repetir o que aconteceu nesses segmentos. É um
958 pedido também para nós olharmos para essa agenda inter-Conselhos, inter-
959 Câmaras Técnicas, inter-Trasn, Multi, tudo isso. Valeu. Obrigado.

960

961

962 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Obrigado, Gustavo. Eu acho que num
963 primeiro passo, se vocês me permitirem, primeiro passo não, alguns passos já estão
964 dados. Então, este nosso encontro aqui é um passo bastante importante nesse
965 sentido. Eu gostaria de passar a palavra agora à Mônica, que tinha solicitado.

966

967

968 **A SR^a. MÔNICA BORBA (5 Elementos – Instituto de Educação em Pesquisa**
969 **Ambiental)** – Meu nome é Mônica Borba. Sou dos 5 Elementos – Instituto de
970 Educação em Pesquisa Ambiental e um elo articulador da Rede Paulista de
971 Educação Ambiental. Nós estamos lançando uma publicação, visando reunir dados
972 das Bacias Hidrográficas e da educação ambiental em cada Bacia, contando um
973 pouco da história da Rede, de tantas mãos, de tantas pessoas que ajudaram nesse
974 processo. E eu acredito que nós realmente estamos num passo muito importante de
975 reunir mais esses Conselhos para reunir melhores esses recursos para chegar onde
976 precisa chegar porque nunca existe muito recurso para a nossa área. Então, eu, na
977 verdade, queria falar um pouco sobre essa experiência, nós vamos estar fazendo
978 uma apresentação amanhã à tarde para quem quiser estar conhecendo um pouco
979 mais sobre esse trabalho, mas eu acho que é um trabalho bem diferenciado. A
980 REPEA está trabalhando com banco de dados em cima das bacias hidrográficas. Eu
981 acho que é um diferencial da nossa Rede e nós queremos dar continuidade. Então,
982 para quem dizer conhecer esse trabalho, nós estamos aí já há mais de dez e

983 estamos efetivando um produto para dar continuidade, mas eu acho que é isto aí:
984 tem que reunir mais os Conselhos e as ações comuns. Obrigada.

985

986

987 **A SR^a. MARIA DO CARMO (Conselho Estadual de Recursos Hídricos/Bahia) –**

988 Eu estava pensando aqui uma coisa que nós percebemos muito: é que eu acho o
989 que próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ele deveria ter alguma
990 estratégia, alguma diretriz de se aproximar um pouco mais dos Estados em nível até
991 de incentivo de criação das Câmaras Técnicas de Educação dentro dos Conselhos
992 Estaduais de Recursos Hídricos e que dentro dos Estados também houvesse uma
993 maior aproximação, uma maior integração entre os Conselhos de Recursos Hídricos
994 e de Meio Ambiente porque fica parecendo que são coisas bem distantes, bem
995 separadas: recursos hídricos é uma coisa e meio ambiente. Então, nós sentimos um
996 pouco falta dessa integração realmente tanto em nível nacional com os Estados e
997 dentro dos próprios Estados.

998

999

1000 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM) –** O senhor da Polícia Florestal. Tarcísio,
1001 perdão.

1002

1003

1004 **O SR. TARCISIO (Secretaria de Meio Ambiente/Vitória-EP) –** Alguns pontos que

1005 nós anotamos ali, Rachel, Sanderson e colegas. Eu represento aqui a ANAMMA na

1006 Região Sudeste, nós representamos na Câmara Técnica de Educação Ambiental.

1007 Eu sou vice-presidente dessa Câmara Técnica. E uma das grandes discussões

1008 dessa Câmara Técnica, uma das preocupações também da Rachel e do grupo são

1009 as ações dela, primeiro porque esta reunião aqui hoje, ela é fruto de uma solicitação

1010 feita no dia 13 de e dezembro de 2004, na sexta reunião, eu não estava nem ainda

1011 na Câmara Técnica, mas analisamos o histórico das reuniões e no dia 13 de

1012 dezembro de 2004 foi feita essa solicitação para que houvesse esta reunião com

1013 estes Conselhos. Muito bem, um primeiro aspecto é com respeito... Todos nós, os

1014 nossos municípios... Só uma pausa, a colega do Pará, eu quero discordar dela e

1015 concordar com a minha outra colega do Pará, que é Silvia, a Secretária do Meio

1016 Ambiente de Belém. Mas, nós queremos que os nossos programas cheguem à

1017 ponta, mas a ponta não é o Estado, a ponta é o município. Mas, é o município. Isso

1018 tem um sentido. Nós temos que cada vez mais pensar a política ambiental a partir

1019 do município e integrar o município na discussão da Política Ambiental, seja na parte

1020 dos recursos hídricos, seja na questão portuária. O Vicente falou ali do Programa de

1021 Educação. Vitória, eu sou da cidade de Vitória, Espírito Santo. E Vitória vai presidir a

1022 Associação Brasileira dos Municípios Portuários por esses próximos quatro anos.

1023 Então, é fundamental o que município não fique fora dessa discussão, não pense o

1024 porto a partir do Governo Federal. Mas tem convencido. Isso é um descompasso

1025 enorme, isso aqui no Brasil. Portos, se nós olharmos a América do Norte, olharmos

1026 na China e olharmos na Europa, é uma discussão municipal, e por isso nós temos

1027 um descompasso entre porto e cidade; são duas coisas distintas. E esse programa

1028 de educação ambiental é fundamental para uma série de soluções que precisamos

1029 para problemas portuários, que todo município que tem porto sabe do que nós

1030 estamos falando, das dificuldades que você lida e os riscos ambientais que as

1031 cidades enfrentam, não só as cidades, o porto é porta de entrada de tudo que é bom

1032 e que é ruim, vem pelo porto. A lei que institui a Política de Educação Ambiental...

1033 Há aqui um ponto interessante que diz o seguinte... Ela incumbe às empresas,

1034 entidades de classe, a mídia de adotar na sua programação a dimensão ambiental.

1035 Está estabelecido na lei: as empresas têm que desenvolver programas de educação
1036 ambiental. A questão é a seguinte: como é que faz isso se cumprir? Está aqui desde
1037 99, mas até então nós nem atentamos para esse tipo de cobrança, que está previsto
1038 no art. 3º, Incisos I, II, III, IV e V, inclui o Poder Público, inclui as empresas, inclui
1039 entidades de classe, inclui a mídia, e isso está passando despercebido, mas está
1040 previsto na lei. É a lei que institui a Política de Educação Ambiental, 9.795, de 27 de
1041 abril, está aqui no art. 3º. Outro ponto, e o Rafael falou ou uma colega que falou, a
1042 questão das medidas compensatórias, que acontecem na liberação dos
1043 empreendimentos. Quando se apresenta o relatório, tanto a questão do EIA e do
1044 RIMA para emissão da Licença Ambiental, nas medidas mitigadoras estão lá assim:
1045 “Programa de Educação Ambiental. Vai ser adotado o Programa de Educação
1046 Ambiental”. Só tem um detalhe: não se coloca qual é esse programa e qual o valor
1047 da parte da Medida Compensatória vai ser definido para a educação ambiental. E aí
1048 fica para o Poder Público, que recebe esse valor e que, às vezes, nem consegue
1049 receber... Há municípios que não consegue, porque você tem o órgão estadual que
1050 está recebendo esse valor. O repasse desse valor pressupõe a ação onde vai ser
1051 aplicado. E há municípios que simplesmente não possuem estruturas, vamos dizer
1052 assim, 90% dos municípios, um diagnóstico revelou isso no Brasil, não possuem
1053 estrutura na área ambiental. E aí entra a dificuldade de fazer a aplicação desses
1054 recursos até na educação ambiental, mas onde esses municípios estão
1055 estruturados, penso, Rachel, que nós temos, a partir do CONAMA, estabelecer qual
1056 o valor que vai ser destinado aos programas de educação ambiental, e esse
1057 programa, como bem faz a Bahia, o colega disse ali, eu já anotei ali para levar para
1058 o Estado do Espírito Santo e Pará também, quer dizer... Já definir esse valor da
1059 Medida Compensatória? Na lei do Estado do Pará? Ótimo! Muito bem. Pode falar,
1060 eu acho que uma contribuição. Muito bem! Então, isso já era uma manifestação da
1061 Rachel na última reunião, não é Rachel, no CONAMA, na hora de falar em Medida
1062 Compensatória, você disse que queria fazer essa colocação. E encerrando aqui... Já
1063 está encerrado. São só esses três pontos.

1064
1065

1066 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu gostaria de passar a palavra ao senhor
1067 da Polícia Florestal.

1068
1069

1070 **O SR. BOUER BRAVO OSCAR(?) (Tenente-Coronel da Polícia Militar**
1071 **Ambiental/São Paulo)** – Sou Tenente-Coronel **Bouer(?)**, da Polícia Ambiental de
1072 São Paulo. Parte do que eu ia falar, o senhor falou, ainda bem que o senhor falou na
1073 minha frente, falou com mais propriedade. Muito obrigado. Eu corroboro e assino em
1074 baixo do que o senhor falou. Eu gostaria também de dizer que eu gostei muito da
1075 exposição da colega Maria Ludetana. De forma geral nós estamos aqui aprendendo
1076 com todo mundo. Bouer Bravo Oscar *eco romeu*, na linguagem fonética; é o primeiro
1077 da lista dos membros do CONAMA, aqui da lista de presença. Eu gostaria também
1078 de acrescentar, tentando também contribuir, dizer que todo o trabalho que busca e
1079 objetiva a qualidade, ele tem que ser baseado especialmente em prioridades. Então,
1080 a partir das prioridades nós estabelecemos as metas e a partir das metas nós
1081 desenvolvermos a ação e depois nós temos mecanismo de avaliação do que foi
1082 feito. Parece que nós temos nos perdido de maneira geral, eu não estou aqui
1083 falando particularmente dessa questão, na avaliação do que foi feito. Eu acho que
1084 sempre que nós temos algum mecanismo que possibilita avaliar o que está sendo
1085 feito ou o que foi feito é possível enriquecer, e nós eventualmente, no futuro, daqui a
1086 dez, vinte anos vamos querer descobrir o ovo de novo. Alguém já descobriu e nós

1087 podemos melhorar a qualidade do ovo e a forma de dele. Então, a minha proposta é
1088 esta: primeira proposta é de que nós elegemos algumas metas e que essas metas
1089 também sejam prioritárias e que nós possamos, digamos assim, que essas metas
1090 que sejam anuais ou da forma como achar melhor, nós possamos lá no final avaliar
1091 qual foi o avanço que nós conseguimos dentro dessas metas. Eu gostaria também
1092 de sugerir que fossem criadas oportunidades... Eu sei que é difícil, o tempo é curto,
1093 mas que as Câmaras se reunissem em dois momentos: um momento para tratar de
1094 forma geral, mas que fosse também possibilitado um espaço para a exposição de
1095 experiências práticas, que alguma região pode estar desenvolvendo algum trabalho
1096 que pode ser aproveitado em outra região e nós não conhecemos e de repente nós
1097 estamos começando uma coisa que outro já está fazendo e pode ser objeto de
1098 parâmetro para nós iniciamos ou melhorarmos o nosso trabalho. Então, essa é a
1099 outra proposta.

1100

1101

1102 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado. O representante das
1103 Indústrias. Você tinha solicitado a palavra?

1104

1105

1106 **O SR. DUVIVIER GUETHI JÚNIOR (Confederação das Indústrias/São Paulo)** – A
1107 questão é que São Paulo tem algumas legislações, principalmente legislações de
1108 saneamento ambiental, que a renovação de licença já conta a necessidade de
1109 apresentação de um plano de melhoria do desempenho ambiental da empresa.
1110 Então, ela pode ter o tempo de renovação estendido devido à melhoria do seu
1111 desempenho ambiental, e não só industrial, mas acaba envolvendo as questões de
1112 educação ambiental. E as questões de educação ambiental, um órgão da
1113 Federação, que é o Senai, ele desenvolve ações de educação ambiental há mais de
1114 quinze anos, e ações ambientais dentro das empresas. Então, dentro das empresas
1115 treinavam-se operadores, operários de empresa; a EMBRAER já foi totalmente
1116 passada por programas do Senai; Fillips, Bosch. É um número grandes de empresas
1117 com um número de profissionais treinados muito grande. E a competência da
1118 educação ambiental na grade curricular de todos os cursos do Senai contém já a
1119 educação ambiental. Então, no Estado de São Paulo são mais de quinhentas mil
1120 matrículas por semestre, e todos eles recebem no mínimo quarenta horas de
1121 educação ambiental.

1122

1123

1124 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Isso é para todo o País ou só para o Estado
1125 de São Paulo?

1126

1127

1128 **O SR. DUVIVIER GUETHI JÚNIOR (Confederação das Indústrias/São Paulo)** –
1129 Eu posso falar do Estado de São Paulo, mas eu acredito que como é uma Lei de
1130 Diretrizes e Bases do MEC, eu acredito que toda a Rede Senai do Brasil deva
1131 aplicar isso.

1132

1133

1134 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado. Nós vamos encerrar as
1135 inscrições. Eu vou dizer quem está escrito, devido ao adiantado da hora: Ludetana e
1136 depois o nosso Secretário, João Bosco, Patrícia, Tarcísio, Suzana e Débora. Então,
1137 a próxima é a Ludetana.

1138

1139 **A SR^a. MARIA LUDETANA ARAÚJO (SECTAM)** – Não é réplica não, é porque o
1140 meu caro colega... Tarcísio, eu não estou falando pelo Pará, eu estou falando pelo
1141 Brasil. Então, eu me sinto perfeitamente à vontade em falar pelo Brasil porque eu fui
1142 eleita entre vinte Estados presentes, com quinze votos. Então, eu quis falar pelo
1143 Brasil. Eu não posso contar a experiência do Pará. Pelo Pará nós temos Termo de
1144 Referência desde 1990. Depois de 88, da Constituição, só dois Estados tiveram a
1145 sua lei: Minas Gerais e o Pará, a Lei de Educação Ambiental, pós-Constituição.
1146 Então, desde aí nós vemos labutando nessa área. Hoje a ANAMMA tem 25
1147 municípios no Estado do Pará. Ela só tinha dois há três semanas atrás; só tinham
1148 dois municípios filiados à ANAMMA, por que foi isso, resultado do quê? Dos pólos
1149 de meio ambiente feito na Conferência Estadual de Meio Ambiente. A partir da
1150 criação dos pólos, hoje nós – desculpe eu fazer essa referência, é só para responder
1151 para o meu colega. Então, a partir dos dez pólos que nós instituímos no Estado do
1152 Pará para trabalhar as Conferências, a primeira e a segundas de Meio Ambiente,
1153 hoje os pólos estão consolidados. Cada pólo está elaborando as suas diretrizes de
1154 educação ambiental, cada pólo está elaborando as suas diretrizes de
1155 desenvolvimento sustentável, cada pólo está elaborando as suas diretrizes de
1156 Agenda 21. E o pólo se fortaleceu, principalmente o de Belém, que só tinha Belém e
1157 as ilhas, mais ou menos cinco município, seis municípios não é Rafael? Hoje o pólo
1158 Belém, que é coordenado pela Sílvia, tem 25 municípios que já estão aliados,
1159 vinculados, escritos ou fazem parte da ANAMMA. E eu digo sempre para ela: “Agora
1160 nós vamos fazer todo o Pará, todos os municípios”. Então, quando eu “Estados”, eu
1161 não estou em Estado dentro da sua estrutura, eu estou falando Estado, o município.
1162 Obviamente que a ponta não é o Estado. Já há uma briga entre Estados e
1163 Municípios. Eu não estou falando do Estado enquanto instituição política, mas
1164 enquanto segmento, onde vivem pessoas que administram o poder municipal, o
1165 poder público. Então, isso é o que acontece. Então, temos o Termo de Referência
1166 desde 1990. Nenhuma empresa se licencia no Estado do Pará sem apresentar um
1167 programa de educação ambiental, mas o que eu estou dando ênfase que não é só
1168 elaborar um plano, eu quero saber se ela vai garantir os recursos, se está lá dizendo
1169 que os recursos serão doados, serão cumpridos de acordo com a necessidade onde
1170 o empreendimento está sendo desenvolvido. A minha preocupação é essa. E não é
1171 só com o Pará, a minha preocupação já é com as outras representações. Eu tenho
1172 três propostas aqui rapidamente: a primeira, que deveria ser proposto pelos
1173 Colegiados aqui presentes um grande seminário de educação ambiental no setor
1174 produtivo. Nós percebemos que há uma lacuna principalmente no setor produtivo,
1175 numa experiência muito particular, na representação e na discussão com isso aí.
1176 Então, eu não sei se caberia ao colega que é o representante das Indústrias, à
1177 minha amiga Débora, mas eu acredito que, às vezes, nós precisamos nos
1178 alfabetizar. Talvez a emissão, a ausência é por falta de alfabetização a respeito da
1179 importância da inserção, da transversalização, da dimensão das questões
1180 ambientais via processo educativo. Nós precisamos nos reeducar, até nós que
1181 estamos aqui mesmos, que somos tão sabidos, tão inteligentes, tão preparados, tão
1182 qualidades, mas quem sabe quantas coisas nós dissemos que são impossíveis de
1183 serem feitas. Nós temos o papel de sermos utópicos e isso só se pode construir uma
1184 realidade a partir disso. A outra é que nós formamos normalmente durante o ano, eu
1185 acho que duzentos mil agentes comunitários de saúde, não é isso, mais ou menos?
1186 O SUS tem duzentos mil. Então, o que os Conselhos aqui presentes propuserem a
1187 inserção da educação ambiental, ou seja, das dimensões ambientais, porque
1188 educação já tem, mas seria dimensão ambiental, dos problemas ambientais, das
1189 potencialidades ambientais, não só problemas, mas também potencialidades na

1190 formação dos agentes comunitários. Eu acho que isso seria – ambiental não tem –
1191 interessante que houvesse essa proposição. Muito obrigada.

1192

1193

1194 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu vou passar a palavra aqui ao Secretário
1195 João Bosco.

1196

1197

1198 **O SR. JOÃO BOSCO (Conselho Nacional de Recursos Humanos – CNRH)** –
1199 Bom-dia a todos. É uma alegria participar desta reunião conjunta do Conselho
1200 Nacional de Recursos Hídricos e do CONAMA, as Câmaras Técnicas que têm essa
1201 grande responsabilidade de pensar em médio e longo prazos, educação se faz e a
1202 médio e longo prazos e de ultimamente construir uma nova cultura na sociedade
1203 brasileira. É esse imenso desafio que temos de um País mega diverso, com o maior
1204 potencial do planeta. Então, a nossa responsabilidade é tamanha pelo que temos e
1205 as potencialidades. E a educação ambiental tem um papel fundamental. Eu pedi a
1206 palavra, eu vou responder aqui a primeira questão que o Gustavo, da
1207 implementação do Plano. No início da tarde o tema é esse. Eu vou falar com mais
1208 detalhes na nossa reunião. Eu vou falar o que está previsto aí, pela pauta que eu
1209 tenho, seria o Conselho Nacional e educação ambiental no Plano Nacional de
1210 Recursos Hídricos. Então, Gustavo, no início da tarde eu vou me ater um pouco
1211 mais nessa questão. O Gustavo um outro tema que eu acho que é fundamental e
1212 nós estamos buscando viabilizar, que é a questão da transversalidade entre os
1213 Conselhos. O próprio plano nós trabalhamos de maneira transversal, o Governo, nos
1214 vários níveis de Governo: Estado e município, sociedade, etc., mas existem esses
1215 espaços que são formuladores de política que têm um processo muito rico de
1216 contribuição, às vezes, específica num determinado ponto, mas sempre com uma
1217 visão mais ampla, até porque os atores são variados. Então, isso faz com que você
1218 tenha um processo muito rico. E nós estamos buscado – isso foi discutido no âmbito
1219 da elaboração do Plano Nacional – uma agenda de representação específica do
1220 Plano Nacional de Recursos Hídricos que traz um panorama um pouco da política
1221 de recursos hídricos no âmbito dos Conselhos. Estamos finalizando agora o
1222 processo de aplicação do Plano para poder... E estamos já buscando um
1223 agendamento para ter essa oportunidade de estarmos levando o tema da água para
1224 os demais Conselhos, até porque sem água ninguém vive e nenhum processo
1225 produtivo ocorre e há desenvolvimento, não há nada. Então, a água por si só, ela é
1226 transversal, ela escorra pelas pedras, pelo solo, ela vai para as nuvens ela faz
1227 transversalidade de cima para baixo, na horizontal, de toda forma. Então, a água nos
1228 ensina que temos que ser... E apaga o fogo quando é necessário. Então, ela nos
1229 ensina essa questão da transversalidade. Então, só assim mesmo é que nós temos
1230 que trabalhar. Mas eu queria compartilhar com vocês uma experiência, já que foi
1231 tocada a questão do licenciamento ambiental, estou no licenciamento ambiental, um
1232 recurso para a aplicação da educação ambiental nos termos com Medida
1233 Compensatória, mas eu queria compartilhar com vocês, até como uma reflexão, uma
1234 experiência que eu pude ter quando eu fui Secretário de Meio Ambiente de Belo
1235 Horizonte, construímos junto com a equipe de Educação Ambiental da Secretaria,
1236 porque quando nós chegamos à época na Secretaria, o Programa de Educação
1237 Ambiental, ele se consistia muito em programa de palestras, de visitas, essas coisas.
1238 E nós, junto com a equipe, construímos uma proposta de educação ambiental, onde
1239 nós trabalhávamos a partir dos processos de licenciamento ambiental. A prefeitura
1240 de Belo Horizonte já tinha o processo de licenciamento ambiental e nós começamos
1241 a trabalhar a educação ambiental em seu programa a partir do fato... Você tinha um

1242 estudo de impacto ambiental, tínhamos lá, por exemplo, o metrô na cidade para ser
1243 construído, um processo de uma linha férrea também de trem de carga, e aí você
1244 tinha um estudo de impacto ambiental daquele empreendimento, e nós optamos a
1245 redirecionar o trabalho da educação ambiental para aquelas comunidades que
1246 seriam afetadas por aquele empreendimento e fazer com que o EIA/RIMA pudesse
1247 ser decodificado em uma linguagem em que a população pudesse compreender e
1248 pudesse participar do processo de licenciamento num processo empoderamento
1249 maior do que significativa aquilo. Para nós foi uma experiência muito interessante e
1250 muito... Eu até me arrepio um pouco aqui de vermos uma audiência pública com em
1251 torno de quase duas mil pessoas num auditório grande, num ginásio imenso, e as
1252 pessoas simples se levantando e falando de poluição sonora, que aquilo poderia
1253 causar, da poluição do ar, dos impactos, compreendendo aquilo numa linguagem
1254 que ela compreendia e aquele EIA/RIMA que aparentemente era um documento
1255 técnico, ele se transformou numa cartilha popular de meio ambiente, onde as
1256 pessoas, elas mesmo por si só, puderam estar lá defendendo e conquistando e
1257 compreendendo aquele empreendimento e vendo como que aquilo poderia estar
1258 sendo feito, mas com algumas condicionantes de forma que pudesse assegurar para
1259 elas o sossego, pudesse assegurar o menor impacto, inclusive discutindo as
1260 próprias compensações ambientais que deveriam ser feitas daquele
1261 empreendimento. Assim, foram vários outros casos que nós pudemos ter essa
1262 oportunidade. E nós observamos que houve um interesse muito grande das pessoas
1263 por que elas estavam vivendo ali naquele momento aquela situação. Então, elas
1264 compreendiam aquilo com muito mais... Porque está na sua vida. E como disse o
1265 Paulo Freire, se o pedreiro for começar a aprender a escrever com a palavra tijolo,
1266 ele vai ter muito interesse do que o “Vovô viu a uva”, sobretudo, numa cidade
1267 urbana, quer dizer, a partir dessa perspectiva... E aí eu fiquei pensando aqui que
1268 talvez... Eu acho que nós podemos somar num processo de contribuição que
1269 quando do processo... Quer dizer, ter alguma forma em que nós potencializemos
1270 esses momentos importantes e fazer com que o EIA e efetivamente o RIMA ele
1271 possa ser incorporado num processo pedagógico de discussão, mas antes, porque
1272 muitas vezes o processo do licenciamento é um processo que são os técnicos que,
1273 às vezes, têm um acesso à informação, uma equipe, e a própria comunidade como
1274 um todo não tem essa oportunidade de ter acesso àquele tanto de informação que
1275 se tem da região, aprender a ler um documento como esse antes de desdobrar. E
1276 essa experiência eu achei que foi uma experiência que muito importante. E a equipe
1277 continua trabalhando sob essa perspectiva. E foram debates muito interessantes
1278 que foram feitos com as escolas, com as associações comunitárias de forma que
1279 nós pudéssemos fazer antes de compensar com ações e com recursos na educação
1280 ambiental, mas que essa educação ambiental, ela possibilitasse até para que os
1281 próprios cidadãos tomassem para si o seu destino e a informação para que ela
1282 pudesse exigir que aquele empreendimento pudesse gerar o menor impacto
1283 possível à vida dela e também pudesse também gerar um maior benefício possível
1284 otimizando aquilo que era de bom dos próprios empreendimentos. Então, essa foi
1285 uma experiência que para nós foi interessante exatamente por isto: porque nós
1286 sabemos que no dia de hoje, na vida de hoje, as pessoas, com tanta informação e
1287 num processo pedagógico as pessoas vão tender a se voltar e a dedicar um tempo
1288 naquilo que ela está vendo que pode afetar a sua vida e que tenha uma relação
1289 mais direta. Então, a partir dessa experiência riquíssima, que já tem em alguns
1290 Estados, de assegurar recursos na compensação ambiental focados à educação
1291 ambiental, quem sabe quando se paga a taxa de licenciamento já ali você possa
1292 assegurar algum recurso que vai assegurar que aquele RIMA, a partir de uma
1293 orientação do setor de educação ambiental, ele também tenha... Que mesmo o

1294 RIMA, nós sabemos, ele ainda é difícil de a população de uma maneira geral
1295 compreender, mesmo ele, com aquela perspectiva, os RIMAs ainda são numa
1296 linguagem também difícil, na verdade, mais resumos do que um documento que vai
1297 comunicar para a população. Talvez avançar nessa perspectiva e atender
1298 efetivamente o que era o objetivo do RIMA, fazer com que ele seja um documento
1299 com informações e qualifique a participação da sociedade no processo das
1300 audiências públicas, dessa compreensão. Então, eu acho que era isso que eu queria
1301 compartilhar com vocês e quem sabe as Câmaras Técnicas, nós possamos estar
1302 avançando nesse sentido de que nós possamos estar construindo a partir dessas
1303 evidências. Muito obrigado.

1304

1305

1306 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado, Secretário. Agora a
1307 senhora Patrícia.

1308

1309 **A SR^a. PATRÍCIA OTERO (Rede Paulista de Educação Ambiental)** – Patrícia, 5
1310 Elementos do REPEA. Eu queria colocar para vocês que eu acho esse momento da
1311 educação ambiental nos Colegiados um momento de conversa muito importante.
1312 Então, eu gostaria de sugerir que houvesse outros. Não sei como é o planejamento
1313 desses encontros. Eu queria também colocar que dentro do GT de Comunicação
1314 Ampliado do Comitê Assessor, que eu faço parte, nós vemos discutindo a questão
1315 da comunicação e das mídias. E como aqui, em várias falas, isso foi colocado de
1316 formas diferentes, que houvesse uma recomendação para que ou essas Comissões,
1317 Conselhos, Grupos que estão aqui representados tivessem algum momento de
1318 convergência já com esse grupo de comunicação, que já vem se reunido. E eu
1319 queria também colocar que na nossa agenda da última reunião do Comitê Assessor,
1320 a REBEA e a RUPEA iriam, dentro de um processo, de um decreto, entrar dentro
1321 dessas reuniões oficialmente como uma instituição que faz parte do Comitê
1322 Assessor. Aí eu queria um esclarecimento de saber se isso estar encaminhado,
1323 como é que está o andamento. E agora o anúncio: esse livro que a Mônica lançou,
1324 da Rede Paulista, está sendo vendido na feirinha, na barraquinha nº. 13, para quem
1325 quiser adquirir. Obrigada.

1326

1327

1328 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Depois passaremos aos encaminhamentos
1329 e o Nilo terá a palavra.

1330

1331

1332 **A SR^a. SUZANA PÁDUA (IPE)** – Suzana, do IPE – Instituto de Pesquisas
1333 Ecológicas e de um Grupo, que eu tenho medo falar errado, representando na
1334 SBPC. Isso mostra o quanto nós não conhecemos a própria realidade que nós
1335 estamos discutindo. Eu fiquei impressionada comigo mesmo de eu ficar insegura de
1336 dizer que grupo que eu estava fazendo parte. Eu gostaria muito de reforçar a patrícia
1337 acabou de dizer. Foi isso que eu pedi: está faltando comunicação. Eu hoje aprendi
1338 as atribuições de cada Comitê desses e que sinceramente eu sou da área há quase
1339 vinte anos e eu não sabia o que esses Comitês estavam se propondo e quanta coisa
1340 tinha em comum e quanta coisa nós podíamos estar juntando e contribuindo. Então,
1341 eu acho que comunicação está sendo que para mim seria o principal para nós
1342 podermos, inclusive saber de que maneira nós reivindicar, contribuir e fazer
1343 acontecer, que nós somos da outra ponta, da implementação, principalmente
1344 fazendo parte de uma ONG, nós estamos sempre contribuindo de uma forma mais

1345 ativa e não tanto na parte teórica, também teórica, mas de formulação de políticas.
1346 Então, é isto: comunicação para mim seria o ponto mais importante.

1347

1348

1349 **A SR^a. DÉBORA MUNHOZ (Confederação Nacional das Indústrias)** – Eu
1350 represento aqui a Confederação Nacional das Indústrias. E transversalidade é um
1351 desafio. Nós temos pensado muito sobre essa possibilidade de aumentar diálogo do
1352 Comitê Assessor e é também um desafio de nós internalizarmos isso nas nossas
1353 próprias instruções, a questão comunicação... Então, aproveitando, eu tinha falado
1354 um pouquinho sobre o trabalho, a questão das empresas, a questão do Senai. Eu
1355 vou trazer um pouquinho de uma experiência que eu passei. Eu fui coordenadora de
1356 um projeto chamado Horizonte 21, que tinha como objetivo introduzir de uma forma
1357 transversal a educação ambiental na educação profissional. E participaram desse
1358 projeto os Estados... O piloto foi em Minas Gerais, com dezessete unidades do
1359 SENAI, que atendem a empresas; Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul
1360 e Paraná. E todos eles têm atendimento na área de educação ambiental, com as
1361 suas especificidades, voltado para o atendimento a empresas. A Bahia também tem
1362 um centro de referência fantástica, que é o CTID. Goiás está começando, Goiânia
1363 está começando. E nós temos ido buscado trocar... Temos que aumentar o nosso
1364 contato com São Paulo, Rio de Janeiro. E esse é um desafio que nós temos que
1365 olhar para ele... Venho de um Estado, onde tradicionalmente... Minas Gerais, devido
1366 à diversidade das mineradoras muito pressionadas historicamente pela sociedade
1367 civil, onde hoje nós temos, infelizmente, centros de educação ambiental com
1368 adolescentes com quinze anos já voltados para uma educação ambiental que está
1369 focada na sustentabilidade, está pensando em questões de gerações futuras. Eu
1370 particularmente tive a oportunidades de trabalhar, promover projetos com o alto
1371 escalão, onde essas pessoas estão se perguntando: “Quando essa mineração
1372 acabar, caqui a 20, 30 anos – que nós já começamos a ver no Estado um fato
1373 histórico, que é o esgotamento das minas – o que nós vemos deixar para essa
1374 comunidade?” Então, esse panorama que eu gostaria de estar colocando um
1375 pouquinho para vocês. Eu coordeno também, em Minas, o Grupo de Trabalho de
1376 Centro de Educação Ambiental de Empresas, uma iniciativa nossa na FIEMG, e é
1377 uma preocupação muito grande das empresas que investem muito nas comunidades
1378 na questão dos indicadores. Então, eu penso que esse discurso dos indicadores
1379 está permeando por várias áreas da educação ambiental. Como é que nós
1380 medimos, como é que mensuramos? Do ponto de vista empresarial, se eu coloco
1381 200 mil, 300 mil, 1 milhão, qual é o retorno que eu vou ter, como é que eu meço
1382 esse retorno? E aí é importante colocar, como eu coloquei na reunião das CIEAs –
1383 Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, que o retorno hoje para uma
1384 empresa não é só uma questão de valor financeiro, mas também em termos de
1385 retorno social. E mais uma vez a questão da comunicação, quer dizer, o centímetro
1386 quadrado que um jornal destina para a publicação de um trabalho com a
1387 comunidade, do resultado na comunidade, ele pode ser convertido em valor, em
1388 dólares ou em reais, mas é uma forma de retorno. Também nós tivemos uma
1389 experiência recente, em Belo Horizonte, onde as pessoas na faixa de oitenta anos
1390 que aprenderam a ler, foram contar o resultado do investimento da empresa. São
1391 formas de retorno que nós temos que começar a olhar. Mas, uma coisa: eu gostaria
1392 de fazer também uma propaganda: nós estamos participando, no caso eu como
1393 Débora, como professora e pesquisadora, com um trabalho específico sobre
1394 educação ambiental em empresas, aonde eu venho buscando trabalhar muito as
1395 especificidades da educação ambiental para a área empresarial; e um outro trabalho
1396 onde consta o resultado dos dois Grupos de Trabalho, as primeiras reuniões de

1397 trabalho do Grupo de Educação Ambiental em Empresas constituídos basicamente
1398 por pessoas que trabalham com educação ambiental em empresas. Esse trabalho
1399 vai ser apresentado na forma oral e, se não me engano, os números são 733, 732,
1400 eu não sei ainda onde os painéis vão ficar, mas eu gostaria de convidá-los a ouvir e
1401 a visitar o painel. E um outro ponto importantíssimo além dos indicadores, além da
1402 comunicação, além do diálogo entre as partes interessadas, é muito importante
1403 também para nós população, nós brasileiros aprendermos a lidar com dinheiro.
1404 Então, o encontro de Centro de Educação Ambiental da CST também no ano
1405 passado foi uma coisa que ficou muito clara. Nós tivemos várias pessoas da
1406 sociedade civil, vários CIEAs públicos e de ONGs. E uma das questões que nós
1407 conversamos muito sobre isto: não adianta você ter o recurso e pensar só na
1408 estrutura física, mas também você planejar essa ao longo do tempo e do espaço.
1409 Então, eu gostaria de deixar esses pontos para serem pensados como estratégias.

1410
1411

1412 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Débora, muito obrigado. O Byron, eu tinha
1413 facultado a palavra a ele anteriormente, mas ele tinha pedido para adiar. Então,
1414 agora, Byron, você tem a palavra.

1415
1416

1417 **O SR. BYRON PRESTES COSTA (Ministério da Justiça)** – Eu estou aqui para
1418 ouvir realmente. A questão da transversalidade é fundamental. Eu sofri muito, dentro
1419 do Ministério da Justiça, para buscar com que a FUNAI tivesse uma perfeita
1420 interação com a FUNASA e uma perfeita interação com o IBAMA. Só com essa
1421 interação é que se poderá fazer alguma coisa. Não há como se trabalhar
1422 isoladamente como se vinha trabalhando. Então, a transversalidade é fundamental.
1423 Eu participo de um Grupo Interministerial de Desenvolvimento Regional. E lá eu
1424 pude verificar o quanto o Ministério da Saúde, através da FUNASA, está lá no
1425 município em capilaridade absoluta, e o quanto FNDM, Ministério da Educação
1426 também estão lá. Então, é fundamental nessa área da educação que nós
1427 estimulemos cada dia mais essa participação transversal que hoje está existindo,
1428 embora tenha muito ainda a desenvolver. Eu aproveito a presença do meu querido
1429 Secretário e do meu querido Diretor, João Bosco e Nilo, para reforçar aquele pedido
1430 que vem sendo feito há muito tempo: que nós regionalizemos as reuniões, isto é,
1431 que nós levemos CONAMA às reuniões e que levemos o Conselho Nacional de
1432 Recursos Hídricos a reuniões. Não há melhor do que isso. O João Bosco sabe
1433 perfeitamente que o sucesso do Plano Nacional só foi porque lá se foi discutir o
1434 Plano Nacional de Recursos Hídricos. Isso é fundamental. Audiência pública é
1435 básica e é fundamental. Vamos lá, vamos ouvir os escolares, vamos ouvir
1436 universitário, vamos ouvir a entidade municipal pequena, às vezes, que não tem
1437 recursos para ir a Brasília, nunca pode. Então, isso é para mim é fundamental. Nilo,
1438 por favor, não se esqueça disso, meu Secretário. Ontem eu descí no aeroporto de
1439 Florianópolis e não no de Curitiba, e estava me dirigindo ao centro quando um
1440 irmão, que está morando em Florianópolis, perguntou: “Byron como vamos funcionar
1441 a questão da favela?” Eu disse: “Olha, se o prefeito não der assistência para essa
1442 gente no plano social, se não levar a ela eletricidade, se não levar a ela condição de
1443 transporte, se não levar e ela a escola, a saúde, o prefeito acabará na cadeia. Então,
1444 é muito difícil, eu falei para ele, que nós possamos evitar essa invasão nos morros,
1445 entretanto uma solução há: essa solução exatamente está na educação do meio
1446 ambiente, está no trabalho do Ministério Público cuidando do meio ambiente nessas
1447 áreas. Só essa força que poderá acabar com esse desmanche que é feito hoje na
1448 área de meio ambiente (...) e outras coisas mais”. Daí é interessante a Fundação...

1449 Porque o trabalho... E que essas Câmaras Técnicas vão à busca e em
1450 fortalecimento à ação do Ministério das Cidades. O Plano Diretor é fundamental.
1451 Então, nós temos que educar essa gente, buscar dar e estimular através do
1452 Ministério das Cidades a efetiva institucionalização de Planos Diretores e fazer com
1453 que a educação do meio ambiente seja o carro-chefe de todo o desenvolvimento. E
1454 por último, uma coisa que preocupa a nós do Ministério da Justiça, além da Política
1455 Federal, Governo Federal, além dos índios, além do Direito do Consumidor, é a
1456 questão da modernização da Justiça, isto é, a reforma do Judiciário. O que eu tenho
1457 observado no curso dos tempos? É que não nos adianta prosseguir aplicando
1458 multas altas nas penalizações de meio ambiente. O que nos adianta efetivamente é
1459 estimular e premiar aqueles que façam bem a proteção do meio ambiente. Iss é
1460 fundamental. A pena só leva à corrupção. Fiscal hoje é corrupto ou então
1461 marginaliza-se a ação de desenvolvimento. Nós não podemos permitir que isso
1462 aconteça, que nós temos que criar, buscar, verificar na legislação. Verificar é a
1463 forma de bem darmos a que a sociedade muito bem participe disso, primeiro porque
1464 o Governo não tem dinheiro e não precisa de dinheiro para fazer isso. Quem tem
1465 que fazer isso é a iniciativa privada efetivamente, e o recurso está na iniciativa
1466 privada é não no Governo, o Governo é pobre para essa coisa, não nos adianta
1467 aplicar multas altas. Muito obrigado.

1468
1469

1470 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado, Byron, pela sua
1471 contribuição. Devido ao tempo, peço desculpas, mas nós não vamos poder mais
1472 abrir. Então, tinha apenas a Jaqueline Gomes, que precisa dar um esclarecimento
1473 rápido sobre o questionamento apresentado pela Patrícia Otero.

1474
1475

1476 **A SR^a. JAQUELINE GOMES** – Bom-dia. Eu aproveito para me apresentar. Eu nesse
1477 entra e sai. Eu também estou na organização do Congresso. Eu sou Jaqueline. Eu
1478 sou da Diretoria de Educação Ambiental e sou interlocutora pela DEA com o Comitê
1479 Assessor, a é a metade do Órgão Gestor. Sobre o que questionamento da Patrícia,
1480 o FBOMS – Fórum Brasileiro de organizações e Movimentos Sociais já é convidado
1481 especial do Comitê Assessor há duas reuniões, há um ano mais ou menos, e a
1482 RUPEA também. Na última reunião, em dezembro, nós deliberamos que a REBEA
1483 também seria incluída como convidada especial. Se for convidado especial no
1484 Comitê Assessor significa que esses representantes participam das reuniões
1485 semestrais, mas não têm direito a voto. E o que nós deliberamos na última reunião é
1486 quando do processo de revisão e alteração de Decreto que regula a lei, nós
1487 tentaríamos modificar, alterar, incluir as cadeiras para esses convidados especiais
1488 como representantes oficiais. Esse processo não foi encaminhado ainda. É um
1489 trabalho que é para ser feito com o Órgão Gestor junto com o Comitê Assessor, mas
1490 informando que esse trabalho, quem é representante do Comitê Assessor sabe que
1491 não começou. Só para dar os esclarecimentos.

1492
1493

1494 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado. Vamos passar a palavra à
1495 Queila.

1496
1497

1498 **A SR^a. QUEILA DINIZ (Ministério da Cultura)** – Queila, do Ministério da Cultura. É
1499 basicamente para dizer que o Ministério da Cultura está aqui, ouvimos já aqui várias
1500 idéias e palavras que nos remetem à questão da cultura, que nós podemos dizer

1501 que é a transversalidade da transversalidade porque, na verdade, a cultura envolve
1502 comportamento, envolve identidades, mentalidades, e como nós estudamos na
1503 História, os usos e os costumes. Então, isso faz parte da nossa cultura. Então, tudo
1504 que se falou aqui hoje, eu entendo que é uma atitude cultural, é uma atitude de
1505 comportamento que remete às nossas identidades. Então, nesse Brasil tão
1506 diversificado, quando nós falamos na educação ambiental, eu entendo que nós
1507 estamos falando de um processo de desenvolvimento, onde os individuais e não só
1508 a Federação como o Estado e o município, mas o indivíduo é que, na verdade, no
1509 fundo é o que vai ser o foco de uma educação ou de um investimento ambiental.
1510 Então, só para dizer que nós, enquanto Ministério Público da cultura, não temos
1511 nenhuma ação específica na área da educação ambiental, estamos nos
1512 aproximando cada vez mais do Ministério do Meio Ambiente, acabamos de assinar
1513 um acordo de cooperação e estamos fechando uma agenda bilateral e que estamos
1514 disposto e estamos encaminhando neste momento uma participação efetiva nesse
1515 campo da educação ambiental.

1516

1517

1518 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Muito obrigado pela contribuição de todos e
1519 também pela paciência e compreensão. Então, vamos passar a palavra ao Nilo
1520 Diniz, que vai coordenar os encaminhamentos para nós...

1521

1522

1523 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Apenas eu quero
1524 pedir atenção de todos para que nós aproveitemos... Eu acho que muito foi
1525 positivamente aqui esse primeiro levantamento, nós, pelo prazo, nem conseguimos
1526 fazer exatamente um debate, mas pelo menos levantamos uma série de
1527 encaminhamentos interessantes. E eu quero auxiliar aqui no caso a presidência, a
1528 coordenação das Câmaras e do Comitê Assessor no sentido de nós termos um bom
1529 aproveitamento das sugestões que foram apresentadas aqui. Antes, eu quero só
1530 fazer uma rápida observação a título um pouco de resposta ou de esclarecimento
1531 para algumas questões que foram levantadas: primeiro, em relação à questão da
1532 integração dos Conselhos, que foi colocado isso aqui por alguns representantes,
1533 alguns participantes. A Ministra baixou uma Portaria que foi inclusive reformulada e
1534 renovada e reapresentada e assinada agora no início deste ano, que cria um Grupo
1535 de Trabalho de Integração do Sistema Nacional de Meio Ambiente com o Sistema
1536 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esse Grupo vem trabalhando
1537 intensamente desde fevereiro com o objetivo de inclusive fazer esse trabalho de
1538 integração e de articulação dos dois sistemas, especialmente por intermédio dos
1539 dois Conselhos: CONAMA e CNRH. Então, essa iniciativa que está acontecendo
1540 hoje aqui, em reunião conjunta desses Colegiados, já integra inclusive o estudo e o
1541 trabalho que está sendo feito por esse GT. O GT está acompanhando está
1542 acompanhando esta reunião aqui também e vai acompanhar outras iniciativas
1543 importantes. Eu quero até aproveitar para anunciar: eu acho que estamos recebendo
1544 aqui a visita do nosso Secretário Municipal de Meio Ambiente de Joinville. Ele vai
1545 participar e abrir a sessão da tarde, o nosso debate à tarde, às 14h. Eu quero até
1546 convidá-lo, se ele vai permanecer um pouco mais, que ele se sente aqui junto
1547 conosco. É o Norival Silva, o nosso Secretário, aliás, co-promotor também desta
1548 reunião. Nós recebemos um apoio muito significativo da Secretaria Municipal do
1549 Meio Ambiente, que viabilizou aqui essa... Perdão, é FUNDEMA – Fundação
1550 Municipal de Meio Ambiente de Joinville. Então, primeiro esclarecimento é este: o
1551 GT está instalado por Portaria da Ministra, está funcionando e essa é uma
1552 preocupação hoje do Ministério do Meio Ambiente: a integração dos dois sistemas e

1553 dos dois Conselhos. Em relação à Conferência Nacional de Meio Ambiente, nós
1554 vamos ter a Infanto-Juvenil agora no final de abril, nos dia 23 a 28 de abril, em
1555 Brasília, é mais um compromisso que está sendo assumido e realizado do ponto de
1556 vista da articulação de dois Ministérios fundamentais na área da educação
1557 ambiental: o MMA e o MEC. E as deliberações, tanto da primeira conferência quanto
1558 da segunda... No caso da primeira, o próprio CONAMA estabeleceu um Grupo *ad*
1559 *hoc*, que o Valmir mencionou agora há pouco aqui. Esse Grupo lançou, no início do
1560 ano passado, um sistema público de acompanhamento do que vem sendo
1561 implementado para cada uma das deliberações da Primeira Conferência. A mesma
1562 coisa já está sendo feita em relação às deliberações da Segunda Conferência.
1563 Então, a expectativa é que no máximo até a Semana do Meio Ambiente seja lançado
1564 esse sistema também para acompanhamento público das deliberações da Segunda
1565 Conferência também. Então, é a maneira que nós entendemos mais prática de fazer
1566 com que as deliberações da Conferência não apenas tenham um caráter
1567 deliberativo, mas haja um acompanhamento, um controle público mesmo sobre a
1568 implementação de cada uma dessas deliberações, de tal forma que possa haver
1569 também uma cobrança efetiva. No ciclo das conferências nacionais, de uma forma
1570 geral, que são realizadas, a Conferência Nacional de Meio Ambiente tem sido
1571 pioneira ao estabelecer esse sistema *on line* de controle sobre tudo que o Ministério
1572 está fazendo em atendimento às deliberações. Outra informação importante do
1573 ponto de vista do fortalecimento dos municípios, como a ponta realmente da Política
1574 Nacional de Educação Ambiental, como Meio Ambiente de uma forma geral, uma
1575 das iniciativas importantes que tem sido compartilhada com a Comissão Tripartite,
1576 que integra o órgão federal, os órgãos municipais e os órgãos estaduais de meio
1577 ambiente, é o Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros em
1578 Meio Ambiente. Então, isso já está implementado em convênios que já estão sendo
1579 feitos com vários Estados, envolve o Órgão Estadual na participação direta, em cada
1580 Estado, mas é um programa prioritário hoje do Ministério do Meio Ambiente, que é
1581 de colaborar decisivamente para o fortalecimento dos órgãos locais de meio
1582 ambiente, assim como os Conselhos através da capacitação também de
1583 Conselheiros. Então, essa é uma informação também que eu quero dar e acho
1584 importante. Em relação ao seminário, que foi proposto aqui pela nossa colega Maria,
1585 que participa do Comitê Assessor, eu acho muito interessante essa idéia. Está
1586 registrada aqui entre as propostas. Eu apenas agregaria... Como ele falou: “Setor
1587 produtivo”. Eu me sinto no direito de entender que aí empresários e trabalhadores,
1588 portanto, o nosso companheiro da CUT, que está aí, também do Comitê Acessar,
1589 não teve tempo de se manifestar, o Martinho, que é um colaborador também efetivo
1590 na implementação da Política de Educação Ambiental, assim como as outras
1591 centrais sindicais e confederações da agricultura, enfim, eu acho importante a
1592 proposta desse seminário, um seminário do setor produtivo sobre educação
1593 ambiental, eu acho que é uma demanda que apareceu em algumas falas aqui, mas
1594 eu acho interessante envolver o setor empresarial, de uma forma geral, tanto setor
1595 da indústria como os demais ramos também, mas também o setor sindical dos
1596 trabalhadores porque é importante também, há iniciativas importantes nesse campo
1597 e elas podem convergir e um seminário desses teria um impacto muito grande. Eu
1598 acho que poderia ser, inclusive na promoção das duas Câmaras Técnicas, do
1599 Comitê Assessor, integrante, inclusive instituições que estão aqui na organização do
1600 Congresso Ibero-Americano também. O seminário sobre a questão do EIA/RIMA,
1601 que foi proposto aqui também, foi levantada essa proposta, foi o João Bosco, o
1602 Secretário, que colocou essa questão de um trabalho... Está anotando aqui entre as
1603 propostas também, mas eu quero lembrar que pode ser interessante se as Câmaras
1604 Técnicas abraçarem realmente essa idéia de pensar em aperfeiçoar mais esse

1605 mecanismo de intercâmbio ou de difusão dos EIA/RIMA e dos processos de
1606 licenciamento através de reuniões públicas em caráter mais didático, eu acho que
1607 podemos, inclusive assumir aqui, se for o caso, avaliando com os membros das
1608 duas Câmaras e do Comitê Assessor, uma meta que seria agosto, pelo menos para
1609 começar a pensar nesse trabalho, porque em agosto, nos dias 30 e 31 de agosto,
1610 nós vamos realizar, em São Paulo, um seminário... O CONAMA vai realizar, em São
1611 Paulo, um seminário de comemoração dos 25 anos do CONAMA. Então, este ano é
1612 Jubileu de Prata do CONAMA, vamos dizer assim. Bodas de Prata é casamento. Eu
1613 também comemoro neste ano, 25 anos. Eu estou fazendo um comercial bem
1614 familiar. O João também? Está ficando idoso, João! Mas o CONAMA completa 25
1615 em 31 de agosto. Então, nós vamos realizar, em São Paulo, para comemorar esse
1616 25 anos do CONAMA, nós vamos comemorar também os 25 anos da Resolução
1617 001/86, que estabeleceu instrumento do EIA/RIMA. E para isso, nós vamos fazer um
1618 seminário nacional, nesses dois dias, com tema Licenciamento: do EIA/RIMA à
1619 Avaliação Ambiental Estratégica, que é um instrumento mais recente muito
1620 importante também do ponto de vista da Política Nacional de Meio Ambiente. Então,
1621 esse seminário, eu quero que todos, por favor, anotem em suas agendas, nós
1622 queremos receber todos, em São Paulo, nessa data, mas eu acho que pode ser
1623 talvez uma missa interessante, que até lá a Câmara possa também pelo menos, se
1624 não definir uma resolução, as Câmaras, pelo menos fazer algumas sugestões para o
1625 próprio seminário nesse sentido que o João Bosco apresentou, essa experiência,
1626 inclusive eventualmente sendo apresentada lá. Eu acho que pode ser algo
1627 interessante. Eu já estou concluindo só mais dois pontos aqui. Quanto à
1628 regionalização e a itinerância aqui, que propôs o nosso Conselheiro Byron. Essa tem
1629 sido, no caso do CONAMA, uma prioridade desde 2003, foram muitas reuniões
1630 realizadas já, Plenárias do CONAMA, fora de Brasília, mas nós também temos
1631 realizado, como esta aqui mesmo, reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de
1632 Trabalho em todo o Território Nacional. A única limitação que nós temos é que o
1633 Regimento define que essas reuniões têm que ser devidamente justificadas. Então,
1634 muitas vezes nós temos que dificuldades de se deslocar de Brasília porque uma
1635 reunião para acontecer fora de Brasília ela precisa ter uma fundamentação, uma
1636 justificação de forma a atender o Regimento. A mesma coisa o CNRH, o Secretário
1637 está me autorizando aqui a incluir também... O CNRH também tem tido essa
1638 prioridade porque justamente como são Conselhos Nacionais, eles têm realmente a
1639 missão de transitar pelo País e dar a conhecer o trabalho que vêm realizando. E
1640 exatamente com essa finalidade, que foi levantada pela professora Suzana – eu não
1641 sei se ela está aqui ainda – ela levantou exatamente o desconhecimento que ainda
1642 se tem sobre o trabalho específico das Câmaras Técnicas e do próprio Comitê
1643 Assessor. Por isso nós vamos realizar hoje à tarde aqui, por enquanto aqui mesmo,
1644 aqui nesta sala, nós vamos fazer na parte da tarde, inclusive vamos tentar acomodar
1645 aqui mais cadeiras para poder atender ao pessoal que já está chegando para o
1646 Congresso. Nós vamos apertar um pouquinho, mas eu acho que vai poder
1647 acomodar todos aqui. Nós vamos fazer uma apresentação: eu, o João Bosco, a
1648 Rachel, o Sanderson, possivelmente o Sorrentino ou o José Vicente, nós vamos ter
1649 que ver enquanto Comitê Assessor ou talvez a Rachel acumule, que ela também é
1650 coordenadora do Comitê Assessor, mas, enfim o que nós vamos fazer é exatamente
1651 um esclarecimento também para outras pessoas que vêm participar do Congresso
1652 Ibero-Americano sobre como é que funciona e qual é o trabalho que realiza cada um
1653 dos desses Colegiados, especialmente aqui também pensando no Conselho
1654 Nacional de Recursos Hídricos e no CONAMA também de uma forma geral, como é
1655 que a dimensão da educação ambiental está inserida também no CONAMA, no
1656 trabalho geral do CONAMA e do CNRH, com destaque agora para o Plano Nacional

1657 de Recursos Hídricos, com um exercício de educação ambiental, vamos dizer assim,
1658 radical em todo o Território Nacional. Então, é esse esclarecimento. E nós
1659 recebemos aqui... Eu vou destacar algumas propostas que eu acho que o
1660 encaminhamento delas vai ser muito importante, primeiro aqui uma moção ou outro
1661 documento conjunto propondo ações de educação ambiental no Programa Nacional
1662 de Revitalização do São Francisco. Tem muitas propostas, muitas sugestões, todas
1663 foram absorvidas, mas algumas que dependem de mais um encaminhamento
1664 prático, foram as que eu destaquei. No caso da Fiesp aqui, uma definição melhor de
1665 competências da CTEM, desdobramento para metas estratégicas e considerando os
1666 diferentes setores, por exemplo, no caso a indústria, que foi destacada pelo
1667 Conselheiro representante da Fiesp; a Maria Ludetana. Eu não vou nem colocar os
1668 nomes porque senão os que eu não mencionar vão se sentir excluídos e, na
1669 verdade, todos estão incluídos aqui. Ela colocou quatro propostas importantes, são:
1670 primeiro, integrar as Câmaras Técnicas com os CIEAs, quer dizer, pensar uma
1671 maneira de uma integração maior; propor também ações de educação ambiental
1672 também nas atuações por parte dos Estados, um trabalho de fiscalização; que se
1673 estimule e se fortaleça os Programas Estaduais de Educação Ambiental. Uma
1674 Câmara Técnica do CONAMA, por exemplo, está definindo agora uma
1675 recomendação incentivando os CIEAs nos Estados. Então, eu acho que talvez um
1676 incentivo também para programas estaduais junto aos órgãos estaduais; e por
1677 último, ela propôs também que as Secretarias que licenciam que procurarem incluir
1678 nos Termos de Referência do Licenciamento programas de educação ambiental
1679 como componente obrigatório. Depois nós temos também uma proposta aqui que as
1680 deliberações da Segunda Conferência Nacional sejam implementadas, que sejam
1681 elementos de inspiração para o trabalho das Câmaras Técnicas e Comitê Assessor,
1682 em especial a Escola Nacional de Gestão Pública, que eu acho que pode ser uma
1683 iniciativa sim pensada a partir das Câmaras Técnicas. Também foi proposto que as
1684 Câmaras devem propor diretrizes para a educação ambiental no Plano Nacional de
1685 Recursos Hídricos, possivelmente por intermédio de proposição da Secretaria de
1686 Recursos Hídricos do Ministério. Foi proposto também aqui a formulação de Políticas
1687 Públicas de Educação Ambiental para a educação superior por meio do Conselho
1688 Nacional de Educação. Também foi proposto aqui que as Câmaras Técnicas
1689 analisem ou avaliem a possibilidade de regulamentação do art. 3º, Incisos I, II, III, IV
1690 e V da Lei 9.795/99, quando institui a Política Nacional de Educação Ambiental e
1691 estabelece atribuições para empresas, para órgãos de comunicação, etc., vários
1692 segmentos, nós pensarmos como um material, como um possível trabalho de
1693 regulamentação, da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA tanto
1694 quanto a do CNRH. Outra proposta, onde há estrutura municipal, o CONAMA
1695 poderia estabelecer percentual ou se não percentual pelo menos orientar o
1696 estabelecimento de percentual de aplicação de recursos em educação ambiental
1697 das compensações. Outra proposta também que foi levantada aqui, eu já falei, é o
1698 seminário sobre educação ambiental pelo setor produtivo a ser promovido pelas
1699 Câmaras Técnicas e Comitê Assessor e também propor educação ambiental na
1700 formação dos agentes comunitários de saúde. Isso é algo que pode ser tratado
1701 também diretamente com o Ministério da Saúde para verificar a pertinência ou a
1702 forma como isso poderia ser tratado pelo CONAMA, CNRH e Comitê Assessor. E
1703 também a proposta do João Bosco, eu já falei, que seria um trabalho de
1704 aperfeiçoamento do processo... Dos momentos de informação, debate, maneira
1705 didática e participativa dos EIA/RIMA no processo de licenciamento com um público
1706 diretamente envolvido pelas obras e empreendimentos e também com recursos
1707 financeiros previstos nas taxas de licenciamento. Bom, aqui todo momento em que
1708 nós falamos em licenciamento ambiental aqui, o Rafael não falou de viva voz, mas

1709 veio trazer aqui à Mesa, em função do avançado do horário, que nós incluíssemos
1710 também outorga para uso de recursos hídricos na mesma maneira que estamos
1711 tratando aqui de licenciamento. Eu acho que é uma idéia também muito bem-vinda.
1712 E por último, a recomendação para que as Câmaras Técnicas e o Comitê Assessor
1713 convergissem para um trabalho de comunicação que vem sendo realizado de
1714 maneira a estabelecer talvez neste próprio seminário, eu não se, já que vai tratar de
1715 setor produtivo, envolver também mais fortemente o componente Comunicação. Eu
1716 vou passar agora para os presidentes e coordenador... Reforçar também a proposta
1717 do PL 1.616, para que a educação ambiental seja o sexto instrumento da Política
1718 Nacional de Recursos Hídricos. Esse é um elemento. Eu vou colocar então. E passo
1719 então aqui a palavra à Rachel ou ao José Vicente.

1720

1721

1722 **O SR. JOSÉ VICENTE (Diretoria de Educação Ambiental)** – Só uma lembrança
1723 para o grupo aqui: é a idéia de considerar que esse foi um primeiro passo
1724 importante, mas eu acho que temos que tentar pensar também algumas outras
1725 possibilidades de encaminhamento. Basicamente eu me lembro de duas coisas que
1726 são importantes: a primeira delas é no sentido de que foi feito, na fala da Rachel... A
1727 Rachel fez uma lembrança... No final da fala da Rachel, ela, ao apresentar essas
1728 competências, ela lembrou aqui em relação às competências uma série de
1729 sobreposições que nós não nos ativemos também a discutir e a avançar nesse
1730 sentido. Então, eu acho que nós deveríamos ter um espaço para podermos pensar
1731 um pouquinho mais não só na questão das competências, mas para pensar qual
1732 seria efetivamente esse segundo passo: se a idéia seria efetivamente ou constituir
1733 um colegiado de Colegiados, se pensar se essa posição seria inviável ou não, ou se
1734 poderíamos tentar um outro formato de organização, talvez num grupo menor, que
1735 pudesse esse grupo levar para os seus âmbitos e para os seus fóruns e socializar as
1736 discussões que são feitas no âmbito específico de cada um dos fóruns para além da
1737 possibilidade de pensarmos em sistematizar algumas dessas propostas que foram
1738 colocadas aqui, como isso se dá, como isso ocorre. Então, eu acho que é uma tarefa
1739 nossa também pensar uma possibilidade concreta e efetiva de encaminhamento
1740 para além de pensarmos também na possibilidade de chamarmos outros fóruns para
1741 esse debate. O colega Byron mencionou na fala dele a FUNASA, por exemplo,
1742 mencionou o Ministério da Saúde, mas há outros espaços como a própria ANVISA,
1743 que tem uma atuação, Tarcísio, municipal muito importante também, que é um fórum
1744 que nós podemos agregar também nessa intenção de pensando a ponta o
1745 município. Eu só gostaria de colocar essa lembrança.

1746

1747

1748 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu vou tentar ser o mais breve possível. Só um
1749 Informe: vai ser lançado o Fórum Empresarial de Educação Ambiental, que está
1750 sendo organizado pela CNI – Confederação Nacional das Indústrias durante este
1751 evento e tem uma Mesa também que trata da educação ambiental no setor
1752 empresarial. E reforçar aquilo que o Nilo, da inclusão das centrais e confederações
1753 de trabalhadores nesse debate, porque não é possível nós fazermos essas
1754 discussões de forma tão fragmentada. Em alguns momentos existe essa
1755 necessidade de se colocar juntos. A proposta de se criar e de aprofundar a gestão
1756 participativa das Políticas Públicas de Educação Ambiental por meio das CIEAs –
1757 Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental nos Estados é muito bem-
1758 vinda e eu acho que juntando com, inclusive aquela proposta do Byron de
1759 audiências públicas de educação ambiental, nós propormos para que nos segundo
1760 semestre essas Câmaras Técnicas e o Órgão Gestor irem para os Estados e

1761 trabalharemos em cada Estado em instâncias de gestão participativa da educação
1762 ambiental, incluindo audiências públicas e a presença desses coletivos. Eu não sei
1763 se dá para fazer em todos os Estados, mas certamente regionais, nós
1764 conseguiríamos, com a ajuda dos Estados e municípios. Todo mundo tem na sacola
1765 o PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, uma publicação, e como
1766 está nas sacolas, tem uma informação muito grande, inclusive sobre o Tratado de
1767 Educação Ambiental, que é uma base de princípios que nós estamos trabalhando
1768 além da Política Nacional de Educação Ambiental e o Programa Nacional de
1769 Educação Ambiental. É bem interessante nós observarmos nas falas, porque esses
1770 Colegiados têm uma grande dispersão – o que é fantástico – de todos os segmentos
1771 da sociedade. Então, essas informações vêm para a instância de encontro dos
1772 Colegiados e depois elas vão de volta para as bases de cada um desses
1773 segmentos. É quase como se fossem balões que vêm voando, nós damos uma
1774 amarrada e depois os balões se dispersam novamente. A forma que eu vejo dessa
1775 amarração é um pouco na seqüência do que estão vindo as falas todas e a do José
1776 Vicente, é propor um grupo de coordenação de Colegiados. E esse grupo, eu acho
1777 que ele tem que ser necessariamente pequeno porque senão ele se inviabiliza. E a
1778 minha proposta é que sejam os presidentes e os vice-presidentes de cada uma das
1779 duas Câmaras e o Órgão Gestor, e o Órgão Gestor ampliado, que seria o Ministério
1780 do Meio Ambiente – DEA, o Ministério da Educação – CGE e a CGEAM, do IBAMA,
1781 estarem nesse núcleo. Então, nós teríamos quatro sete pessoas nesse coletivo.
1782 Então, seria talvez o caso, como a CTEM não tem, é tirar um vice-presidente ou
1783 alguém que possa participar para não ficar só com os presidentes, mas por outro
1784 lado não ficar ampliado demais, que ele se torna muito pesado. E eu já escrevi aqui
1785 até a grande missão desse Grupo de Colegiados, que seria propor prioridades,
1786 integrar planos de ação e metas estratégicas dos três Colegiados a partir de suas
1787 especificidades, que é essa questão de nós vermos as sobreposições e criarmos
1788 metas com relação a essas sobreposições para não ter trabalho. E uma segunda
1789 proposta seria atuar nas transversalidades dentro desses diversos balões, que
1790 voltam para a sociedade como, por exemplo, na Câmara Técnica de Educação
1791 Ambiental do CONAMA e no Órgão Gestor, nós não temos representantes do
1792 Ministério da Saúde, mas nós temos da Cultura, o que não tem na CTEM. E fica
1793 muito mais ampliado todas essas transversalidades mesmo dentro dos Colegiados.
1794 E a questão da comunicação. Então, seriam estas três coisas: propor prioridades e
1795 integrações, transversalidade e questão da comunicação intra e extra-Colegiados. E
1796 com isso, eu acho que nós já poderíamos dar continuidade.

1797

1798

1799 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu queria só tecer algumas considerações.
1800 Eu acho importante esse diálogo porque sabemos que a educação ambiental
1801 implica no diálogo e na troca de saberes. É aí que nós construímos a educação e
1802 que nós construímos alguma coisa no País. E sabemos também que educação
1803 ambiental é uma resposta, digamos, à crise que a sociedade em geral enfrenta: a
1804 crise ambiental e todos os paradigmas a ela ligados. E que a educação ambiental
1805 também eu diria que ela é a chave para a mudança da sociedade, é uma resposta
1806 às respectivas. E nós estamos contribuindo na medida do possível com isso, os
1807 Colegiados, as nossas Câmaras Técnicas. Nós da CTEM passamos a existir, como
1808 eu falei, em agosto de 2005 efetivamente e nós tentamos uma aproximação muito
1809 bem-vinda, tivemos participação, inclusive em uma das reuniões de CETEA e
1810 começamos a dialogar já há algum tempo, já tínhamos pesado, inclusive em fazer
1811 uma reunião em Manaus, mas que por N motivos não deu certo, mas hoje eu acho
1812 que eu... Não é o começo porque já tivemos uma reunião anterior, mas é a

1813 continuação de um diálogo frutífero, que vai crescer, que vai dar bons frutos. Então,
1814 nós da CTEM – eu falo por toda a Câmara – estamos muito satisfeitos também pelo
1815 Conselho Nacional de Recursos Hídricos em podermos estar dialogando aqui e
1816 tentando ter deliberações conjuntas, porque nós trabalhamos para um causa única:
1817 para o meio ambiente, para a educação dos nossos cidadãos aqui. Muito obrigado.
1818 Eu vou passar a palavra ao Nilo para que nós não nos delonguemos mais.

1819
1820

1821 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Bom, nós
1822 naturalmente vamos ter um trabalho agora aqui que pode ser executado depois com,
1823 vamos dizer assim, o apoio, com a supervisão dos presidentes das duas Câmaras,
1824 do vice-presidente também, no caso da Câmara de Educação Ambiental do
1825 CONAMA, e também da coordenação do Comitê Assessor para poder dar um
1826 encaminhamento mais pontual para cada uma dessas propostas. Nós prevíamos
1827 agora duas atividades na pauta, que é primeiro a definição de um representante de
1828 cada órgão colegiado para participar do Comitê Estadual da Segunda Conferência
1829 Nacional Infanto-Juvenil e em seguida a apresentação do Projeto Geo-Juvenil Brasil.
1830 No caso da definição de um representante de cada um dos três Colegiados para
1831 participar do Comitê da Conferência Infanto-Juvenil, eu vou pedir a RACHEL
1832 TRAJBER encaminhar essa definição aqui e até explicar, Rachel, do se trata isso
1833 exatamente.

1834

1835 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – A Segunda Conferência Nacional Infanto-
1836 Juvenil pelo Meio Ambiente, ela vai levar agora do dia 23 ao dia 28 de abril para
1837 Luziânia... Vai acontecer CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da
1838 Indústria, e vai acontecer lá Segunda Conferência. Nós estamos levando setecentos
1839 Delegados e Delegadas de todos os Estados, que participaram do processo de
1840 conferência durante o ano de 2005, trabalhando em quatro temáticas, que são:
1841 Mudanças Climáticas, Biodiversidades, Segurança Alimentar e Nutricional e
1842 Diversidade Étnico-Racional a partir dos documentos e acordos internacionais que o
1843 Brasil é signatário. Isso foi trabalhado em doze mil e escolas e três milhares de
1844 pessoas. E a Conferência Nacional vai acontecer em abril, e nós estamos solicitando
1845 que... E nós vamos fazer também um evento paralelo com os acompanhantes, as
1846 Secretarias Estaduais de Educação de cada um dos Estados que virão com esses
1847 jovens e com todos os acompanhantes indígenas que por lei eles virão com as
1848 crianças indígenas. E nós estamos convidando um membro de cada desses três
1849 Colegiados para acompanhar esse trabalho da Conferência junto com os Comitês
1850 Estaduais, que nós estamos chamando, que vão trabalhar paralelamente durante a
1851 Conferência. Esse é um convite. E de qualquer jeito, a abertura da Conferência vai
1852 acontecer no dia 23 de abril, a partir das 20h, e é aberta também, e exceto a
1853 abertura; e a caminhada das responsabilidades, que vai ser escrita uma Carta das
1854 Responsabilidades junto com as crianças para ser entregues para as autoridades.
1855 Nós esperamos Presidente Lula no dia 27. Essa caminhada também é aberta para a
1856 participação de pessoas de fora da Conferência, além desse convite para três, um
1857 de cada Colegiado, para participar do evento como observadores.

1858

1859

1860 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu só queria pedir desculpas. A CTEM foi
1861 criada em 2004. Eu dormi só duas e estou meio cansado. E também dizer que nós
1862 vamos ter um almoço conjunto daqui a pouco com o pessoal da CTEM, aqui ao lado.

1863

1864

1865 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Os três Colegiados vão almoçar juntos, no
1866 mesmo lugar, mas eu estou pedindo para que cada Colegiado almoce junto, mas
1867 separados, cada um... E vai ser...

1868

1869

1870 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Nós vamos tratar de assuntos... E às 14h
1871 aqui.

1872

1873

1874 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Daqui a pouco eu vou dizer para vocês onde
1875 vai ser esse almoço. Não acabou, gente, ainda tem dois pontos que eu gostaria de
1876 trazer para vocês.

1877

1878

1879 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Só em relação a
1880 essa questão, eu estava propondo aqui para o Sanderson que a indicação da
1881 CTEM, que depois da reunia conjunta tem uma reunião específica da CTEM, que a
1882 CTEM pudesse discutir a fazer a indicação já hoje na pauta específico da CTEM, à
1883 tarde.

1884

1885

1886 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – A Câmara Técnica de Educação Ambiental do
1887 CONAMA também na hora do almoço... E eu vou ter que ficar com os dois Grupos,
1888 junto com o José Vicente, mas nós vamos ter que juntar o Comitê Assessor e a
1889 Câmara Técnica. Gente, eu vou pedir vocês não se dispersarem ainda porque nós
1890 temos ainda um ponto de pauta e também nós vamos distribuir os livros dos
1891 Coletivos Educadores, um para cada membro dos três Colegiados, e eu gostaria que
1892 vocês não se dispersarem senão não vão ganhar o presentinho. Então, vamos
1893 chamar o pessoal do Geo-Juvenil, que é o próximo ponto de pauta, é a
1894 apresentação do Projeto Geo-Juvenil, pelo Grupo Interagir, que é uma parceria do
1895 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Órgão Gestor da Política
1896 Nacional de Educação Ambiental. O pessoal do Interagir vai apresentar. Quem vai
1897 apresentar é o Mateus, do Grupo Interagir.

1898

1899

1900 **O SR. MATEUS (Grupo Interagir)** – Bom-dia. Eu queria começar esta fala de hoje
1901 tentando explicar por que apresentar essa proposta desse projeto aqui nesta reunião
1902 super-importante. Eu acho que um ponto fundamental é nós não somente falar de
1903 um projeto, quer dizer, de uma das várias iniciativas que estão acontecendo no País,
1904 mas falar um pouco sobre a inserção da Pauta de Juventude nesse seminário de
1905 meio ambiente. Desde 2002 pelo menos nós temos um movimento, quer dizer, um
1906 caldo cultural de jovens participando efetivamente da Tomada de Decisão nessa
1907 temática social ambiental. Em 2002, nós tivemos o início do fortalecimento de uma
1908 Política Nacional de Juventude e perpassando por essa dimensão sócio-ambiental.
1909 Já em 2003, nós tivemos a Primeira Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio
1910 Ambiente. E nesse ano de 2003 também foi o início da formação e consolidação dos
1911 CJs, que são os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, são formados nos 27 Estados;
1912 alguns Estados com vários representantes, inclusive em capitais e no interior. E
1913 nesse mesmo ano também o Grupo Interagir, que é uma organização de juventude
1914 com sede em Brasília, começa a fazer uma articulação junto o PNUMA e com os
1915 Ministérios da Educação e Ministério do Meio Ambiente. O PNUMA gera uma
1916 demanda de uma publicação em nível latino-americana chamada Geo-Juvenil. Essa

1917 publicação foi feita no ano de 2000. E foi uma publicação que deu bastante certo.
1918 Foi encaminhada para vários países a proposta de um projeto para que fossem
1919 feitos em nível nacional esse projeto, e o Grupo Interagir aceitou o desafio, elaborou
1920 uma proposta, aproveitou, foi selecionada como uma iniciativa pioneira em toda a
1921 América Latina e Caribe e posso dizer no mundo inteiro porque só aqui na América
1922 Latina e Caribe é que foi desenvolvida essa proposta Geo-Juvenil. Nós conseguimos
1923 montar uma parceria inovadora com o Ministério da Educação, com o Ministério do
1924 Meio Ambiente, ou seja, o Governo Federal. Em 2005, quando da criação da
1925 Secretaria Nacional da juventude também, com essa Secretaria Nacional de
1926 Juventude, ou seja, os três órgãos do Governo Federal que tratam de juventude e
1927 meio ambiente e com o PNUMA, um organismo internacional e uma organização
1928 local de juventude. Foi a primeira vez que foi feita essa articulação dessa maneira.
1929 Já em 2004, nós temos então a assinatura pela Ministra Marina desse projeto. Em
1930 2004, a Ministra Marina assina esse projeto, ou seja, o MMA compra efetivamente
1931 uma idéia. Nós temos um projeto de uma organização local de juventude sendo
1932 assinada por uma Ministra de Estado. Então, continua nessa idéia de inovação
1933 desse projeto. E em 2005 para 2006, nós temos efetivamente a realização de uma
1934 série de atividades que vão consolidar uma Política Nacional de Juventude no Brasil
1935 e focando especificamente a temática de meio ambiente. Então, nós temos o
1936 lançamento da Secretaria, como eu já falei, e a formação de um Conselho Nacional
1937 de Juventude hoje constituído por sessenta membros de todas as regiões do País.
1938 Nós temos a formação do Comitê Assessor desse Projeto Geo-Juvenil Brasil, que é
1939 formado pelo Ministério da Educação e do Meio Ambiente na figura do Programa
1940 Juventude e Meio Ambiente, que está sob a coordenação do Fábio, Soraia também
1941 está aí. E nós temos o PNUMA, claro, participando disso, quer dizer, é o arquiteto
1942 desse projeto. Nós temos a Secretaria Nacional de Juventude também fazendo parte
1943 desse Comitê Assessor. Dois outros parceiros que nós consideramos super
1944 relevantes, quer dizer, são parceiros estratégicos para a realização de um projeto
1945 dessa magnitude, que está nas 27 capitais do País, além de 27 outras cidades do
1946 interior, ou seja, que não são capitais. Nós consideramos que o WWF-Brasil, com a
1947 proposta de conservação, enfim, essa proposta de engajar jovens também no seu
1948 corpo técnico, e a **União dos Produtores do Brasil(?)**. São dois grandes
1949 mobilizadores sociais com forte desenvolvimento na temática ambiental. E em 2006,
1950 neste ano nós já começamos o ano com já catorze meses de projetos, quer dizer,
1951 esse projeto já com uma certa maturidade, com a realização de diversas atividades.
1952 Nós esperamos que no final desse processo, que vai ser concluído em junho de
1953 2006, vai ser no dia 26 de junho de 2006, quer dizer, no mês de meio ambiente, vai
1954 ser a comemoração de 61 das Nações Unidas. Nós vamos lançar essa publicação
1955 com quatro mil impressões de jovens passando em todas as capitais dos 27
1956 Estados. E eu acho que a proposta fundamental é nós compreendermos que há um
1957 caldo cultural, há uma atuação de juventude organizada e muito bem organizada no
1958 País inteiro. Um dado que chamou atenção em 2002, quando nós começamos a
1959 pensar nisso é que 52% das organizações que se diziam ambientalistas no País –
1960 isso é um dado confirmado por uma pesquisa que foi feita sobre juventude pelo
1961 IBGE – ou seja, colocavam lá no seu estatuto: “Trabalhamos com meio ambiente”,
1962 dessas organizações todas, 52% delas tinham uma ação de juventude efetiva, quer
1963 dizer, trabalham com juventude, seja juventude como beneficiária, seja incorporando
1964 no seu corpo técnico, ou tinham dentro do seu corpo técnico efetivamente jovens
1965 diretores, enfim, eram organizações de juventude como nós costumamos chamar. E
1966 isso chama muita atenção, quer dizer, você tem mais da metade das organizações
1967 ambientalistas que trabalham efetivamente com juventude. E o que elas estão
1968 fazendo juntas? Eu acho que essa uma proposta que tanto o Programa Juventude

1969 Meio Ambiente, coordenada pelo MEC e pelo MMA, se percebeu e começou a
1970 trabalhar com isso, criando essas estruturas chamadas Coletivos Jovens quanto o
1971 Grupo Interagir, que já tem cinco anos na área de juventude, começou a perceber e
1972 falou: “Dentro dessa temática sócio-ambiental a juventude é um tema relevante, é
1973 preciso ser mais percebido”. Isso, eu acho que fundamentalmente por conta de nós
1974 termos a consciência, eu acho que isso precisa perpassar um pouco mais pelas
1975 falas que estão neste salão, perpassar um pouco mais pelas cabeças que estão
1976 circulando em todo este Congresso, e que as tomadas de decisão que são feitas
1977 hoje elas vão ter uma consequência imediata na grande maioria das vezes, e na
1978 minoria das vezes ela vai ter uma consequência no futuro e não só no presente, que
1979 pertence também à juventude, que hoje está com seus quinze, seus vinte, seus 25
1980 anos, mas no futuro, quando eles vão ter trinta, quando eles vão ter quarenta,
1981 quando eles vão ter cinquenta, e não esperar que só quando eles tenham esses
1982 quarenta, esses cinquenta, eles possam fazer parte da Tomada de Decisão. Então,
1983 eu me sinto privilegiado de poder estar compartilhando o espaço aqui com vocês,
1984 mas seria muito bacana se nós tivéssemos outras mentes e pessoas jovens aqui e
1985 esse tema perpassando. Eu acho que o diálogo precisa começar a encarar que a
1986 juventude é parte da solução desses problemas e que nós temos mais da metade
1987 das nossas organizações ambientalistas com os jovens ali e que precisam participar
1988 da Tomada de Decisão. Eu acho que essa é uma das iniciativas que acontece e que
1989 precisa ser mais bem recebida e percebida como fazer política, é um jeito bem
1990 específico e especial de fazer política. Obrigado pela atenção de todos vocês.
1991 *(Palmas)*.

1992
1993

1994 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Obrigada, Mateus. Gente, ainda só mais um
1995 pouquinho, que é sobre os livros que senão vocês não ganham.

1996
1997

1998 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É cruel segurar vocês, que estão querendo almoçar
1999 já. Tarefa ingrata. Mas eu estou aqui falando um pouco em nome do Órgão Gestor,
2000 que gerou essa publicação. É uma publicada chamada Encontros e Caminhos:
2001 Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores. O objetivo dessa
2002 publicação foi trabalhar vários conceitos que estão na boca dos educadores
2003 ambientais que muitas vezes ficam um pouco difusos em termos de significados
2004 deles. Então, são textos relativamente simples, alguns são um pouco mais
2005 complexos, mas em geral teve uma diretriz para serem textos acessíveis para
2006 pessoas que atuam com formação de professores, para professores, para
2007 educadores em todos os âmbitos. Avaliando com a Rachel e o Márcio, nós achamos
2008 que seria super pertinente estar distribuindo um livro para cada um de vocês para
2009 que vocês fossem parceiros do Órgão Gestor na Chamada Pública... Nós vamos
2010 inclusive fazer uma Chamada Pública, um edital de Chamada Pública agora em abril
2011 e maio para articular instituições de todos os âmbitos que possam atuar na sua
2012 região com formação de educadores e educadoras ambientais. A nossa meta é ter
2013 centenas de grupos e instituições territorializados atuando em grupos de cinco, seis,
2014 oito, dez municípios, um programa consistente e continuado de formação de
2015 educadores ambientais. Nós achamos isso chave na Política Pública de Educação
2016 Ambiental. Nós esperamos contar com a parceria de vocês para isso. E esse livro é
2017 um convite para nós começarmos um diálogo em relação ao que nós estamos
2018 entendendo com a proposta, com os Conselhos que embasam a formação de
2019 educadores ambientais para que vocês estejam conosco nesse desafio. Então, eu
2020 peço para o pessoal da DEA e da CGE me ajudar a distribuir. Obrigado. *(Palmas)*.

2021 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Com relação ao almoço, nós vamos almoçar
2022 todos junto no Sesc, que aqui nesta mesma Avenida, um pouquinho mais adiante; e
2023 às 14h, nós temos que estar aqui de volta porque nós vamos fazer a assinatura do
2024 convênio entre o Órgão Gestor e a prefeitura municipal de Joinville, além do que nós
2025 temos uma pauta hoje no período da tarde também. Por favor, vamos tentar ser o
2026 mais pontual possível. O pessoal que veio pela DEA – Diretoria de Educação
2027 Ambiental tem direito a um *ticket* refeição, os outros não, porque eles têm diárias e
2028 vieram de outras formas. Está bom?
2029



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**



**PAINEL
DIÁLOGO DOS COLEGIADOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**CONAMA
CNRH
COMITÊ ASSESSOR DO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL AMBIENTAL**

**Joinville
Santa Catarina
Tarde**

(Transcrição *ipsis verbis*)

Empresa ProixL Estenotipia

2029 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Na parte da tarde,
2030 nós temos previsto no programa um painel dando seqüência ao debate da parte da
2031 manhã, só que aprofundando um pouquinho mais agora com a apresentação de
2032 algumas pessoas que estão listadas na pauta. Nós vamos fazer a abertura com o
2033 Doutor Norival Silva, presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente
2034 FUNDEMA, de Santa Catarina, a quem eu chamo já para compor a Mesa; também
2035 quero chamar para compor a Mesa, o Secretário Nacional de Recursos Hídricos,
2036 João Bosco Senra, que também é o Secretário-Executivo do CNRH; vou chamar
2037 também para compor a Mesa, o professor Marcos Sorrentino, diretor de Educação
2038 Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e também coordenador de Órgão Gestor
2039 da Política Nacional do Meio Ambiente; a nossa querida Doutora RACHEL
2040 TRAJBER, que é coordenadora de Educação Ambiental do MEC e presidente da
2041 Câmara Técnica de Educação Ambiental e coordenadora do Comitê Assessor do
2042 Órgão Gestor, presidente do Órgão Gestor; o Doutor Sanderson Leitão, presidente
2043 da CTEM também integrando aqui... Vamos ver se nós fazemos um pequeno
2044 milagre aqui, parecido com o milagre dos pães. E para dar início a este painel agora
2045 à tarde, cujo título é “Diálogo dos Colegiados Sobre Educação Ambiental. Como a
2046 educação ambiental é uma área de conhecimento e uma área de ação que faz uma
2047 ponte muito interessante entre natureza e seres humanos, então nós vamos fazer
2048 um *link* direto aqui com o município de Joinville, que nos recebe carinhosamente,
2049 passando a palavra então ao nosso presidente de FUNDEMA de Joinville, o Doutor
2050 Norival Silva, que vai, antes de usar a palavra ou depois, não sei, fica a critério dele,
2051 vai assinar com Ministério do Meio Ambiente e com o MEC, com o Órgão Gestor, um
2052 convênio sobre atividades de educação ambiental. A Mesa vai funcionar da seguinte
2053 maneira... Perdão, deixa dar aqui um pouco, como faz o Arnaldo César Coelho, as
2054 regras claras aqui do nosso debate. É o seguinte: como nós temos a abertura do
2055 Ibero-Americano daqui a pouco, inclusive o Marcos Sorrentino e eu acho que a
2056 Rachel vão ter que se ausentar porque vão buscar a Ministra para essa abertura,
2057 então nós vamos fazer o seguinte: nós vamos ouvir cada um dos participantes da
2058 Mesa. Vamos ter uma pequena alteração aqui na ordem dos apresentadores. Nós
2059 vamos ter que ouvir primeiramente o Marcos Sorrentino, que não vai poder
2060 permanecer na Mesa, e em seguida... Rachel, você pode permanecer ou vai ter que
2061 sair também? Então, aí nós depois só vamos trocar a ordem aqui, passar... Então,
2062 seria o Doutor Norival, o Marcos Sorrentino e seguida a Rachel e depois o João
2063 Bosco... Aliás, o João Bosco, o Sanderson e eu concluo a Mesa. Correto? Pode ser
2064 assim, Sanderson, para facilitar? Nós vamos pedir que cada um use um tempo de
2065 aproximadamente dez minutos para permitir talvez ainda um pequeno espaço, que o
2066 nosso limite é 15h30. Aliás, não vai sobrar espaço quase nenhum. É só mesmo ouvir
2067 cada um dos senhores e nós concluímos. Obrigado.

2068
2069

2070 **O SR. NORIVAL SILVA (Fundação Municipal do Meio Ambiente –**
2071 **FUNDEMA/Santa Catarina)** – Muito boa-tarde para a todos. Eu quero inicialmente
2072 saudar aqui a representação do MMA, o Doutor Marcos Sorrentino; a Doutora
2073 Rachel, do Ministério da Educação; a representação da Secretária-Executiva de
2074 Recursos Hídricos, se eu não estiver enganado na nomenclatura; quero representar
2075 aqui o coordenador do CTEM; o Diniz e quero naturalmente saudar aqui o vice-
2076 presidente da ANAMMA; e me permitam saudar, em nome dele, todos os demais
2077 Secretários de municípios que estão presentes: o Secretário Tarcísio, de Vitória, que
2078 representa a ANAMMA Sudeste; e saudar os funcionários da FUNDEMA, que estão
2079 aqui, da Fundação Municipal de Meio Ambiente; saudar a coordenadora do Núcleo
2080 de Educação Ambiental do Município, a professora Marlise, que está ali; e saudar

2081 especialmente a cada um de vocês que veio e atendeu o convite para participar do
2082 Ibero-Americano. Para Joinville, o engenheiro sanitário Marco Tebaldi, que é o
2083 nosso Prefeito do município é uma honra poder acolhê-los aqui e espera que vocês
2084 de fato possam no nosso município, ao longo desses quatro dias, uma excelente
2085 estada e que esse quatro dias possam de fato, a partir dos nossos recursos naturais,
2086 do nosso meio ambiente poder também fazer um processo visual de aprendizagem,
2087 seja em relação aos nossos ativos ambientais, seja em relação ao nosso passivo
2088 ambiental que também deve ser exemplo para se aprender o que não deve ser feito,
2089 é o que eu sempre digo. E é sobre isso que eu quero falar um pouquinho
2090 rapidamente. Primeiro, falar dos nossos ativos ambientais. O município de Joinville,
2091 próximo de 500 mil habitantes, é uma cidade que tem próximo de 52% do seu
2092 território protegido por lei, isso nos dá uma certa folga no sentido de garantir o futuro
2093 das nossas gerações, desde que nós nos mantenhamos firme no cumprimento do
2094 dispositivo legal, desde que nós de fato radicalizemos – essa é uma expressão que
2095 eu gosto de usar sempre – no cumprimento da legislação. É um município que tem
2096 284 m² de área verde por habitante na área urbana. Isso, quem sobrevoa a cidade
2097 pode perceber isso com bastante visibilidade. Isso nos coloca no cenário nacional
2098 dentro do *ranking* numa posição de destaque, com toda certeza. Os nossos parques,
2099 seja de contemplação, sejam de lazer, seja de visitação pública propriamente dita
2100 vocês vão ter a oportunidade de conhecer a partir de hoje. Nós vamos ter disponível
2101 um sistema de transporte para poder levar as pessoas até o Parque Caieiras, como
2102 é conhecido; um parque... E também no nosso passivo, que está exposto aqui do
2103 lado do Centro Eventos. Eu nunca esqueço de falar nele porque ele é o nosso
2104 símbolo, ainda que represente o nosso passivo ambiental, que é o Rio Cachoeira. E
2105 é o desafio que o município tem, é o desafio que a sociedade joinvilense tem de
2106 resgatar historicamente aquilo que representou o emblema do desenvolvimento da
2107 cidade. Joinville é um município que teve a sua base econômica na produção
2108 industrial, indústria metal-mecânica, as chaminés dos anos 70, dos anos 80 eram o
2109 nosso orgulho da cidade, e tem que continuar sendo mesmo, afinal foi isso que deu
2110 a Joinville o *status* que nós temos, mas hoje felizmente nós começamos a perceber
2111 na cidade, na população, em cada cidadão a sensibilidade para ir mantendo o
2112 orgulho das chaminés também fazer com que o Rio Cachoeira volte a ser aquilo que
2113 era no passado: o caminho pelo qual os nossos imigrante chegaram por aqui,
2114 saltaram na Barca Colombo, que está ali longo um pouco abaixo do Centro Eventos,
2115 o emblema, e construíram não apenas Joinville, que está aqui na margem do Rio
2116 Cachoeira, como outras regiões próximas, a exemplo de São Bento do Sul, Porto
2117 Alegre e Jaraguá do Sul. Então, fazendo esse rápido comentário, essa é a cidade de
2118 Joinville, a cidade dita como das flores, das bicicletas e agora mais recentemente a
2119 cidade da dança, porque aqui se pratica o maior festival de dança, para não dizer do
2120 mundo, pelo menos do sul do mundo, para ficar mais preciso. Mas aqui tem o Balé
2121 Bolshoi, que é uma marca que agregou muito valor ao nosso município a ponto de
2122 modificar o nosso perfil econômico básico. Nós saímos de um perfil eminentemente
2123 industrial para ser hoje uma cidade em que o turismo de negócio, o turismo de
2124 eventos passa a ser também uma peça importante. Nós tínhamos há dez anos, para
2125 não ir muito longe, próximo de mil e quinhentos, dois mil leitos de hotelaria; hoje são
2126 quase sete mil leitos de hotéis que estão presentes aqui na cidade. Isso dá bem uma
2127 idéia de como é que nós nos desenvolvemos e crescemos ao longo dos últimos dez
2128 anos. Do ponto de vista ambiental, que é a agenda prioritária desses próximos cinco
2129 minutos do Norival, eu quero dizer que eu sou um pedagogo de formação, com uma
2130 especialização feita na área da promoção da saúde. Para mim tem sido uma
2131 experiência ímpar poder participar junto com tantos outros técnicos aqui no
2132 município desse processo de gestão ambiental municipal, onde se inclui aí a tarefa,

2133 que talvez seja a mais difícil, de fazer a sensibilização do cidadão, de fazer a
2134 formação ética do cidadão. No ano passado, quando o engenheiro sanitário, eu
2135 gosto de frisar, porque essa qualificação do nosso prefeito é o que dá a ele o viés da
2136 prioridade do meio ambiente dentro das políticas do Governo Municipal. Não é a toa
2137 que em abril do ano passado, em 2005, ele decidiu que a Fundação Municipal do
2138 Meio Ambiente seria a entidade coordenadora de todas as políticas locais de meio
2139 ambiente em parceria com a Secretaria de Educação, que ficou com a tarefa de
2140 executar as ações de educação ambiental. Desde então nós vemos nos
2141 perguntando qual é o modelo que nós vamos adotar. De tanto fazer perguntas,
2142 olhando para fora do nosso ambiente, nós acabamos descobrindo que a resposta
2143 estava aqui mesmo, estava na história que já está escrita, nós não precisávamos
2144 ficar inventando nenhuma outra história para fazer aquilo que é preciso ser feito, que
2145 é olhar a tão falada sustentabilidade planetária pela referência do meu próprio
2146 espaço primeiro, pela referência do que acontece na minha casa, nos meus
2147 comportamentos, pelo que acontece na minha rua, pelo que acontece no meu bairro,
2148 pelo que acontece no meu município. Mas ainda antes disso, olhar um pouco as
2149 características do lugar onde eu vivo, o que eu predomina aqui. E Joinville tem uma
2150 característica que ao longo da história, ela não foi muito considerada do ponto de
2151 vista de planejamento de urbano, da ocupação do nosso espaço, que é a nossa
2152 ideologia local. Nós temos, como eu disse, uma característica que nos diferencia um
2153 pouco dos municípios da região. As nossas bacias hidrográficas, elas se iniciam aqui
2154 e terminam aqui a exceção de uma delas, que faz uma conurbação com outro
2155 município. E isso, portanto, passou a chamar a nossa atenção de novo para aquilo
2156 que já está escrito na história, na Agenda 21, que diz que a bacia hidrográfica deve
2157 ser a unidade básica de diagnóstico, de planejamento e de gestão ambiental, de
2158 licenciamento ambiental. E aí junto com os nossos técnicos, começamos a olhar um
2159 pouco nesse conhecimento, nessa informação e descobrimos que nós não tínhamos
2160 o nosso mapa, mapa da cidade desenhando pela referência dos rios e não das ruas
2161 e bairros, como é tradicional. E eu lembro bem, e o Eduardo que está aqui, que é o
2162 nosso Diretor-Executivo, junto com a Rose, quando apresentamos pela primeira vez
2163 esse mapa desenhando, o mapa de Joinville desenhado pela referência dos rios e
2164 não de ruas e bairros, quando apresentamos isso no Colegiado do município, a
2165 primeira pergunta era assim: "Mas Joinville tem tanta rua?" E informou-se: "Isso não
2166 é rua. Isso é rio". E a partir desse mapa é que surge o conceito básico que hoje
2167 referencia as nossas ações. Ninguém cuida do que não conhece. Quando a rua é
2168 mais importante do que o rio, o que não presta e está sobre a rua, o cidadão
2169 inconscientemente, as pessoas jogam para rio, e assim, em cima desse conceito é
2170 que nós começamos a trabalhar: sensibilizar a população local em relação ao nosso
2171 meio ambiente para que nós possamos começar a partir dele pensar um pouco mais
2172 adiante depois. E assim foi feito. Nós fizemos o diagnóstico do município do ponto
2173 de vista das bacias hidrográficas. Hoje nós sabemos, hoje Joinville sabe que são
2174 sete. As nomenclaturas estão consensadas. Não há mais discussão entre esse ou
2175 aquele órgão. Fomos à comunidade já fazendo a experiência da mobilização dela
2176 pela referência das bacias. Fizemos a Conferência Local de Meio Ambiente, tendo a
2177 bacia hidrográfica, os bairros envolvidos como referência. Fizemos a apresentação
2178 desse diagnóstico para comunidade e ouvimos dela também uma leitura sobre qual
2179 a avaliação que ela faz da sua própria bacia; primeiro se ela conhece. E aí a
2180 constatação, que não é uma prerrogativa, eu acho, de Joinville, se nós sairmos aí
2181 fora e perguntar na rua qual é a bacia hidrográfica em que você mora... É só fazer a
2182 pergunta aqui se alguém é capaz de se apresentar: "Eu sou Norival e moro na bacia
2183 hidrográfica do Rio Cachoeira". Aqui em Joinville a pesquisa foi feita para ouvir essa
2184 verdade da população, e identificamos que 72% da população não sabem dizer o

2185 nome do rio que passa atrás da casa dele. Com base nisso, começamos a trabalhar
2186 essas conferências e começamos a produzir um material que agora, fechado o
2187 Fórum das Bacias, no último dia 18 de março, que o Marcos Sorrentino e a Rachel
2188 nos deram o privilégio de participar, nós iniciamos a partir desse conhecimento
2189 produzido o processo de capacitação das cidades no uso dessa informação, na
2190 identificação do cidadão em relação ao seu rio, à sua bacia hidrográfica. Nós
2191 queremos... O sonho do nosso Prefeito é que daqui a dois, três, quatro anos as
2192 pessoas possam de fato começar a aprender a se apresentar assim, não mais pelo
2193 CEP, mas: “Eu sou Norival e moro na sub-bacia o Bom Retiro do Rio Cachoeira”. Eu
2194 sou talvez um sujeito estranho ao meio ambiente, mas como eu digo sempre,
2195 costume aprender rápido. E nós sabemos, ouvimos e lemos que os países da
2196 Europa que se resolveram ambientalmente têm esse princípio, esse pressuposto
2197 como instrumento de gestão. Então, o processo de capacitação, o processo de
2198 educação da população em relação ao meio ambiente local é agora o nosso desafio:
2199 poder alcançarmos ao longo dos próximos dez anos pelo menos 50% dos 500 mil
2200 habitantes que hoje moram em Joinville e que a cada dia se prolifera. E é para isso
2201 que nós estamos aqui hoje, sentado junto com o Marcos Sorrentino e sentado junto
2202 com a Rachel, para que possamos estabelecer um processo de parceria na direção
2203 desse objetivo. Mas essa conversa, eu quero deixar para o Marco e para Rachel. Eu
2204 quero, na verdade, aqui, em nome do município, Diniz, deixar uma proposta
2205 encaminhada para a Câmara Técnica de Educação Ambiental. O nosso sonho e o
2206 sonho dos educadores, por conta das experiências vividas, é de que conteúdos
2207 locais focados nas bacias hidrográficas possam estar inseridos nas disciplinas do
2208 ensino fundamental. Não é possível que o nosso jovem saiba tudo sobre a Mata
2209 Atlântica, sobre o Efeito Estufa e não saiba falar, não saiba compreender um pouco
2210 da sua própria realidade. E eu estou dizendo isso não para mostrar para vocês que
2211 eu sei, na verdade, eu estou repetindo aquilo que já foi escrito por autores – não sei
2212 se estão aqui alguns, me disseram que até estariam - mas eu menciono aqui na
2213 proposta que encaminho para a Câmara Técnica, eu estou repetindo aqui frases da
2214 Michele Sato, Mauro Guimarães, que são atores que se posicionaram sobre esse
2215 assunto, na importância que tem a realidade ideológica, hidrográfica local. Nós
2216 defendemos ainda mais: a idéia de que essa referência precisa ser radicalizada na
2217 lei. E no Plano Diretor de Joinville vai estar no primeiro artigo assim: “A ocupação
2218 ambiental e o planejamento urbanístico e ambiental de Joinville se dará pela
2219 referência das bacias hidrográficas relacionadas como segue”. Porque se não for
2220 assim, se nós não radicalizarmos a lei, isso vira de novo um ditame filosófico, um
2221 discurso que é bonito de fazer, mas que na prática não produz o efeito que a cidade
2222 precisa, que o cidadão precisa. Então, eu quero, em nome do município, em nome
2223 do prefeito, em nome de todos aqueles que trabalham no meio ambiente de Joinville,
2224 encaminhar à Câmara Técnica essa proposta para que ela possa ser examinada e
2225 oxalá possa ser introduzida. Eu quero, por fim agradecer muito pela oportunidade.
2226 Para mim é uma honra poder estar aqui falando em nome de toda uma cidade. Eu
2227 sempre digo: eu já fiz uma experiência muito profícua na área da saúde. E tem sido
2228 mais profícua ainda poder viver essa experiência na área do meio ambiente,
2229 especialmente na área... Outro dia eu falava com o meu filho, que tem trinta e
2230 poucos anos já, eu dizia: “Olha, eu acho que agora eu entendi por que lá nos anos
2231 60, muito sem saber por que, eu acabei concluindo um curso de pedagogia”. Ele
2232 disse: “Por que, pai?” “Porque meio ambiente você faz com a pedagogia da palavra.
2233 Não há outro encaminhamento possível”. Na verdade, você molda comportamentos.
2234 E esse é comportamento ético, individual que vai fazer com que lá no futuro nós
2235 tenhamos o planeta de fato com a qualidade que ele precisa ter para que as nossas

2236 futuras gerações possam ter uma vida que todos nós queremos. Obrigado e bom
2237 trabalho. (Palmas).

2238

2239

2240 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Muito bem,
2241 Secretário. Obrigado pelas palavras e a representatividade aqui, a Fundação deu um
2242 apoio fundamental aqui, não só para o Ibero-Americano, mas também para essas
2243 atividades satélites do Congresso como também a reunião das Câmaras Técnicas e
2244 do Comitê Assessor. E nós agora vamos então assinar um convênio entre a
2245 prefeitura de Joinville e o Órgão Gestor de Meio Ambiente, que é composto pelo
2246 MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente. Então, onde é que está o convênio? Já
2247 está aqui. O convênio está sendo assinado agora, mas daqui a pouco, naturalmente,
2248 a Ministra e o prefeito também vão estar abrindo o Ibero-Americano, e
2249 possivelmente farão menção também a esse ato. Presidente, Norival, em relação a
2250 essa proposta, eu vou até aproveitar que o nosso vice-presidente da ANAMMA está
2251 aqui, vou pedir que ele acolha junto também a proposta à Câmara Técnica de
2252 Educação Ambiental do CONAMA porque é uma proposta que vem dos municípios,
2253 e a ANAMMA é uma das instituições que representa o município no CONAMA. E
2254 também tomo a liberdade para encaminhar uma cópia dessa proposta à Câmara
2255 Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é presidida pelo Doutor
2256 Sanderson, porque ele também pode eventualmente encaminhar essa discussão lá,
2257 já que se trata também de bacias hidrográficas locais e tem relação direta com a
2258 competência da CTEM.

2259

2260

2261 **O SR. NORIVAL SILVA (Fundação Municipal do Meio Ambiente –**
2262 **FUNDEMA/Santa Catarina)** – Só me permita quebrar o protocolo um pouquinho. Eu
2263 acabei cometendo um pecado que não deveria ter cometido e preciso corrigir: quero
2264 saudar aqui os representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que aqui
2265 estão, a nossa vice-presidente, a Olívia, e duas Conselheiras que estão aqui
2266 prestigiando o evento. O nosso Conselho tem regularidade. As nossas reuniões são
2267 mensais. Tem uma participação efetiva, representação paritária. Então, eu não
2268 posso deixar de mencionar aqui a presença deles.

2269

2270

2271 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Sejam bem-vindos.
2272 É sempre bom receber também os nossos Conselheiros locais. O levantamento feito
2273 pelo IBGE 2001, no MUNIC 2001, ele constatou que 29% dos municípios no Brasil
2274 têm conselhos municipais de meio ambiente e grande parte desses conselhos estão
2275 concentrados nos municípios da região Sul. Uma grande parte. É uma região que
2276 tem uma presença muito forte de conselhos já instalados. Então, agradecendo o
2277 Secretário e parabenizando pelo convênio assinado, eu vou passar imediatamente a
2278 palavra para o Marcos Sorrentino, que eu sei que ele está na coordenação o Ibero e
2279 deve estar se coçando para poder correr atrás das providências últimas para
2280 abertura.

2281

2282

2283 **O SR. MARCO SORRENTINO (Ministério do Meio Ambiente)** - Boa-tarde. Depois
2284 do almoço todo mundo meio assim... Bom, eu agradecer a oportunidade que o
2285 CONAMA, que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o Comitê Assessor
2286 estão tendo de fazer esta reunião conjunta de estarem aqui na cidade de Joinville
2287 nas vésperas de abertura, não no dia de véspera, mas daqui a duas ou três horas

2288 estaremos fazendo a abertura de um evento que já se delineia como sendo um
2289 grande marco na história da educação ambiental mundial. Nós estamos tendo
2290 depoimentos dos participantes de vários países. São mais de 23 países já inscritos,
2291 pessoas de diferentes regiões da América Latina e de países africanos de língua
2292 portuguesa, da Península Ibérica. Todos eles apontando não só pelo quantitativo,
2293 pela questão de ter mais de 1500 trabalhos escritos, tantas pessoas. Nós
2294 pensávamos em quatro mil, já estamos com mais de cinco mil inscritos. Mas
2295 principalmente como sendo um momento em que se reafirma a perspectiva latino-
2296 americana em especial de fazer educação ambiental, uma perspectiva de educação
2297 ambiental forjada na resistência aos regimes militares, aos regimes autoritários, na
2298 luta por liberdades democráticas, por direitos humanos. Essa perspectiva de
2299 educação ambiental que tem conseguido conciliar e promover a convergência entre
2300 a conservação da natureza, uma nova espiritualidade, questões alimentares, de
2301 costumes como a melhoria da qualidade da vida, direito à habitação, direito à
2302 alimentação saudável, de qualidade, etc. Todas essas questões que fazem parte do
2303 ideário ambientalista mais amplo e tem sido contemplado nos fazeres diversos de
2304 educação ambiental que existem no País estarão sendo debatidos nesses quatro
2305 dias aqui no Congresso Ibero-Americano e estarão sinalizando para as Nações
2306 Unidas que desde o ano passado definiram esses próximos dez anos como a
2307 década da educação para o desenvolvimento sustentável, que nós queremos sim
2308 participar dessa educação para o desenvolvimento sustentável a partir da
2309 contribuição que pode ser dada por esse acúmulo de experiências diversificadas que
2310 existem nesses países que estão aqui reunidos. Então, esse momento de nós
2311 assinarmos um termo de cooperação com a prefeitura de Joinville, que se destaca
2312 não só por ser uma cidade com ciclovias, com flores e com dança, que só por aí já
2313 nos deixariam muito felizes, mas se destaca por estar buscando uma gestão bacia
2314 hidrográfica, uma gestão da educação ambiental por bacia hidrográfica, procurando
2315 traduzir o modelo de gestão que nós estamos tentando delinear no País para o
2316 âmbito local, para o âmbito do município, procurando construir a educação como
2317 sistema municipal de educação ambiental e um sistema municipal de educação
2318 ambiental fundamentado na gestão para bacia hidrográfica. E aí a grande
2319 importância de nós termos o João Bosco, o nosso Secretário aqui, que gentilmente
2320 cedeu a primazia da palavra para nós podermos estar saindo antes da reunião para
2321 ir recebermos a nossa Ministra, que está chegando às 16h10 no aeroporto de
2322 Joinville. Esse significado de termos a gestão de educação ambiental feita por bacia
2323 hidrográfica é muito grande, e ele dialoga... Então, ao mesmo tempo em que nós
2324 expandimos para o âmbito planetário, ao mesmo tempo em que nós dizemos: “Só se
2325 fará a educação ambiental que o planeta reivindica hoje se ela for planetária se
2326 houver o acordo, o pacto, as convenções entre nações, porque não adianta fazer
2327 educação ambiental e ambientalismo em um país só; todos os nossos destinos
2328 estão interligados. Então, ao mesmo tempo em que nós expandimos para o diálogo
2329 planetário, nós temos que enraizar, nós temos percolar todo o tecido social, porque
2330 não tenhamos dúvida, apesar de todo esse barulho que estamos fazendo esta
2331 semana, ainda somos poucos e muito frágeis, e o nosso fazer educador relacionado
2332 à questão ambiental ainda é muito tímido. Nós temos que amadurecer muito na
2333 radicalidade das nossas propostas e da nossa ação para que nós façamos os
2334 verdadeiros enfrentamentos que precisam ser feitos para que a questão da mudança
2335 climática, a questão da erosão da biodiversidade, a questão da desertificação não
2336 sejam só algo a apavorar os nossos filhos. Eu digo os nossos filhos porque eles
2337 talvez mais do que nós estejam ficando sitiados por tanta informação apocalíptica a
2338 respeito das perspectivas de futuro. Eu não sei se vocês viram na Era do Gelo 2,
2339 que acabou de sair, eles brincam com a questão da mudança climática. Eu até no

2340 começo fiquei meio brabo, eu falei: “Estão tratando com brincadeira”. Mas depois
2341 falei: “Talvez para as crianças seja bom isso porque de tal forma se fala
2342 apocalipticamente sobre essas questões que talvez as crianças estejam ficando
2343 aterrorizadas mesmo nem perceber, mesmo sem racionalizar”. Então, ter uma
2344 reflexão que traga a questão da mudança climática como parte dos nosso cotidiano,
2345 que tem que ser enfrentado sim, mas sem nos imobilizar, sem nos aterrorizar,
2346 parece-me desejável. E esse exercício que nós precisamos trazer para todas as
2347 esferas do nosso viver. É esse exercício que permite a mudança de valores,
2348 mudanças culturais que empodere, que potencialize cada um para fazer tais
2349 enfrentamentos a partir do dia-a-dia das atividades cotidianas, aquelas histórias de
2350 ao escovar os dentes, fechar a torneira; ao fazer a barba, fechar a torneira; tomar
2351 banho... Aquelas coisinhas simples de comportamento cotidiano até as questões
2352 mais complexas de gestão da vida pública, de gestão dos espaços comuns em todo
2353 o planeta. E essas exigem organizações humanas muito mais aprimoradas do que o
2354 nosso sistema das Nações Unidas; muito mais aprimoradas do nosso sistema de
2355 votar a cada quatro anos no menos ruim dos candidatos e dizer que demos um
2356 cheque em branco para ele decidir tudo que nós queremos. Nós precisamos
2357 aprimorar os nossos sistemas de decisão política para podermos fazer tais
2358 enfrentamentos sócio-ambientais que estão aí colocados. Então, quando o tema que
2359 está colocado para nós aqui remete para a questão da democratização, a educação
2360 ambiental, a dimensão democrática da educação ambiental, na realidade, esse tema
2361 está nos remetendo para uma via a mão dupla: a educação ambiental promovendo a
2362 democratização, contribuindo para o espírito democrático, para uma sociedade de
2363 comportamentos e princípios democráticos. Democrático no saber dialogar, no saber
2364 olhar para o outro e compreender o que o outro estar dizendo, democrático no
2365 sentido de saber fazer junto, não o ótimo para cada um, mas o bom para todos: o
2366 dialogado, o conveniado, o acertado. Então, o sentido simbólico de nós estarmos
2367 fazendo um Termo de Cooperação com a prefeitura de Joinville, com uma cidade de
2368 quinhentos e tantos mil habitantes, é no sentido de mostrar que só faremos essa
2369 educação ambiental que estamos falando agora se nós ao mesmo tempo que
2370 formos para o planeta voltarmos-nos para conseguir envolver a totalidade dos
2371 habitantes de cada território da nossa sociedade. Se forem quinhentos mil
2372 habitantes, como é que nós dialogamos com todos e saímos do gueto, saímos da
2373 elite que sempre dialogou, que acha importante, mas não consegue nem mudar os
2374 comportamentos cotidianos porque ela não tem permanência e continuidade no
2375 nosso cotidiano essa educação ambiental que estamos falando. Propusemos esse
2376 desafio para o Norival, propusemos esse desafio para a prefeitura de Joinville,
2377 conversamos há um mês com outros Secretários de Educação, do Planejamento,
2378 sentimos uma receptividade grande e falamos: “Vamos comprar juntos esse
2379 desafio”. Sabemos que Joinville tem diversas disfunções, inclusive o processo
2380 participativo de educação ambiental é muito tímido. Apesar de a prefeitura convidar,
2381 não há um retorno imediato, e aí pode ser detectado uma série de lacunas no
2382 processo que está sendo promovido. Isso não é demérito de Joinville, não é
2383 demérito do Governo Federal, é uma problemática para todos nós, e que nós
2384 conseguiremos enfrentar juntos. Então, quando o Norival nos propôs esse convênio,
2385 essa cooperação, nós vimos essa oportunidade como uma oportunidade de
2386 aprendermos juntos para podermos estar fazendo essa mesma coisa em outros
2387 trezentos coletivos educadores que nós estamos nomeando por todo o País. Outras
2388 experiências como as que estão acontecendo junto com a **Itaipu Nacional(?)** no
2389 oeste do Estado de São Paulo, aglutinando 43 instituições daquela região, que já
2390 desenvolve um programa exemplar chamado Cultivando Água Boa, que o João
2391 Bosco conhece bem, e que resolveu disseminar junto aos 36 municípios da região,

2392 junto com o Parque Nacional do Iguaçu, com todo o apoio do IBAMA, da
2393 superintendência do IBAMA do Estado do Paraná e uma série de outras instituições
2394 em processo que percole, que não seja das 43 instituições, não seja dos trezentos
2395 educadores e educadoras ambientais que estão sendo formados nesse primeiro
2396 momento, mas seja sim do um milhão de habitantes desses 36 municípios. O
2397 mesmo nós queremos fazer aqui em Joinville; o mesmo, nós precisamos fazer nos
2398 outros coletivos educadores que vão se formando pelo País, e que só será feito se
2399 nós tivermos parceiros, compromissos como esse que está se delineando aqui com
2400 a prefeitura de Joinville. Então, para não falar demais... Eu sou descendente de
2401 italiano, professor e mexendo com política agora, eu tendo a falar a tarde inteira
2402 aqui. Então, eu agradeço esta oportunidade e cumprimento a prefeitura de Joinville
2403 por esta iniciativa. (*Palmas*).

2404
2405

2406 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado, professor
2407 Marcos. Nós fizemos essa provocação aqui para o Marcos Sorrentino do tema A
2408 Dimensão Democrática da Educação Ambiental porque a emergência da questão
2409 ambiental no Brasil, ela coincide de certa... Ela tem uma proximidade grande com os
2410 processos de democratização do Brasil. Então, eu acho que a ação ambiental tem
2411 uma identificação muito forte com espaços democráticos, até porque ela, no fundo,
2412 no fundo, é uma proposta de democracia entre espécies, entre seres vivos em
2413 relações mais equilibradas entre nós e o ambiente como um todo e entre nós
2414 mesmos. Então, a democracia e o meio ambiente têm um parentesco muito forte. E
2415 a Diretoria de Educação Ambiental tem feito um trabalho muito forte nesse sentido
2416 exatamente de gerar um acesso mais generalizado no País a educação ambiental.
2417 Vamos ouvir agora a nossa professora RACHEL TRAJBER.

2418
2419

2420 **A SR^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu queria só dizer uma coisa de Joinville: é
2421 cidade realmente de quinhentos mil habitantes, mas ela é a maior cidade do Brasil
2422 que é maior do que a capital; é o único Estado do Brasil que tem a maior cidade do
2423 seu Estado maior do que a capital. Eu venho trabalhando com Joinville há alguns
2424 anos no Consulado da Mulher, e até convido vocês a participarem das oficinas que
2425 vão acontecer no Consulado da Mulher, que são bastante interessantes também,
2426 que é a questão de gênero e meio ambiente. E pediram para eu falar sobre a
2427 questão a transversalidade na educação ambiental e nas diversas Câmaras, nessas
2428 diversas instâncias da democracia em que se exige transversalidade também. Tem
2429 uma historinha aí que se conta sobre essa questão da transversalidade, da
2430 complexidade, em que se coloca um monte de gente com vendas nos olhos
2431 apalpando um elefante. Então, algumas pessoas sentem alguma coisa, que é a
2432 tromba; outras pessoas sentem o rabo; outras pessoas, as patas e as unhas do
2433 elefante, e ninguém consegue descobrir o que aquilo que elas estão mexendo. E, às
2434 vezes, com a transversalidade, acontece exatamente isto: em que cada disciplina
2435 nas escolas, por exemplo, atuam em uma área: umas são rabólogas, outras são
2436 trombólógicas, outras são especialistas em unhólogas, mas não existe a percepção do
2437 elefante, e pior ainda: não existe a percepção da vida do elefante no contexto em
2438 que ele vive e a história do elefante e todas as interações entre elefantes e elefantes
2439 e seres humanos, como diz o Nilo. E o que está acontecendo com relação a essa
2440 questão da transversalidade é uma tentativa de você juntar o rabo com a tromba,
2441 mas sem passar pelo elefante como um todo, e isso está na complexidade, na
2442 verdade. Então, nós estamos trabalhando muitas vezes com comando e controle,
2443 com desenvolvimento sustentável, e se está tentando trabalhar nesse sentido, e não

2444 se trabalha com a questão da educação ambiental, a educação ambiental que
2445 reuniria... E que passa na transversalidade, mas que também estaria na questão da
2446 complexidade dessas ações todas. Então, nós temos comando e controle; todas as
2447 legislações elas existem nessa direção, muitas vezes, e órgãos que controlam essas
2448 situações. Nós temos algumas ações que tentam trabalhar na transversalidade e
2449 trazer a questão do desenvolvimento sustentável, mitigar os problemas e tal. E se
2450 fala muito em educação ambiental e em complexidade, mas acaba-se não trazendo
2451 isso para a vida cotidiana, que é a questão da construção de sociedades
2452 sustentáveis. E essa construção das sociedades sustentáveis só se dá se nós
2453 percebemos o elefante como um todo inserido no ambiente em que ele vive, e a
2454 relação entre os elefantes e o ambiente em que ele vive e a nossa relação com os
2455 elefantes e esse mesmo ambiente em que todos nós compartilhamos. Uma das
2456 bases de toda a política do Ministério do Meio Ambiente é a transversalidade. Tem
2457 quatro bases, diretrizes dessa política do Ministério do Meio Ambiente, a
2458 transversalidade é uma delas, a transversalidade do meio ambiente ou das questões
2459 ambientais e de uma visão de meio ambiente dentro do Governo, entre os
2460 Ministérios, entre todas as esferas de governos e na sociedade civil também. Isso se
2461 dá a partir da educação ambiental e a educação entendida no seu sentido mais
2462 amplo, que é além dessas ações estruturadas e curriculares de educação ambiental
2463 ou de educação em geral que se tem, que é essa grade curricular que se chama, é
2464 também a capacidade de se fazer brotar, tirar de dentro das pessoas toda essa
2465 complexidade e toda a capacidade que as pessoas têm de entender essa
2466 complexidade. Isso, nós tiramos de dentro das pessoas e está na própria raiz
2467 etimológica de *educare* e *educere*. As disciplinas escolares são uma forma muito
2468 mais visível de se trabalhar a questão da transversalidade e sempre perguntam em
2469 cada palestra que nós vamos dar sobre educação ambiental por que não tem uma
2470 disciplina na escola e, na verdade, é por causa dessa necessidade de nós atuarmos
2471 na transversalidade e, mais do que isso, eu coloco, na complexidade das relações
2472 humanas, nas relações entre seres humanos e seres humanos e seres humanos e o
2473 meio ambiente, seja ele natural ou construído, em que nós co-habitamos. E essa
2474 complexidade que se dá na prática, que se tem tenta trabalhar nas escolas pela
2475 transversalidade é que nos traz... E eu acho que é uma fase para nós chegarmos à
2476 complexidade. E finalmente eu gostaria só se contar para vocês rapidamente como
2477 é que nós estamos trabalhando na transversalidade das políticas de meio ambiente
2478 nas escolas e com as comunidades: nós acabamos de realizar todo um processo, no
2479 ano passado, da Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente – e de
2480 manhã eu dei uma pincelada nisso - nós trabalhamos com quatro temas, que são
2481 temas da Ciência, temas que o Brasil é signatário de acordos internacionais e que
2482 não são focos de disciplinas escolares, mas que atuam na transversalidade, que são
2483 mudanças climáticas. Se tiver alguma coisa ainda bastante abstrata para as
2484 pessoas, porque elas não visualizam ainda as mudanças climáticas ou pelo menos
2485 não no imediato, são mudanças climáticas. Então, nós trabalhamos com o Protocolo
2486 de Kyoto e os conceitos científicos e políticos, que não existe a distinção entre
2487 Ciência e Política, as duas coisas estão absolutamente interligadas, em que se
2488 trabalha isso nas escolas, debatendo na transversalidade do mundo real e não só
2489 nessas disciplinas que são caixinhas de conhecimentos. E biodiversidade, a partir da
2490 Convenção de Diversidade Biológica, segurança alimentar e Nutricional a partir da
2491 Declaração de Roma, de segurança alimentar mundial e de diversidade étnico-racial
2492 a partir da Convenção de Durban, da Declaração de Durban contra o racismo e a
2493 intolerância. E essas quatro temáticas, elas foram trabalhadas a partir do meio
2494 ambiente e não para o meio ambiente. E essa é uma forma complexa de se lidar
2495 com a transversalidade e de se ir contra as formas preestabelecidas do

2496 conhecimento nas escolas. E eu só finalizo dizendo que essas instâncias
2497 democráticas de construção de legislações e de políticas públicas, especificamente
2498 em educação ambiental, com esses três colegiados que nós estamos reunindo aqui
2499 são instâncias de construção dessa complexidade, e é por isso que nós estamos
2500 juntos aqui debatendo como é que nós podemos tornar essas idéias de
2501 complexidade viáveis na vida cotidiana de cada um e cada uma no nosso País.
2502 Muito obrigada. (*Palmas*).

2503

2504

2505 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado, Rachel.
2506 Vamos passar imediatamente para o João Bosco. O horário já está bem avançado.

2507

2508

2509 **O SR. JOÃO BOSCO (Conselho Nacional de Recursos Humanos – CNRH)** -
2510 Boa-tarde a todos. Eu queria cumprimentar aqui e agradecer ao Doutor Norival,
2511 presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, pela acolhida de Joinville, que
2512 sempre nos acolhe com muito carinho; e cumprimentar a Rachel, o Sanderson, o
2513 Nilo, e o nosso companheiro Marcos Sorrentino, que teve que sair, que compartilha
2514 um pouco desta Mesa aqui, desse desafio de falarmos de um tema tão importante
2515 em tão pouco tempo. Primeiro eu gostaria de dizer que o Doutor Norival fez várias
2516 referências aqui ao prefeito em ele ser engenheiro sanitaria. E eu me senti até
2517 muito orgulhoso, que sou engenheiro sanitaria e trabalho com educação ambiental
2518 desde 1980, tem 26 anos já acompanhando essa questão. E eu penso que todo
2519 engenheiro sanitaria deveria ter essa compreensão, mas infelizmente ainda há
2520 muito da engenharia sanitaria que está muito distante da questão ambiental, uma
2521 visão ainda muitas vezes - eu costumo dizer para os meus colegas sanitarias –
2522 segmentada, desfocada e, às vezes, até de muita obra, ver a engenharia sanitaria
2523 muitas vezes com uma tubulação, como um canal, como um barragem, desfocada
2524 do ambiente, desfocada da bacia hidrográfica, mas eu acredito que essa passagem
2525 é um ganho não só profissional, mas um ganho pessoal para as pessoas que
2526 percebem e compreendem essa ciência Engenharia Sanitária, a sua importância
2527 nessa perspectiva do ambiente percebendo que quando você trabalhar com a
2528 questão ambiental, uma perspectiva da Engenharia Sanitária é que você trabalha
2529 com a causa, não só com as consequências do desequilíbrio ambiental. Uma outra
2530 questão que eu queria fazer um comentário, que eu achei muito interessante é essa
2531 perspectiva que Joinville está fazendo de estar trabalhando a partir das bacias
2532 hidrográficas, é uma experiência... Eu quero saudar... Eu conheço algumas outras
2533 cidades. São poucas que têm trabalhado nesse sentido. Belo Horizonte, que me
2534 acolheu, também tem trabalhado sob essa perspectiva da identificação das bacias
2535 hidrográficas e fez um programa, que é interessante, um programa onde se buscou
2536 proibir a canalização de córregos. Eu acho que é isso é um avanço para uma cidade
2537 urbana com a pressão social toda que tem, onde a cultura que temos é esconder a
2538 sujeira embaixo do tapete, em vez de despoluirmos o córrego, retirarmos o lixo que
2539 está nos córregos, vamos escondê-los nos canais, construir ali uns excelentes
2540 apartamentos para ratos e baratas, e o problema permanece ali, de saúde pública, e
2541 o problema sanitário permanece nessa perspectiva. Então, eu quero saudar a
2542 iniciativa de Joinville, que são iniciativas nessa linha também que outras cidades
2543 vêm trabalhando, constrói um novo pensar desse espaço urbano e dessa relação
2544 das pessoas com o ambiente. E sob essa perspectiva, eu trabalhando com a tema
2545 da água, eu costumo fazer algumas reflexões do tempo em que eu estudei
2546 Geografia - já vai algum tempo - no primário - era primário ainda, não era primeiro
2547 grau - e os livros de Geografia diziam o seguinte: "As águas separam os municípios,

2548 as águas separam os Estados, os países, dividem os países, separam os
2549 continentes”. Eu acho que a cultura que temos que construir é a contrária: a água
2550 une os municípios, une os Estados, une os países, une os continentes. Essa releitura,
2551 essa cultura diferenciada e a maneira de enxergarmos esse tema, que é o tema que
2552 estamos trabalhando, que é o tema da água, ele vai mostrar efetivamente o que
2553 queremos: essa perspectiva de fazer com que o tema ambiental, o tema da água
2554 construa efetivamente uma cultura de paz, uma cultura de solidariedade entre as
2555 pessoas. E nessa perspectiva, hoje já pensamos trabalhando no aspecto do Plano
2556 Nacional de Recursos Hídricos, entrando um pouco já no tema onde na construção
2557 do processo da elaboração do Plano Nacional levamos esse debate, essa discussão
2558 por todo o País, da necessidade de construirmos e pensarmos o País e pensarmos
2559 não isoladamente o País, que as nossas águas se comunicam, elas não olham
2560 fronteiras. Nesse mesmo livro de Geografia nós aprendemos que o Brasil não faz
2561 divisa com o Chile e com o Equador. Então, hoje podemos dizer que o Brasil não faz
2562 fronteira hídrica apenas com um país, que é o Chile, nem territorial e nem hídrico,
2563 mas com o Equador, hoje nós temos fronteiras, que são as fronteiras hídricas, as
2564 águas do Equador vão abastecer a nossa região amazônica. Então, esse processo
2565 pedagógico, como pedagogo, quer dizer, a pedagogia, a informação mostram o
2566 porquê hoje temos esse termo Educação Ambiental, onde foi necessário agregar um
2567 adjetivo ao substantivo, que educação é o substantivo, ambiental é esse adjetivo,
2568 por quê? Porque efetivamente precisamos repensar essa educação: para quê, para
2569 quem, como, por que a educação, a que modelos, a que sociedade que serve. Por
2570 isso a importância de repensarmos e construirmos uma sociedade sustentável.
2571 Então, assim eu pensava... É inconcebível para nós pensarmos em termos uma
2572 disciplina de educação sexual nas comunidades indígenas. Para a nossa sociedade,
2573 nós precisamos repensar isso, por quê? Porque a cultura e o processo levaram a
2574 essa segmentação, a preconceitos e outros que fazem que nós precisamos adjetivar
2575 um substantivo para dá alguma importância para que ele possa efetivamente
2576 repensar, inclusive e valorizar a importância daquilo que é substantivo. Então, a
2577 educação ambiental tem que nos levar - e eu sempre digo isso - a fazer com que um
2578 dia ela deixe de existir, que efetivamente a educação já incorpore todos esses
2579 valores no seu conceito e as pessoas já conheçam o rio da sua aldeia, tenham
2580 informação a partir da sua própria realidade para efetivamente poder influir para
2581 alterar essa realidade para melhor na sua vida. Então, nessa perspectiva, tem um
2582 dado também que o Governo Federal publicou agora um decreto, construído pelo
2583 Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e o
2584 Ministério das Cidades, onde as conta d'água vão passar a falar, dar informação da
2585 qualidade da água e da bacia hidrográfica onde está aquela água que você recebe
2586 na sua casa. É uma maneira pedagógica de as pessoas se sentarem parte, serem
2587 pertencentes a uma bacia hidrográfica, não só a uma cidade, a essa delimitação
2588 administrativa, mas também ao espaço natural. Uma outra questão mais conceitual,
2589 e eu já vou focar aqui mais na questão do plano, o Sorrentino dizia que da educação
2590 ambiental, das informações que aterrorizam, as catástrofes e a necessidade de
2591 muitas vezes se trabalhar sob essa perspectiva. Aterrorizar vem do terror, e
2592 educação ambiental, nós temos que amorizar, tem que ser com amor, quer dizer, a
2593 conquista de uma nova consciência, de uma nova cultura, de uma mudança de
2594 postura, ela passa pelo amor e não pelo terror. Eu acho que esse é o grande desafio
2595 porque aí perpassa todas as relações: as relações sociais, as relações humanas, a
2596 relação da natureza. E nós só temos essa compreensão e essa mudança na medida
2597 em que nós nos sentimos pertencentes, na medida em que nós deixarmos de nos
2598 sentir fora do ambiente, mas parte dele; fora da família, mas parte da família; fora da
2599 sociedade, mas parte da sociedade efetivamente nessa compreensão. E foi essa

2600 perspectiva que a Política de Recursos Hídricos, ela nasce um pouco diferente da
2601 Política Ambiental. E aí eu acho que ela tem nesse processo de troca de
2602 intercâmbio, que é fundamental, que a política ambiental aterrorizada muitas vezes
2603 privilegiou muito o comando e controle, as multa, um aperfeiçoamento da lei e
2604 vamos multar e vamos pegar quem fizer errado. E isso fez com que a questão da
2605 educação ficasse muitas vezes num segundo plano. A política de recursos hídricos,
2606 que não é focada no comando e controle, mas é focada no processo de
2607 convencimento, no processo de construção de consenso de uma compreensão que
2608 se as águas adoecerem, toda a sociedade adoce; se as águas morrerem, toda a
2609 sociedade morre. Sob essa perspectiva de levar essa compreensão, a gestão de
2610 recursos hídricos, nos seus fundamentos, ela trabalha e privilegia mais essa
2611 perspectiva de construção de um consenso de preservação dessa fonte, que é
2612 fundamental para a vida de todos e para o desenvolvimento de todos. Então, nessa
2613 perspectiva e sobre esses fundamentos é que no processo de elaboração do Plano
2614 Nacional, nós buscamos trabalhar a partir desses conceitos. Primeiro sob uma
2615 perspectiva do Plano, nós elaboramos, junto com o Departamento de Educação
2616 Ambiental do Ministério, uma cartilha - pena que eu não tenho nenhuma aqui, mas
2617 eu acho que uma boa parte aqui conheceu essa cartilha - falando o que era o Plano,
2618 o que era a política, como era o sistema, para que as pessoas tivessem um
2619 processo de empoderamento primeiro para poder participar com mais qualidade em
2620 todo o processo de elaboração do Plano; uma cartilha que fizemos uma tiragem, que
2621 acredito que deve ter passado os cem mil; fizemos várias tiragens. Foi distribuída
2622 quando a Conferência dos Bispos iniciou a Campanha da Fraternidade, que o tema
2623 era água. Visitamos a CNBB. Mandamos para as igrejas para que os padres
2624 pudessem se qualificar inclusive terem conhecimento da própria legislação, da
2625 própria dinâmica e pudessem estar discutindo isso. Fomos a vários encontros, a
2626 vários setores. Não nos furtamos a nenhum convite de estar levando essa
2627 informação para qualificar essa participação em todo o processo do Plano, porque
2628 entendíamos e entendemos que o Plano não é um documento bonito, bem
2629 encadernado, que vai para a prateleira, que vai para as gavetas. Ele é um processo,
2630 e é um processo que no seu processo de formulação tem um componente
2631 pedagógico de construção coletiva conjunta de conhecimento, de trocas, onde todos
2632 que participam crescem com esse processo, que é um processo que não se finda
2633 quando o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou o Plano ou quando o
2634 Presidente Lula lançou o Plano, mas é um processo permanente, que vai requerer
2635 ainda muito trabalho, mas nos seu processo de implementação. E essa
2636 implementação é mais eficaz e vai ser efetiva se também tiver o processo de
2637 participação das pessoas que participaram e de outras que virão a se juntar nesse
2638 processo de fazer valer a implementação. E sob essa perspectiva, a educação
2639 ambiental tem um papel fundamental. Em todos os processos que fizemos,
2640 procuramos construir o Plano na vertente regional. Fomos a todas as regiões
2641 hidrográficas brasileiras, nas doze, em todos os Estados e no Distrito Federal, fazer
2642 debates públicos, buscar subsídios, trocar informações, construir esse diagnóstico,
2643 construir cenários, colher propostas de diretrizes de programas e também
2644 trabalhamos sob a perspectiva numa vertente mais nacional, vertentes transversais
2645 com a questão do tema de gênero, dos aspectos sócio-culturais da água, o aspecto
2646 ambiental e a política de recursos hídricos. Então, uma série de visões perpassando
2647 sobre essa perspectiva mais nacional, de forma que nós tivéssemos ação local, mas
2648 sem perder a visão global de temas fundamentais que tinham essa interface num
2649 processo também pedagógico. Resultado de todo esse processo: a questão da
2650 educação ambiental apareceu como uma das prioridades em praticamente todos os
2651 encontros públicos sempre a necessidade de se ter um programa de educação

2652 ambiental com uma prioridade, apareceu e foi identificado como uma das prioridades
2653 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Esse programa, eu vou passar
2654 rapidamente aqui, é o Programa IV, que fala: “Desenvolvimento tecnológico,
2655 capacitação, comunicação e difusão de informação em gestão integrada de recursos
2656 hídricos”. Ele tem três subprogramas: desenvolvimento, consolidação de
2657 conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais e de avanços tecnológicos e
2658 gestão de recursos hídricos. O segundo subprograma: capacitação e educação, em
2659 especial, ambiental para a gestão integrada de recursos hídricos; comunicação e
2660 difusão de informações em gestão integradas de recursos hídricos. Então, são três
2661 subprogramas que serão detalhados, discutidos pelas Câmaras Técnicas do
2662 Conselho Nacional, a ser aprovado pelo Conselho, com custos, metas, os
2663 detalhados todos que um programa merece, cujo objetivo, aprovado pelo Conselho e
2664 a nossa proposta, é que nós consigamos viabilizar isso a tempo para que esses
2665 programas passem a ser incorporados no PPA do próximo ano, por quê? Porque o
2666 Plano, na sua concepção, na sua elaboração, nós definimos como estratégia, essa
2667 estratégia que a Ministra Marina Silva vem trabalhando nessa perspectiva da
2668 transversalidade da política ambiental, para que a política ambiental não seja uma
2669 periferia, mas ela efetivamente seja incorporada como uma política central de
2670 Governo, uma política de Governo, e entrar na sua centralidade. Por isso que a
2671 perspectiva de detalhamento dos programas, de todos os programas do Plano, é
2672 nessa perspectiva de detalharmos para que possamos influir na coluna dorsal do
2673 PPA, na perspectiva dessa gestão. E nós esperamos e certamente vamos ter nesse
2674 processo desse detalhamento a participação da CTEM, da Câmara Técnica de
2675 Educação Ambiental do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é uma
2676 Câmara Técnica, não é caçula mais, mas é a segunda mais jovem, porque a caçula
2677 da Câmara Técnica do Conselho agora é a Câmara Técnica de Integrada de Gestão
2678 Recursos Hídricos e Gerenciamento Costeiro; antes dela, a Câmara Técnica de
2679 Educação Ambiental que veio já nesse período sob essa perspectiva de valorizar, de
2680 priorizar o tema. Não precisa criar uma nova cultura da água... Para que nós
2681 possamos avançar aí em relação ao Plano. Então, rapidamente fechando, o
2682 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, aprovando esse Plano agora fez com que
2683 nós tivéssemos... Que o Brasil cumprisse uma das Metas do Milênio. O Brasil foi o
2684 único país da América Latina e do Caribe, abaixo dos Estados Unidos, porque os
2685 Estados Unidos também não têm plano, um dos poucos do mundo, e infelizmente,
2686 eu digo infelizmente porque isso nos preocupa saber que são poucos países que
2687 estão efetivamente planejando as suas ações. E qual é a importância de planejar?
2688 Planejar, a importância é que se você prioriza, você dá efetividade, eficiências às
2689 suas ações e, sobretudo, para os países e para quem não tem recursos para
2690 desperdiçar, ele tem que priorizar a aplicação desses recursos, e isso se faz com
2691 planejamento. A outra perspectiva do Plano Nacional: ele trabalha sob uma visão de
2692 gestão integrada, que é a visão que a educação ambiental trabalha. Então, o Plano
2693 Nacional de Recursos Hídricos, eu costumo dizer, e tenho discutido, o pessoal já me
2694 ouviu isso, e está mais acostumado, em algumas reuniões, na verdade, ele deveria
2695 se chamar Plano Nacional das Águas e não Plano Nacional de Recursos Hídricos,
2696 chama-se Plano Nacional de Recursos Hídricos porque está na lei, o instrumento da
2697 lei que tem que fazer plano de recursos hídricos, por quê? Por que Plano Nacional
2698 das Águas? Primeiro, eu costumo dizer que as águas são muito mais que recursos
2699 hídricos, assim como gente é muito mais que recursos humanos, quer dizer, têm
2700 sentimentos, têm outros valores e outros conceitos. Essa palavra “recurso” vem
2701 muito de uma visão economicista de compartimentar as coisas e dar valor às coisas,
2702 o valor econômico e não os demais valores. E o Plano Nacional das Águas do Brasil
2703 buscou na sua construção incorporar o aspecto social, o aspecto ambiental, os

2704 aspectos culturais, os aspectos econômicos, ter essa visão integrada da água no
2705 seu processo de gestão e envolvendo também de uma maneira integrada todos os
2706 atores: as comunidades tradicionais; foram mais de vinte comunidades tradicionais
2707 que discutiram conosco mais as comunidades urbanas, a população, todos os
2708 setores se envolveram nesse processo, da sociedade civil, dos setores de usuários
2709 e dos governos dos diferentes níveis. Então, esse processo, para nós que estamos
2710 trabalhando sob essa perspectiva, já acertamos com a Rachel, do Ministério da
2711 Educação, junto com a Unesco também, e estamos trabalhando agora numa
2712 publicação, que nós esperamos que esteja pronta para o segundo semestre, que se
2713 chama Almanaque das Águas, que é uma decodificação, diríamos assim, numa
2714 linguagem para que se possa utilizar nas escolas, em várias outras áreas, uma
2715 discussão sobre o Plano Nacional das Águas numa linguagem porque o Plano
2716 Nacional de Recursos Hídricos ainda tem que ter muitos termos técnicos, muita
2717 informação que, às vezes, distancia o cidadão. Mas estamos bem trabalhando sob
2718 essa perspectiva, já entendendo o que o Conselho define como uma das prioridades
2719 do Plano à educação ambiental. Então, nessa perspectiva da devolução do plano,
2720 que a metodologia de construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos também
2721 se deu maneira diferente, uma metodologia além de participativa toda, buscamos
2722 fazer o que geralmente não é feito, que é o processo de devolução. Geralmente os
2723 pesquisadores, nós, às vezes, buscamos as informações, trocamos as informações
2724 com as pessoas e depois não voltamos para dizer o resultado daquele trabalho.
2725 Então, esse é um compromisso... Nós estamos já planejando... Vamos nos reunir
2726 com as Comissões Executivas Regionais, vamos voltar a todos os Estados para
2727 fazer esse lançamento do Plano para fazer o processo o empoderamento por todos
2728 para que o Plano efetivamente possa ser assumido por toda a população, que afinal
2729 de contas não é um plano federal de recursos hídricos, é um plano do Governo
2730 Federal, é um plano nacional. Enquanto plano nacional, é um plano da sociedade
2731 brasileira porque é assim que foi construído com as diretrizes do Ministério do Meio
2732 Ambiente e do Governo do Presidente Lula. E para isso é fundamental esse
2733 processo de devolução dessa participação de todos para que independentemente de
2734 quem estiver em qualquer Governo, a população, a sociedade veja isso como
2735 fundamental para pensar o País e seu processo de envolvimento seja sustentável,
2736 um processo que efetivamente possa assegurar para as futuras gerações esse bem
2737 tão importante e tão fundamental para o País, que são as águas. Muito obrigado.
2738 (Palmas).

2739
2740

2741 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Sanderson. Só um
2742 recadinho aqui. Sanderson, desculpe-me. A cartilha do Plano vai estar no *stand* do
2743 MMA. Informaram aqui que tem.

2744
2745

2746 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** - Boa-tarde a todos. Vamos dar
2747 prosseguimento aqui e falar um pouquinho mais uma das Câmaras Técnica do
2748 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é a Câmara Técnica de Educação,
2749 Capacitação, Mobilização Social e Informação de Recursos Hídricos – CTEM, que
2750 vocês já ouviram falar. Vamos mudar um pouquinho a apresentação. Vocês devem
2751 estar com sono já. As apresentações foram empolgantes, mas depois de almoço...
2752 Eu pelo menos estava tentando ali... Então, vamos falar um pouquinho sobre o
2753 Conselho Nacional de Recursos Hídricos também. O Sistema Nacional de
2754 Gerenciamento de Recursos Hídricos do País, para quem não conhece, é um
2755 sistema bem, digamos, complexo. E nós temos em dois níveis: no âmbito nacional e

2756 no âmbito estadual. Nós temos os órgãos formuladores da política e aqueles órgãos
2757 que implementam os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. A
2758 Política Nacional de Recursos Hídricos é a política que foi criada em janeiro de
2759 1997, por intermédio da Lei 9.433, que estabeleceu os organismos colegiados, o
2760 Conselho Nacional de Recursos Hídricos em nível nacional, o Comitê de Bacias.
2761 Pela administração direta, é o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da
2762 Secretaria de Recursos Hídricos, cujo Secretário acabou de falar. E no âmbito da
2763 implementação da política, o poder outorgante é da Agência Nacional de Águas, que
2764 foi criada em 2000 e começou a funcionar em 2001. E as entidades de bacia são as
2765 Agências de Bacia. Paralelamente nos níveis estaduais, nós temos também mais ou
2766 menos o mesmo delineamento: os Comitês Estaduais de Recursos Hídricos, os
2767 Comitês Estaduais de Bacia como formuladores das políticas estaduais; as
2768 Secretarias de Estado, quer seja próprias de recursos hídricos ou do meio ambiente,
2769 que são os órgãos gestores estaduais que também a implementação dos
2770 instrumentos de política, que são as entidades gestoras estaduais. Dependendo de
2771 cada Estado, já há Estados que dispõem de agências, outros que ainda são as
2772 Secretarias. Ou seja, está havendo uma reformulação estadual em vários Estados
2773 nos moldes da Política Nacional de Recursos Hídricos. E também teremos em breve,
2774 e muito já existem, as Agências de Bacia em nível estadual. O Conselho Nacional de
2775 Recursos Hídricos é a entidade mor do Sistema Nacional de Gerenciamento de
2776 Recursos Hídricos, que nós vimos anteriormente. Foi criado em 97. Com a lei. Foi
2777 regulamentado em 2003. A reunião de instalação em 1998. Teve o seu Regimento
2778 Interno aprovado em 2003. E a alteração da composição também foi em 2003, já
2779 nessa administração. Atualmente nós temos 57 membros. O órgão máximo, como
2780 eu já tinha dito, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem
2781 um caráter normativo e deliberativo e é um fórum de discussão do Governo, dos
2782 usuários e da sociedade civil sobre as questões de recursos hídricos, questões mais
2783 importantes ligadas a água, da sociedade em que vivemos. As atribuições, aqui
2784 vamos listar algumas dela, não vou lê-las todas para não ficar chato, mas, por
2785 exemplo, uma delas: “Analisar proposta de alteração da legislação pertinente a
2786 recursos hídricos e a Política Nacional de Recursos Hídricos”. Uma outra: “Promover
2787 articulação do Planejamento de Recursos Hídricos com os Planejamentos Nacional,
2788 Regionais, Estaduais e de outros setores usuários.” Importantíssimo. Também, às
2789 vezes: “Arbitrar sobre conflitos na área de recursos hídricos, aprovar propostas de
2790 instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica, aprovar o Plano Nacional de Recursos
2791 Hídricos e acompanhar a sua execução”. Ou seja, essas são algumas das
2792 atribuições do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Esse Conselho, ele tem
2793 cerca de dez Câmaras Técnicas, que eu diria que são os braços do Conselho, as
2794 Câmaras Técnicas que assessoram a Plenária, os Conselheiros nos diversos
2795 assuntos de cada competência. São dez Câmaras atualmente, com cerca de sete a
2796 dezessete membros. As competências gerais das Câmaras Técnicas: examinam os
2797 assuntos de sua competência e fazem relato ao Plenário, também propõe matérias,
2798 por exemplo, moção, resolução sobre determinados assuntos. A composição das
2799 Câmaras Técnicas é bem semelhante à própria composição do Conselho Nacional
2800 de Recursos Hídricos, ou seja, toda a sociedade brasileira está representada
2801 também nas Câmaras Técnicas por seus representantes do Governo: do Governo
2802 Federal, dos Governos Estaduais, dos Comitês de Bacia, das Organizações Não
2803 Governamentais, das organizações de pesquisa, etc. É um processo de discussão
2804 democrático aberto e participativo como muitos de vocês tiveram a oportunidade de
2805 ver hoje pela manhã e que também a CTEM vai continuar aqui um pouquinho mais
2806 numa reunião, ou seja, todos nós, todos os membros participam e discutem fazendo
2807 com que realmente a Política Nacional de Recursos Hídricos seja uma política

2808 participativa, uma política da sociedade, uma política descentralizada. As Câmaras
2809 Técnicas são essas. São dez Câmaras Técnicas atualmente. Chegam a um número
2810 máximo de acordo com essa legislação. A nossa Câmara Técnica, da qual somos
2811 presidente, é a CTEM, que já falamos, Câmara Técnica de Educação, Capacitação,
2812 Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos. As competências da CTEM,
2813 nós tínhamos visto pela manhã, eu não se todos estavam presentes, então, eu lerei
2814 rapidamente: “Propor diretrizes, planos e programas de educação e capacitação em
2815 recursos hídricos; propor e analisar mecanismos de articulação e cooperação entre
2816 o Poder Público e os setores usuários e a sociedade civil quanto à educação e
2817 capacitação novamente em recursos hídricos; propor e analisar mecanismos de
2818 mobilização social para fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de
2819 Recursos Hídricos; propor e analisar mecanismos de difusão da Política Nacional de
2820 Recursos Hídricos nos sistemas de ensino, tornando efetivos os fundamentos da Lei
2821 da Águas; propor e analisar diretrizes de disseminação da informação sobre os
2822 recursos hídricos voltadas para a sociedade, utilizando as formas de comunicação
2823 que alcancem a todos; recomendar critérios referentes ao conteúdo da educação de
2824 recursos hídricos nos livros didáticos, assim como para os planos de mídia
2825 relacionados ao tema de recursos hídricos; e por fim, exercer competência do CNRH
2826 que lhe forem especialmente delegadas ou por uma das Câmaras do Conselho”, a
2827 chamada CTIL - Câmara de Assunto Legais Institucionais. Temos dezessete
2828 membros. Temos o número completo de membros, representantes dos diversos
2829 Ministérios que estão aí descritos, e os membros estão aqui presentes: Educação,
2830 Fazenda, Saúde, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, Ciência e
2831 Tecnologia e do Ministério do Meio Ambiente: CNRH e ANA; dos Conselhos
2832 Estaduais de Recursos Hídricos temos quatro Estados representados: São
2833 Paulo/Rio de Janeiro e Bahia/Ceará; usuários de recursos hídricos; concessionárias
2834 e autorizadas de geração hidroelétrica e indústrias; das organizações civis de
2835 recursos hídricos; Comitês de Bacia Hidrográfica, importantíssimo; organizações
2836 técnicas, organizações de ensino e pesquisa e Organizações Não Governamentais.
2837 Um resumo das atividades da CTEM: a Câmara Técnica foi criada em 26 de março
2838 de 2004. No dia 24 de junho foi a publicação da Resolução nº. 19, que a criou. No
2839 dia 5 de agosto, nós tivemos a primeira reunião, a reunião de instalação da Câmara
2840 Técnica. Vocês podem ver que é uma Câmara bem jovem ainda, como o próprio
2841 Secretário-Executivo tinha dito. No próprio dia 5, tivemos a eleição do presidente.
2842 Tivemos quatro reuniões realizadas. Tivemos a nossa primeira reunião fora de
2843 Brasília, porque como nós já comentamos aqui, um dos propósitos de trazer essas
2844 reuniões, sair de Brasília, é levar o Conselho Nacional, por intermédio das suas
2845 Câmaras, para a sociedade para que a sociedade veja como é que funciona o
2846 Conselho para que também a sociedade possa participar ativamente. Em 2005, a
2847 Câmara Técnica, por intermédio dos seus membros, fez o acompanhamento do
2848 Plano Nacional de Recursos Hídricos e vamos salientar a participação da Câmara
2849 nas oficinas de aspectos sócio-políticos, culturais e da água, das comunidades
2850 tradicionais, participação nos seminários de elaboração do Plano, de vários
2851 seminários de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, apoio às
2852 Comissões Executivas Regionais, fortalecimento da sociedade para implementação
2853 da Política Nacional de Recursos Hídricos; nós tivemos uma moção importantíssima,
2854 que a CTEM propôs ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que deu origem ao
2855 Decreto da Década Brasileira da Água, em 22 de março de 2005. Eu gostaria,
2856 inclusive que você pusesse lá, por gentileza. Esse decreto nasceu dentro da CTEM,
2857 e nós propusemos ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e foi aprovado no
2858 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nós entendemos que é uma das coisas
2859 importantíssima que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos já fez, que mexe

2860 com a vida de cada um de nós, cada cidadão brasileiro, porque foi instituído então,
2861 portanto, a Década Brasileira da Água, cujos objetivos são promover e intensificar a
2862 formulação e a implementação de políticas, programas e projetos relativos ao
2863 gerenciamento e uso sustentável da água em todos os níveis, assim como
2864 assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance
2865 dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou
2866 estabelecidos em convenções, acordos e resoluções em que o Brasil tem aderido.
2867 Então, foi aqui assinado pelo Presidente da República e pela Ministra do Meio
2868 Ambiente. Então, isso é uma coisa muito importante que todos nós, não só nós do
2869 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas que todos nós brasileiros devemos,
2870 digamos, nos valer e sermos orgulhosos de também batalharmos para que nós
2871 estejamos vivendo na Década Brasileira da Água. Também em 2005, apoio aos
2872 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Alguns Conselhos Estaduais, como é o
2873 caso do Conselho Estadual de São Paulo, o Conselho Estadual do Espírito Santo,
2874 de Tocantins, parece-me também, e Ceará, já tem as Câmaras Estaduais de
2875 Educação em Recursos Hídricos dos moldes da CTEM. Nós temos do âmbito da
2876 nossa Câmara Técnica alguns Grupos de Trabalho que se ocupam do Plano
2877 Nacional de Capacitação, ações da Década Brasileira da Água, Plano de
2878 Comunicação Social do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a difusão de
2879 informação de recursos hídricos, atualização do nosso Plano de Trabalho e ações
2880 no fortalecimento da educação e da capacitação para uso sustentável. Tivemos dez
2881 reuniões e também tivemos reuniões fora, em Curitiba, em Ilhéus e em João
2882 Pessoa. E na nossa Câmara, nós temos vários membros da Câmara que participam
2883 da outras Câmaras Técnicas do Conselho, ou seja, é como se as ações
2884 transversais... A CTEM também está presente em outras Câmaras Técnicas; a
2885 própria CTEM... Nós temos Conselheiros que fazem parte da CTEM que são
2886 Conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos fazendo essa interação da
2887 educação em recursos hídricos, essa difusão de informação, levando e trazendo
2888 informações também para outras Câmaras Técnicas do Conselho como também
2889 para a própria Plenária de Conselho, de forma transversal. Em 2006, estamos
2890 começando, continuação e conclusão das atividades dos Grupos de Trabalho,
2891 difusão... Todas essas atividades são as mesmas. Então, uma novidade é que nós
2892 estamos aqui trabalhando com o encaminhamento ao CNRH. Aprovamos uma
2893 proposta de moção no âmbito da CTEM, que já foi aproado também numa outra
2894 Câmara Técnica, que é a Câmara Técnica de Assuntos Legais Institucionais, que vai
2895 levar uma proposta que sugere alusão às bacias hidrográficas nas placas
2896 rodoviárias do País inteiro, que serão substituídas, para que os cidadãos brasileiros
2897 conheçam, como nós já tínhamos falado aqui, em que bacia hidrográfica se
2898 encontra. Fortalecimento da educação e da capacitação para uso sustentável.
2899 Também temos o fortalecimento da proposta ao PL 1.616, que seria uma das
2900 propostas para alteração do CNRH para CNA – Conselho Nacional das Águas,
2901 consolidação da proposta do PL 1.616 para a inclusão da educação ambiental como
2902 instrumento da gestão de Política Nacional de Recursos Hídricos. Então,
2903 basicamente eram essas as informações que nós gostaríamos de trazer. Sabemos
2904 que educar é o princípio de tudo, princípio de uma sociedade sustentável, é o
2905 princípio do progresso, é o princípio básico da educação. E não é fácil educar. Em
2906 termos de educação ambiental, nós precisamos ousar, a sociedade precisa ser
2907 transformada, precisamos de transformações, e a educação ambiental está aí para
2908 isso, e nós, tanto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos como (...) do
2909 CONAMA, estamos aí para isto: para contribuir, para somar. Aqui tem os nossos
2910 contatos, e qualquer coisa que pudermos contribuir estamos à disposição. Muito
2911 obrigado pela oportunidade. Nós da CTEM entendemos que é uma oportunidade

2912 singular essa de estarmos dialogando aqui com os três colegiados para construir
2913 uma sociedade melhor, uma sociedade em que o cidadão brasileiro possa realmente
2914 ser tratado como cidadão. Muito obrigado. *(Palmas)*. Uma pergunta...

2915

2916

2917 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2918

2919

2920 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Não. A sociedade civil já participa. A
2921 sociedade civil, por exemplo, representada pelo Gustavo Querubina.

2922

2923

2924 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2925

2926

2927 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** – Eu posso explicar de uma outra forma:
2928 cada Câmara Técnica, não só na CTEM, mas em todas as Câmaras Técnicas do
2929 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nós temos representantes do Governo, da
2930 sociedade civil, de todos os setores. E cada setor, digamos, quando da criação de
2931 uma Câmara ou quando da renovação dos seus membros, se manifesta
2932 favoravelmente solicitando uma vaga, um assento na Câmara. São dezessete.
2933 Infelizmente só temos dezessete assentos. E aí, por uma série de fatores que são
2934 levados em consideração, aquela entidade que solicitou a vaga pode ser
2935 contemplada. Essas decisões são efetuadas em uma outra Câmara do Conselho,
2936 que é a CTIL - Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, mas, por
2937 exemplo, vamos supor que as organizações civis, as ONGs tenham uma vaga, ou
2938 seja, a CTIL entendeu por bem que naquele determinado assunto, a sociedade civil
2939 deve estar presente em todas, deveria estar presente. Cabe à própria organização
2940 da sociedade civil escolher quem vai representá-la no Colegiado. Nós vamos
2941 continuar com a reunião aqui.

2942

2943

2944 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Deixa-me só dizer
2945 uma coisa, Gustavo: nós estamos com um problema de horário, e eu sei que tem
2946 algumas coisas que estão aqui que estão com vontade também de perguntar ou de
2947 falar e tal. Então, eu pediria que nós concluíssemos aqui - eu vou falar já um pouco
2948 do CONAMA - e aí nós vemos se fazemos duas ou três intervenções. Você já está
2949 escrito, logo e, seguida a nós terminarmos aqui o painel, porque também eu já vi que
2950 outras pessoas também podem ter essa disposição de fazer algum tipo de
2951 comentário e aí nós já abrimos de uma vez bem rapidamente porque nós vamos ter
2952 que concluir. Eu quero só concluir agora a parte que eu fiquei encarregado, Gustavo,
2953 de apresentar, que é do CONAMA, e aí depois nós já abrimos para quem mais
2954 queira se manifestar. Eu vou ser bem breve porque nós já vamos para a abertura do
2955 Congresso agora. Eu vou falar muito rapidamente para vocês, tentar ser muito
2956 rápido e falar realmente em dez minutos sobre como a educação ambiental de certa
2957 maneira está pensada de uma forma muito ampla aqui, não é de uma forma
2958 pedagógico, de uma forma clássica, mas de uma forma bem ampla como é que o
2959 CONAMA está de alguma maneira, de alguma forma perpassando nas suas ações o
2960 componente da educação ambiental no sentido amplo, sendo ele um próprio
2961 Conselho, com controle e participação social, está na essência de uma diretriz hoje
2962 do Ministério do Meio Ambiente. Então, o CONAMA criado pela Lei 6.938, em 81. Eu
2963 estava comentando aqui logo depois de o professor Marcos Sorrentino dizer que a

2964 institucionalização, a emergência da questão ambiental no Brasil tem uma relação
2965 muito direta com a democratização do País. Então, a Lei 6.938/81, ainda vivendo
2966 num momento da distensão política, dois anos depois da Anistia e ainda sete anos
2967 antes da Constituinte, da Assembléia Nacional Constituinte, era uma lei com um tom
2968 de pioneirismo muito grande. Então, ela estabeleceu a Política Nacional de Meio
2969 Ambiente e instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, e no âmbito
2970 do SISNAMA, o CONAMA. Então, na estrutura do SISNAMA, você tem o órgão
2971 superior, que é o Conselho do Governo e logo em seguida vem o CONAMA, com o
2972 caráter consultivo e deliberativo e com uma função eminentemente normativa.
2973 Depois vem o Ministério do Meio Ambiente, como órgão central do SISNAMA e os
2974 demais órgãos: IBAMA, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, os
2975 seccionais, os órgãos e entidades estaduais e os órgãos locais, que são os
2976 municipais. O CONAMA é órgão colegiado de caráter normativo, como eu já disse,
2977 deliberativo e consultivo, é considerado o vovô dos Conselhos, especialmente pelo
2978 caráter de participação social, quer dizer, foi um Conselho que já nasceu abrindo
2979 espaço para a participação da sociedade. E a finalidade maior do CONAMA é
2980 assessorar, estudar e propor ao Conselho do Governo diretrizes de políticas
2981 governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar no âmbito
2982 de sua competência sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente
2983 equilibrado, essencial à saúde e à qualidade de vida. Então, essa é a finalidade e a
2984 missão do CONAMA. As instâncias que constituem o CONAMA, para vocês terem
2985 uma idéia, são os Grupos Assessores. Agora mesmo nós estamos num momento de
2986 estabelecer um primeiro Grupo Assessor, que vai trabalhar exatamente a avaliação
2987 da aplicação da norma ambiental, que é estabelecida pelo CONAMA, que hoje nós
2988 não temos exatamente com esse objetivo inclusive de aprimorar o trabalho de
2989 formulação de resoluções, é exatamente avaliar a aplicabilidade que essas
2990 resoluções vêm tendo nos três níveis de Governo. Aí tem os Grupos de Trabalho,
2991 que não têm caráter deliberativo, não há eleição nos Grupos de Trabalho, eles são,
2992 como todas as instâncias do CONAMA, abertos a participação... Os Grupos de
2993 Trabalho normalmente são numerosos em termos de participação de pessoas e de
2994 segmentos, e eles formulam, eles aprofundam o debate sobre uma resolução, uma
2995 proposta de normas, são aprofundados tecnicamente no Grupo de Trabalho. Depois
2996 vai para as Câmaras Técnicas, são onze, que vocês vão ver. E lá nas Câmaras
2997 Técnicas é que se faz um debate realmente deliberativo. Ali se recolhe as sugestões
2998 dos Grupos de Trabalhos e então se discute e se aprova. Em seguida tem o Comitê
2999 de Políticas Ambientais, que é uma instância também com representação em todos
3000 os segmentos do CONAMA e que faz um pouco a preparação das pautas do
3001 CONAMA, articula aquelas questões mais polêmicas, que o Tarcísio, o Secretário de
3002 Vitória, já tem participado em algumas dessas reuniões. Elas vão fundamentais para
3003 se estabelecer uma base de conversa preliminar antes de chegar ao Plenário. E o
3004 Plenário, que são 108 membros. A estrutura é mais ou menos, vendo assim em
3005 diagrama, essa estrutura, de Grupo de Trabalho para Câmaras Técnicas e para o
3006 Plenário. Aí as Câmaras Técnicas, são onze Câmaras, eu vou ler todas, o
3007 importante é que entre todas as Câmaras Técnicas se destaca a Câmara de
3008 Educação Ambiental, que tem esse mérito de estar formulando propostas. Nós
3009 vimos na parte da manhã um pouco as competências dessa Câmara Técnica. Uma
3010 das missões, aliás, inclusive que a Câmara Técnica de Educação Ambiental tem é
3011 justamente assessorar as demais Câmaras na discussão e formulação de normas
3012 atinentes a cada um dos temas das demais Câmaras. O CONAMA trabalha com um
3013 sistema de acompanhamento quase *on line* do que delibera, do que ele discute, das
3014 propostas que ele vai preparando. Então, o *site* do CONAMA no Ministério hoje é um
3015 dos mais visitados, com um número de visitas muito grande. Ele tem uma

3016 atualização, inclusive é um *site* que obrigatoriamente é atualizado diariamente.
3017 Enquanto nós estamos aqui falando tem lá um técnico, pelo menos um, são dois, na
3018 verdade, que estão permanentemente fazendo atualizações de todo o trabalho que o
3019 CONAMA faz. Aqui, por exemplo, o que nós estamos resolvendo hoje, até segunda-
3020 feira já deve estar disponível no *site* o resumo desta reunião de hoje, segunda ou
3021 terça-feira. E isto é elemento fundamental para qualquer processo educativo: a
3022 informação, quer dizer, não há como envolver os seguimentos e as bases dos
3023 segmentos que representam o CONAMA, que são em número de cinco, são
3024 Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal – aqui nós temos o vice-
3025 presidente da ANAMMA - sociedade civil, tem as ONGs, mas também tem
3026 comunidades científicas, comunidades indígenas, comunidades tradicionais entre
3027 outras, centrais sindicais e confederações de trabalhadores e também setor
3028 empresarial, que aí tem também os vários setores de transporte, indústria, comércio,
3029 agricultura e tem também o Ministério Público Federal e Estadual que, embora não
3030 tenham direito a voto, até porque o Ministério Público não faz sentido votar no
3031 CONAMA porque depois ele tem que verificar exatamente o cumprimento da norma,
3032 ele tem que ter uma certa isenção sobre o que sai de lá, mas é uma participação
3033 muito importante porque os Ministérios Público Federal e Estadual estão todo o
3034 tempo nos alertando sobre a coerência da legislação. Bom, aqui nós temos as
3035 quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente. Dentro dessas quatro diretrizes, o
3036 CONAMA tem uma atuação importante do ponto de vista do processo da educação
3037 ambiental. No caso do fortalecimento do SISNAMA, o CONAMA participa
3038 diretamente do programa de capacitação de gestores e conselheiros locais em meio
3039 ambiente, que é um programa do Ministério do Meio Ambiente. Também disse de
3040 manhã que nós estamos trabalhando com a articulação do Sistema Nacional de
3041 Gerenciamento de Recursos Hídricos, e o SISNAMA, especialmente através dos
3042 dois Conselhos: CNRH e CONAMA. No controle e participação social, o CONAMA, a
3043 Secretaria e os próprios membros, os Conselheiros do CONAMA também
3044 acompanham e participam como delegados na Conferência Nacional do Meio
3045 Ambiente e também o CNEA, que mobiliza as entidades ambientalistas, é o
3046 Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas. Já falei hoje cedo também da
3047 itinerância das reuniões também como de informação e até educativo de levar o
3048 CONAMA para todas as regiões do País. Na diretriz Sustentabilidade para o
3049 Desenvolvimento Sustentável, eu disse agora há pouco sobre o Grupo Assessor,
3050 que está trabalhando indicadores e também vai trabalhar o monitoramento sobre a
3051 aplicação das resoluções. E a quarta diretriz do Ministério, que é a transversalidade
3052 da Política Ambiental, o CONAMA tem trabalhado muito forte no sentido de
3053 promover a articulação entre os órgãos do Governo Federal. Isso tem sido muito
3054 importante no trabalho do CONAMA. Toda reunião do CONAMA é precedida por
3055 uma reunião com todos os 35 Conselheiros do Governo Federal para debater a
3056 pauta do CONAMA, procurar encontrar posições mais ajustadas enquanto Governo
3057 Federal. Isso tem sido muito importante para que a pauta ambiental, ela seja
3058 também matéria de auto-formação e de educação dos próprios atores do Governo
3059 Federal, dos próprios representantes de cada um dos Ministérios. Cada um deles
3060 atua dentro do Ministério levando para lá também um pouco do acúmulo que tem ou
3061 da formação que vem fazendo no trabalho com o CONAMA. As agendas bilaterais
3062 do Ministério do Meio Ambiente em toda Esplanada também é uma participação e
3063 um envolvimento exatamente desses Conselheiros do Governo Federal e também
3064 na função do CIPAM, que eu mencionei antes, de um diálogo permanente entre os
3065 segmentos. Alguns destaques, mas são apenas exemplos, da educação ambiental
3066 transversalizando nas resoluções do CONAMA. Então, você vai vê aspectos da
3067 educação ambiental, não vou dizer em todas, mas em muitas das resoluções do

3068 CONAMA. Por exemplo, em 97, a Resolução 237, sobre licenciamento ambiental,
3069 que destaca a importância das audiências públicas. A 05/93, sobre resíduos sólidos,
3070 poluição sonora, reciclagem, controle ambiental na Amazônia Legal; combate à
3071 desertificação, a 238/97; a resolução sobre jardins botânicos. E mais recentemente
3072 nós tivemos um processo muito rico de debates no País inteiro sobre APP - Áreas
3073 de Preservação Permanente, que eu mencionar um pouquinho aqui rapidamente. A
3074 resolução sobre pilhas e baterias, que está sendo discutida hoje, em Brasília. E
3075 também nela há uma encomenda que a Câmara Técnica de Educação Ambiental vai
3076 poder colaborar, que é de incluir o componente da educação no Plano de
3077 Gerenciamento do Descarte de pilhas e baterias, que vai ser um compromisso das
3078 empresas, dos fabricantes. E por último, uma recomendação que é pioneira no
3079 CONAMA, que foi a aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico de Rondônia,
3080 que foi aprovado agora em fevereiro, que um dos dispositivos da recomendação
3081 recomenda explicitamente ao Governo do Estado de Rondônia, que disponibilize o
3082 zoneamento na forma em que for possível, tanto publicado em texto quanto em que
3083 CD Rom a todas as prefeituras do Estado de Rondônia, para que a população tenha
3084 conhecimento do zoneamento. Bom, eu fiz aqui um quadro só para vocês terem uma
3085 idéia de como é que se realiza aquele processo auto-educativo do próprio Conselho,
3086 como é que a cada momento nós estamos trabalhando, nós mesmos, na verdade,
3087 os Conselheiros, como é que eles estão trabalhando o debate. Então, nós temos, eu
3088 coloquei aqui quatro grandes setores, mas, na verdade, são seis, se nós incluirmos
3089 o Ministério Público, o Governo, tanto o Governo Federal, Estadual e Municipal está
3090 todo o tempo trabalhando a discussão da resolução com uma preocupação sobre a
3091 viabilidade da implementação, correto, Secretário? Aqui tem dois Secretários de
3092 município. O tempo todo a preocupação do Governo, tanto em nível federal,
3093 estadual e municipal é com a implementação da Resolução. Por isso os Governos
3094 normalmente atuam em favor de uma clareza na norma para que se possa fazer
3095 cumprir e ao mesmo tempo em que se separe o joio do trigo, quer dizer, não
3096 cumpriu, então vamos autuar, a fiscalização vai bater em cima. Então, nós
3097 colocamos aqui na primeira coluna o que preocupa o segmento; a outra, com base
3098 na preocupação, como é que ele atua. A sociedade civil, especialmente as entidades
3099 ambientalistas estão preocupadas essencialmente com a defesa ambiental, com a
3100 defesa sócio-ambiental. Por isso elas atuam no sentido de evitar normas que sejam
3101 muito permissivas do ponto de vista do uso do meio ambiente e dos recursos. Já o
3102 setor empresarial está preocupado porque a ele cabe muitas vezes cumprir as
3103 normas que são estabelecidas. Muitas vezes são, às vezes, até o próprio setor nas
3104 Plenárias: “Nós somos as vítimas dessas normas, nós temos que ter o direito de
3105 determinar também alguns limites”. Mas o que acontece? O setor empresarial atua
3106 dessa forma procurando evitar prejuízos também, procurando fazer com que seja
3107 cumprido porque é também um segmento que colabora com a normatização
3108 ambiental, mas também está preocupado com a viabilidade econômica do
3109 cumprimento da norma. Também não ainda fechar a fábrica. Como disse aqui o
3110 nosso presidente da FUNDEMA, que bom que temos uma industrialização antiga na
3111 cidade de Joinville, e queremos que continue, mas dentro de determinadas normas,
3112 mas se precisa fazer bem esse equilíbrio entre o controle e a qualidade ambiental
3113 com a capacidade econômica também do município. O Ministério Público está todo o
3114 tempo trabalhando em favor do interesse público e do cumprimento da lei, por isso
3115 procura sempre dar coerência ao debate, a coerência legal, evitando a
3116 judicialização. Essa participação do Ministério Público tem muito esse valor. Então,
3117 essa interação... O que nós queremos mostrar com isso aí é que essa interação vai
3118 fazendo com que o Conselho tenha uma evolução do ponto de vista da formação de
3119 cada um dos segmentos. Em conclusão, eu quero só mencionar para vocês aqui o

3120 caso das APPs. Foi um debate que levou mais de quatro anos dentro do CONAMA.
3121 Desde maio do ano passado chegou a ser aprovado numa Plenária, em Campos do
3122 Jordão, o texto-base da Resolução sobre APP, mas nós tivemos que fazer outra
3123 Plenária em julho, outra em novembro e outra em fevereiro. Foram quatro Plenárias
3124 no total para conseguir fechar essa resolução, por quê? Porque é uma resolução
3125 muito polêmica. Então, foi um longo processo de negociação que em função do
3126 conflito de interesse muito radicalizado exigiu uma mediação não só com seminário,
3127 com seminário técnico e jurídico e audiências públicas em todas as regiões, mas
3128 também com o aporte técnico e jurídico muito expressivo para que nós fossemos
3129 afinando esse debate e dando a qualidade devida. Tudo isso é um processo
3130 educativo, quer dizer, todo mundo sabe como é que entra no jogo, mas como vai
3131 sair ninguém sabe, e durante do jogo o que acontece essencialmente é um trabalho
3132 muito legal de auto-formação. Aí nós temos hoje o interesse crescente da mídia em
3133 função desse tema, quer dizer, porque isso é uma dimensão que nós falamos pouco
3134 hoje aqui na reunião, mas foi destacada a importância da comunicação, do
3135 fortalecimento do trabalho de comunicação. Então, com isso há um início de
3136 despertar na sociedade brasileira sobre as APPs. Muita gente não sabe o que é
3137 exatamente APP. Tem muito produtor rural que, às vezes, inclusive é proprietário de
3138 uma área significativa, mas ele sabe direito distinguir o que é APP dentro do
3139 território dele, portanto, que o Código Florestal obriga que ele preserve essa área.
3140 Então, hoje nós temos, em função até de todo esse debate, um compromisso do
3141 próprio Ministério do Meio Ambiente e outros segmentos do CONAMA de iniciar uma
3142 campanha nacional. Eu acho que concluímos. Aqui tem uma série de outros
3143 exemplos, que eu acho não precisamos mencionar aqui de envolvimento do
3144 CONAMA em ações de educação ambiental direta desenvolvida pelo Ministério do
3145 Meio Ambiente, é isso aí. Então, eu concluo com esta apresentação aqui um pouco
3146 o nosso painel para explicar um pouco para vocês como é que também funciona o
3147 CONAMA e a Câmara Técnica de Educação Ambiental, que é a Câmara de mérito
3148 sobre essa matéria. E antes de concluirmos, eu quero ver aqui: nós já temos o
3149 Gustavo inscrito, a nossa amiga Vilma. O Tarcísio tinha levantado a mão também?
3150 Não. Mais alguém? Se não, vamos ouvir os dois. E após os dois, concluirmos para
3151 podermos, inclusive dar o espaço aqui porque a CTEM ainda vai permanecer mais
3152 um pouquinho reunida. Então, vamos lá! Gustavo e Vilma. Obrigado. (*Palmas*).

3153

3154

3155 **O SR. GUSTAVO BELIC CHERUBINE (CTEM)** – Só para complementar a resposta
3156 que o Sanderson já deu à Marina, que é o seguinte, Marina: a CTEM nasceu de uma
3157 articulação e de uma presença muito grande do Fórum Brasileiro – FBONS, na I
3158 Conferência Nacional de Meio Ambiente. Na conferência de 2003, saiu como uma
3159 das deliberações na área de recursos hídricos a criação de uma Câmara Técnica
3160 para cuidar da questão da educação. Isso tudo é fruto do trabalho da articulação das
3161 ONGs e dos movimentos sociais que se articulam pelo FBONS. E eu estava
3162 presente naquela ocasião quando houve o começo da implementação das
3163 deliberações, eu também estava presente, participei ativamente do processo e no
3164 dia da instalação da CTEM, eu também estava presente. E aí o Colegiado, o
3165 FBONS... Para quem não conhece o FBONS, é a maior articulação de ONGs e de
3166 movimentos sociais que nós temos aqui neste continente, no continente americano.
3167 É uma articulação, um fórum que nasceu na Eco 92, ajudou a fazer a Eco 92, ajudou
3168 a organizar o Fórum Global da Sociedade Civil, que foi um evento paralelo ao evento
3169 oficial. Desde 92, o Fórum bem se articulando. Há uma sede em Brasília. Para quem
3170 conhecer o FBONS, é fbons.org.br. Eu sou de uma ONG de São Paulo. E pelo meu
3171 trabalho para a criação da CTEM, dentro do campo do segmento social, da

3172 sociedade civil organizada, eu fui indicativo e fui validado pelo Coletivo FBONS, que
3173 é do Brasil todo. Aqui está o Rafael, que é do Pará. Quer dizer, o FBONS está aqui
3174 presente também. O FBONS me indicou, os representantes de ONGs diferentes
3175 para todas as Câmaras Técnicas do **CNH(?)**, porque é uma forma de os movimentos
3176 sociais, das ONGs estarem presentes, participando e formulando política pública
3177 junto com os demais segmentos. É isso (*Palmas*).

3178

3179

3180 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado, Gustavo.
3181 Vilma.

3182

3183

3184 **A SR^a. VILMA FEITOSA (Ministério da Saúde)** – Só complementando até a fala do
3185 Secretário de Recursos Hídricos em relação ao Decreto Presidencial, que
3186 recentemente foi promulgado, no ano passado, um Decreto Interministerial, de
3187 quatro Ministérios, inclusive o MMA, o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde
3188 e o Ministério da Justiça sobre a informação ao consumidor sobre a qualidade da
3189 água para consumo humano, essa água que ele recebe na casa dele. Então, esse
3190 foi um decreto fruto dessa articulação inter-setorial, desses quatro Ministérios, que
3191 saiu ano passado, mas que, na verdade, tem dentro dele, inclusive já algumas
3192 determinações, e é o Decreto 5.440, para quem quiser conhecer, é só acessar que
3193 ele está já disponível no *site* dos Ministérios: Ministério das Cidades, Ministério da
3194 Justiça também e do MMA e, inclusive ele determina já a liberação de um relatório
3195 anual, esse relatório anual pelas empresas prestadoras de água, elas têm que em
3196 todo ano estar apresentando dados da qualidade da água, o monitoramento da
3197 qualidade da água dos mananciais capta aquela água para tratar e distribuir a casa,
3198 afora que tem que estar mensalmente nessa conta de água que nós pagamos
3199 também os parâmetros ali determinando dizendo qual é a qualidade daquela água
3200 distribuída, como é que está. E aí tem alguns parâmetros que ela já determina:
3201 coliformes, turbidez, cloro; algumas já estão distribuindo. Então, seria interessante
3202 que todos tomassem conhecimento, acompanhassem esse processo, inclusive no
3203 seu município, no seu Estado porque também está em fase de implantação e
3204 implementação esse decreto. E eu acho que todos nós temos muito a contribuir com
3205 esse processo. É um processo, inclusive de melhorar e é um processo de melhorar
3206 conhecendo e tendo essa informação, porque essa informação nunca tinha sido
3207 disponibilizada. Por outro lado, nós também fazemos parte de um programa
3208 nacional, que é o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para
3209 Consumo Humano, que também pode ser procurado nos municípios e nos Estados
3210 para também dar informações sobre essas questões. O decreto é 5.440/2005.

3211

3212

3213 **O SR. SANDERSON LEITÃO (CTEM)** Muito obrigado, Vilma. Infelizmente nós
3214 vamos ter que encerrar esta parte da reunião. Eu gostaria de agradecer a presença
3215 de todos, do nosso Secretário aqui, Norival, da cidade de Joinville, ao Secretário-
3216 Executivo do Conselho, ao diretor do CONAMA, ao Nilo e a todos os presentes aqui.
3217 Eu gostaria só de lembrar a nós da CTEM, que nós vamos continuar para deliberar
3218 alguns assuntos internos aqui rapidamente. Então, eu gostaria de pedir-lhes que
3219 permaneçam. Muito obrigado a todos e vamos participar ativamente aqui. Obrigado
3220 por tudo. (*Palmas*).

3221